

adernos do

terceiro mundo

LOPO DO NASCIMENTO
Plano económico de emergência
para Angola

sal • Maio 1983 • Esc 80\$00 • Kz 60.00 • Mt 80\$00 • PG 80\$00 • CV 80\$00 • Cr\$ 300 • Ano VI • n.º 51

As Malvinas um ano depois



*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

As leis da guerra

A guerra tem as suas próprias leis. Esse ditado bem conhecido dos homens de uniforme, cumpriu-se inexoravelmente no caso das Malvinas. Os factos desencadeados pelo desembarque no arquipélago por parte das forças armadas argentinas. Superaram todas as previsões dos seus planeadores e transformaram-se numa verdadeira "caixa de Pandora" que da euforia patriótica inicial mergulhou a Argentina numa crise complexa, onde se misturaram frustrações e revolta, questionamentos de valores tidos como "tradicionais" e anseios sociais de ir ao fundo de problemas que durante longos anos foram abafados pelos governos autoritários. A Argentina não é a mesma depois da guerra do Atlântico Sul, ainda que não seja fácil explicitar exactamente o que foi que mudou e qual será a consequência dessa mudança. Aprofundar algumas destas questões do futuro da Argentina e das próprias Malvinas é o objectivo da matéria de capa da presente edição, na ocasião do primeiro aniversário da guerra.

A realidade latino-americana, transmutável e conturbada, ocupa aliás, espaço dominante neste número. A situação na América Central mereceu-nos uma particular atenção, seja nos casos de El Salvador e Guatemala ou da agressão externa que a Nicarágua sofre actualmente. Que é tema de editorial.

Na secção da cultura ouvimos a opinião de dois reconhecidos do exílio uruguaio intelectuais Mario Benedetti e Blas Braidot. Através dos seus testemunhos procuramos abordar um outro aspecto dessa realidade latino-americana. Saber qual das duas culturas é hoje mais representativa: a "de dentro" ou a "de fora"?

Destaque também para uma importante entrevista exclusiva com Lopo do Nascimento, ministro angolano do Plano. Aí são traçados os objectivos a que obedeceram as alterações na economia da República Popular de Angola: modificações necessárias em tempo de guerra e no contexto da crise económica internacional.

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade: Tricontinental Editora, Ld.*
Redacção e Sede da Administração: Calçada do Combro, 10-1.* tel. 320650 1200 Lisboa telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Edições em português

ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL – S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Paginação
Helena Salvador
José Santa-Bárbara
Revisão
Estevam Reis
Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Composição e Impressão
Jornal do Comércio e Gráfica Europam
Distribuição
CDL, Central Distribuidora S.A.R.L.
Representantes
Angola
Luís Henriques, C.P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito e João Escadinha
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair L. Campos
Secretário de Redacção
José C. Godim
Arte
Samaral (editor)
Sonia Freitas
Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
Homero Souza
Iara Chagas
Divulgação
Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 – CEP 05033
Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th, Street ap. 3E
Nova York – NY 10003
Tels: (212) – 691-9142/929-5783
Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels: 250-2505/232-0123
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registo na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registo no INPI n.º 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF n.º 2.195 – P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editores periodistas del tercer mundo s.c.
calle Caillónia, 98A – Coyocacán
México, 21 DF – teléfono: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA – CHILE – COLOMBIA
EQUADOR – PERU – VENEZUELA

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru – Teléfono 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS – CANADA
EUROPA E PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Beffrage
Apartado Postal, 20.572 b – México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AJM** (Moçambique), **INA** (Iraque), **IPS** (Inter Press Service), **SHIHATA** (Tanzania), **Wafa** (Palestina), e do *pool* de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzania).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Lira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chingaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Artega, Tel. 517590, Rog. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arca 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 – Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center, 518 Valencía St. San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center 8-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRAN-BREITANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria – José Trinidad Reyes – Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma – Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma – Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. – Distribuidora Sayrots de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 126, México 12, D.F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Brienes Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Ciudad Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Rudamarka, Cénama 876, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras – Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. **REPUBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 41, Santo Domingo – DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pto. Brion, Caracas.



- 6 *Panorama Tricontinental*
- 12 *Editorial: Defender a Nicarágua da agressão*

Matéria de capa: Argentina

- 15 *As Malvinas um ano depois*
- 20 *Que pode o Reino Unido fazer com as ilhas?, Horácio Verbitsky*
- 24 *Uma derrota mais grave que a de Puerto Argentino*
- 29 *A crise de uma ideologia*

Meio-Ambiente

- 35 *A guerra contra a selva, Andrés Aubry*



A Argentina no pos-Malvinas

América Latina

- 39 *El Salvador: Radiografia de um regime agonizante, José Ventura*
Os rebeldes apertam o cerco, Horácio Castellanos Moya
- 47 *Guatemala: Condenado o governo de Ríos Montt, Mónica Mendoza*
- 51 *Entrevista com Rigoberta Menchú*
- 55 *Colômbia: O M-19 depõe mas não entrega as armas, Roberto Bardini*
- 59 *Jamaica: Um paraíso com graves problemas, Ralph Davis*



Lopo do Nascimento

África

- 63 *Angola: Entrevista com Lopo do Nascimento*
- 69 *Moçambique: IV Congresso da Frelimo*
"Operação Cabana" Limpa Gaza, Sol Carvalho
- 74 *Namíbia: Adeus ao Grupo de Contacto, Gabriel Omotozo*
- 75 *Sara Ocidental: A guerra continua, mas a paz poderá estar próxima, Baptista da Silva*
- 79 *Entrevista com Ahmed Bujari*
- 81 *Sudão: O regime de Numeiri, queda próxima ou inesperada*
capacidade de sobrevivência?, Alice Nicolau

Médio Oriente

- 84 *Os crimes conexos, Beatriz Bissio*

Cultura

- 89 *O Uruguai do exílio, entrevista com Mário Benedetti, Hortensia Campanella*
- 93 *"Contigo... América", um teatro vinculado às lutas de libertação, Giselle Dexter*
- 95 *Livros*



Guerra ou paz no Sara Ocidental?

cartas cartas cartas cartas cartas cartas cartas

Solidariedade mundial

O processo histórico de mudança é irreversível. E a favor dos desapossados e sem voz, que avançam dia a dia para uma nova era de Justiça e Liberdade em solidariedade mundial.

Jesus Hernández Aldrete, Jalisco, México.

Destaque no jornalismo

Todos os anos, a Fundação "Bandeira Tribuzi" (São Luís, Maranhão, BR), presta a sua homenagem àquele(s) pessoa(s) que, de uma forma ou outra, colaboraram com o desenvolvimento do nosso país, nos seus sectores de actividades. Assim sendo, tenho a honra de lhe comunicar que, em reunião do Conselho Deliberativo e Conselho Consultivo desta Fundação, escolhemos o jornalista Neiva Moreira, director de "cadernos", para receber o título de "Destaque no Jornalismo nos Anos 80".

Bernard Fontele de Souza, Presidente da Fundação "Bandeira Tribuzi", São Luís, Maranhão, Brasil.

Guatemala e México

Vemos que a vossa revista dedicou alguns números a temas especiais, como por exemplo, a crise das Malvinas e a guerra do Líbano. Não seria possível tratar a questão da Guatemala, os massacres indígenas e os refugiados no México? O tema, além de ter vigência, toca-nos muito de perto.

Julio Wong Arévalé, Villahermosa, Tabasco, México.

N.R. — Por coincidência o presente número traz dois artigos sobre a questão da Guatemala e dos refugiados.

Ausência do Paraguai

Gostaria também de questioná-los a respeito do Paraguai. Esse país onde as ingerências brasileiras são tão silenciosamente penetrantes, tão pouco conhecido entre nós (...) esse país, em que as histórias reais parecem "broma", é tão pouco presente nos "cadernos". Quais seriam as perspectivas para o desenvolvimento paraguaio após Itaipu?

Lélia Romero, São Paulo, Brasil.

Uma informação

sem facciosismos

(...) Foi por acaso que "cadernos" chegou às minhas mãos e agradei esse incidente, pois proporcionou-me um mecanismo de informação que não tem cumplicidade com facciosismos e sistemas cujos interesses são "distorcer" a realidade dos factos e acontecimentos políticos. Uma informação objectiva denunciando e defendendo os interesses dos "massacrados" do Terceiro Mundo.

Carlos Honorato, Rio de Janeiro, Brasil.

Compreensão

da América Latina

Tenho 13 anos e comprei pela primeira vez a vossa revista numa livraria. Fiquei impressionado com o seu conteúdo. O número 49, que tem como assunto central a Bolívia, veio dar-me um complemento forte para eu compreender a América Latina. Faço parte de um grupo de estudos marxistas juntamente com argentinos, uruguaios e jovens da União de Jovens Revolucionários no Rio de Janeiro.

Paulo César, Rio de Janeiro, Brasil.

Norte/Sul

(...) A terminologia "Norte/Sul", às vezes utilizada (n.º 46, pág. 71), parece-me dúbio, um tanto vaga, contraditória (ou ilusionista?). Até o general Figueiredo a usou na ONU, e sabemos com que sentido.

Wilmar Mendonça, Xanxerê, Brasil.

II Encontro

de Entidades Negras

Sr. Redactor,
Comunicamos a quem interessar e possa, que aguardamos confirmação da presença de representantes de entidades no II Encontro de Entidades Negras, dias 27 e 28 de Julho de 1983, em Salvador, Bahia. Com a maior urgência. Enviaremos um determinado número de bônus a 500 cruzeiros com direito ao sorteio do volume 1 da "História da África" a sortear através da última dezena do primeiro prémio da Lotaria Federal de 27/7/83. Basta escrever para S. MALÉ — C.A.N. a/c de Atalito Batista, Av. 2 de Julho, 29, 1.º andar, Centro, 48970-Senhor do Bonfim, Salvador, Bahia, Brasil.

Timor-Leste

Desejo felicitar-vos pelo facto de terem dedicado a matéria de capa do n.º 51 de *cadernos do terceiro mundo*, a Timor-Leste e à resistência maubere, pois parece-me uma questão de grande importância a nível internacional e que a nós, portugueses, diz particularmente respeito.

Alfredo Martins, Setúbal, Portugal.

Cultura

Atendendo à riqueza e diversidade de culturas dos povos do Terceiro Mundo penso que seria útil e interessante se dedicassem na vossa revista maior espaço a essa questão. Tanto mais, que o tratamento que têm dado às páginas de cultura tem sido de grande e relevante interesse. Será possível?

Teresa dos Santos, Évora, Portugal.

O N.º 50

Parabéns pelos vossos 50 números. Sou vosso leitor desde o número 1 e penso que assinalaram da melhor forma as cinquenta edições de *cadernos do terceiro mundo*. O dossier cooperação entre Portugal e as ex-colónias foi do maior interesse para nós e creio que para os portugueses também o terá sido.

Valodia Dias, Luanda, R. P. de Angola.

tempos que não foram fáceis

Ao folhear as páginas da edição especial com que assinalaram os cinquenta números da vossa revista, eu, que vos acompanho praticamente desde o início, não pude deixar de pensar que os tempos decorridos desde então não foram, certamente, muito fáceis. Uma publicação como "cadernos" num país como o nosso, tem de suportar muitas dificuldades e vencer muitos obstáculos para se manter à tona de água. Pelos momentos difíceis por que passaram (talvez ainda passem) envio-vos uma saudação de um leitor que não tem por hábito tecer loas à imprensa portuguesa.

Guilherme Barbosa Marques, Lisboa.

Intercâmbio

- *Francisco Flávio Oliveira*
Av. Santo Amaro, 636/14
04505 — São Paulo SP, Brasil
- *Dario A. Marchesini*
Av. José Barros Reis, 22
Dois Leões
40000 Salvador-BA, Brasil
- *Agostinho Alfredo dos Anjos*
A/c de Eliseu Simão António
Rua da Cela, Bloco 18, 1.ºA
Luanda, Angola
- *Luís Manuel Domingos*
Caixa Postal 14.444
Luanda, Angola
- *Jaime Burgés A. de Siqueira*
Rua 7 de Abril, 264-lj. B-2
01044 — São Paulo, SP — Brasil
- *João Luís Tumba (Hilário)*
C.P. n.º 18786 Luanda, Angola
- *Teresa Lobo*
C.P. n.º 16397 Luanda, Angola
- *Kenytra Viqueira Ramos*
C.P. n.º 27 Kaala-Huambo, Angola
- *Joaquim Augusto Ramos*
C.P. n.º 27 Kaala-Huambo, Angola
- *Avelino da Costa Lobo*
C.P. 16397 Luanda, Angola.
- *José Carlos do Nascimento "Nascy"*
Apartado Postal n.º 2207
Luanda, Angola
- *Felisberto Pedro*
R. da Cela, Bloco n.º 18, Apto-A
Caixa Postal n.º 5107
Luanda, Angola
- *Luís Correia Neves*
C.P. 1195
Banguela, Angola

EL SALVADOR **O caminho dos** **guerrilheiros**

Carlos Gil



El Salvador
O caminho
dos guerrilheiros

Carlos Gil

Quinze dias com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí
Vinte páginas de fotos da guerrilha
A história recente da luta do povo salvadorenho
Os principais documentos da revolução

Prefácio de José Cardoso Pires

SOBRE A UNIDADE **NO PENSAMENTO** **DE AMÍLCAR CABRAL**

Sérgio Ribeiro



Sobre a unidade
no pensamento
de Amílcar Cabral

Sérgio Ribeiro

Interpretação de um dos temas fundamentais do pensamento
de Amílcar Cabral
Prefácios de Alfredo Moura
e Vasco Cabral

Duas edições
Tricontinental Editora

A sair brevemente

Colômbia: as crianças constituem 30% da força de trabalho

□ As crianças trabalhadoras constituem 30% da força de trabalho da Colômbia, segundo um relatório divulgado pelo jornal liberal *El espectador*, de Bogotá.

As estatísticas oficiais calculam que existem na Colômbia uns três milhões de crianças trabalhadoras, menores de 14 anos. O relatório assinala que o menor trabalhador não constitui apenas um problema, mas uma força que "bem ou mal, contribui para a criação de riqueza".

Segundo o relatório, ainda não houve uma acção suficientemente organizada a nível do Estado, embora tenham sido postas em andamento algumas iniciativas.

Destacam-se a criação de uma "Direcção Geral do Menor Trabalhador" vinculada ao Ministério do Trabalho e Segurança Social, a coordenação entre os programas do SENA (Serviço Nacional de Aprendizagem) e do SENALDE (Serviço Nacional de Emprego), e a aprovação de uma lei geral e de quatro decretos regulamentares.

Existem pelo menos três categorias de crianças trabalhadoras: o menor da rua, totalmente abandonado, o que pertence ao sector informal da economia e o vinculado ao sector produtivo, colocado dentro da lei.

Também é denunciada a situação de muitas raparigas, que desde os 18 anos são vítimas do proxenetismo, sendo arrastadas à prostituição e transformando-se na população infantil mais vulnerável.

O sector informal é composto por menores que não se enquadram dentro de uma forma típica de empresa. É o sector que contribui para a economia com, pelo menos, 30% do Produto Nacional Bruto. Integram esse sector os vendedores ambulantes, os que prestam serviços em pequenas empresas informais, e os ligados a actividades produtivas que fornecem serviços a grandes em-

presas.

Alguns deles trabalham como jornalheiros nas pedreiras, marmorarias, vendas de alimentos na rua, fábricas de tijolos, etc. Nessas fábricas, quase toda a gente trabalha desde os quatro anos, como foi denunciado por um filme documentário, premiado várias vezes na Colômbia e no exterior. O relatório revela, além do mais, que a expectativa de vida para quase todas as crianças trabalhadoras na Colômbia não ultrapassa a barreira dos 30 anos, enquanto que, de acordo com os cálculos oficiais, a média de vida no país é actualmente de 70 anos.

As crianças são as maiores vítimas do exílio



Belize: políticos preparam-se para as eleições

□ Enfrentando graves problemas económicos, acusados pela queda do preço internacional do açúcar, as forças políticas de Belize preparam-se para participar, em Dezembro de 1984, nas primeiras eleições legislativas após a declaração da independência do país.

Amplios círculos da população consideram que o Partido Unido do Povo (PUP) — do primeiro-ministro George Price — sairá vitorioso nas eleições. Porém, em círculos políticos locais, calcula-se que a oposição fará o impossível para o derrotar e apagar a imagem negativa

criada após as eleições de 1979.

Encravada na zona mais setentrional da convulsionada região centro-americana, Belize é uma monarquia constitucional cujo chefe de Estado é a rainha da Grã-Bretanha. O país — com uma extensão de 22.965 quilómetros quadrados e uma população de 160 mil habitantes — abandonou o seu status de colónia inglesa a 21 de Setembro de 1981 ao declarar a independência, mas aderiu à Comunidade Britânica.

A oposição, representada pelos partidos Democrático Unido (PDU) e a Democracia Cristã, sustenta que

Price é o principal responsável pelos problemas económicos do país. A economia de Belize, baseada na produção agrícola, especialmente cana-de-açúcar, citrinos, arroz e banana, foi atingida seriamente nos últimos anos pela queda dos preços internacionais e pela crise do Ocidente.

Apesar disso, o país não foi envolvido na onda de violência que campeia no resto da América Central. A força militar local é integrada por uns dois mil homens e tem sido fortalecida, nos últimos anos, devido aos problemas com a Guatemala.

que reivindica grande parte do território do país. Esse assunto terá particular relevância nas eleições do próximo ano.

Dias antes da declaração da independência, a oposição acusou Price de ter contraído compromissos não muito claros com a Guatemala. O governo, por sua vez, responsabilizou a oposição de ter promovido distúrbios em várias cidades.

Líderes da oposição de direita acusaram o Partido Unido do Povo (PUP) de impulsionar uma política socializante.



George Price

O PUP, um partido centrista, controla actualmente 13 dos 18 lugares da Câmara dos Deputados, e obteve, nas eleições de 1979, 58% dos sufrágios. Por sua vez, o PDU conta apenas quatro deputados. O quinto, Teodor Aranda, abandonou o partido e anunciou no passado mês de Fevereiro a fundação do Partido Democrata Cristão. Nas suas primeiras definições políticas indica que "o partido (PDC) dá particular importância à satisfação das necessidades humanas básicas e luta por uma nova sociedade onde a vida seja melhor para todos".

Existe também em Belize, um partido local chamado Partido Progressista de Toledo, partidário da anexação com a Guatemala, mas que não conta com representantes na Câmara dos Deputados. Toledo é, justamente, o território reivindicado pela Guatemala.

No mês de Janeiro último, na sede da delegação da Grã-Bretanha nas Nações Unidas, uma representação do governo guatemalteco informou as autoridades inglesas e belizenses que o governo do general Efraim Ríos Montt estaria disposto a reconhecer a soberania de Belize em troca do território de Toledo, no sul do país. A proposta foi rejeitada pelos britânicos e pelos belizenses.

"As mulheres que trabalham arruinam a família"

□ "As mulheres que trabalham fora provocam a ruína das suas famílias". Este é um dos lemas que regem a "Nova Direita" norte-americana, um movimento sócio-político que se propõe lutar pelos "valores cristãos-americanos da família".

A "Nova Direita", ou "Maioria Moral" — como também se chama o movimento — nasceu há pouco mais de quatro anos, e já adquiriu força suficiente para ter adeptos tanto no Congresso como no Senado. Luta pela "família padrão", integrada por um pai que trabalha fora e uma mãe que durante a manhã faz as tarefas do lar, à tarde prepara doces e depois espera com um bom lanche a chegada dos filhos do colégio.

O movimento conseguiu que fosse rejeitada no Congresso uma emenda à Constituição que pretendia estabelecer a igualdade de direitos perante a lei para ambos os sexos. A Constituição dos Estados Unidos não reconhece direitos jurídicos iguais para homens e mulheres, embora na última década esse princípio tenha ficado ultrapassado pela própria realidade. Por isso, um sector de congressistas democratas apresentou o projecto para emendar esse princípio,

considerado "obsoleto".

A "Nova Direita" também tentou que se revogasse a lei que despenaliza o aborto (aprovada em 1973). Nesse caso, o movimento só conseguiu que fosse rejeitada uma proposta de lei que previa ajuda económica para as mulheres mais pobres.

Nesse quadro, os serviços sociais são um dos alvos principais da "Maioria Moral", já que — sustentam os ideólogos do movimento — ao tirarem funções à família, violam "a ordem natural das coisas", à qual se pretende "voltar" por todos os meios possíveis.

A "Nova Direita" fez também com que se propusesse no Congresso uma lei intitulada "Para a protecção da Família", que proíbe qualquer tipo de subvenção económica às escolas onde se negue "a diferença de papel entre os dois sexos, tal como sempre se entendeu nos Estados Unidos. Se as mulheres ficarem nas suas casas, cumprindo com os seus deveres e obrigações, se educarem os seus filhos nos valores cristãos, os males de que padece o mundo terminariam como começaram", sustentam os líderes do movimento. (Alice Kellerman).

"Maioria Moral": uma visão reaccionária do papel da mulher



Etiópia: cresce o número de cooperativas

□ Nos últimos oito anos foram criadas mais de 3 600 cooperativas de produção e de serviço na Etiópia, nas quais trabalham actualmente mais de 4,6 milhões de pessoas. Estes dados foram recentemente divulgados pelo ministro da Agricultura, Gerememew Debele, por ocasião do oitavo aniversário da nacionalização da terra. Debele acrescentou ainda que nos últimos oito anos foram formadas quase 20 mil comunidades rurais.

Embora o movimento cooperativista esteja em franco desenvolvimento (só de 1979, quando o governo começou a impulsionar a criação de cooperativas, até hoje foram criadas mil unidades), ainda não se alcançou um nível de produtividade aceitável. O rendimento por hectare não é maior do que nas propriedades privadas, o que se explica pela forma ainda tradicional de cultivar a terra e pela falta de mecanização agrícola e de fertilizantes artificiais.

O Terceiro Mundo tem 75% dos deficientes físicos

□ Uma das várias cifras assustadoras divulgadas durante o Congresso Internacional sobre o Síndrome de Down, realizado de 16 a 18 de Março na capital mexicana, assinala que 75% dos deficientes físicos vivem no Terceiro Mundo. A maior parte desses deficientes pertence ao grupo dos 850 milhões de pessoas que vivem em condições de extrema miséria no mundo.

Nuno Jiménez, subdirector do Centro de Estudos Económicos e Sociais do Terceiro Mundo (CEESTEM), sede do Congresso, comparou as duras condições de miséria em que vive quase um quarto da humanidade, com os 700 mil milhões de dólares que o mundo gastou em armamento em 1982. "É tempo de

exigirmos os fundamentos do humanismo: colocar a ciência e a tecnologia ao serviço da humanidade e reorientar os recursos destinados à destruição no sentido da educação, alimentação e saúde".

Durante o congresso, Jiménez mencionou que o síndrome de Down afecta basicamente a infância e indagou em que condições pode viver "uma criança que, além de pertencer aos marginalizados da Terra, padece do síndrome".

Chile: aumentam as críticas ao governo

□ No meio de uma profunda crise, cresce em cada dia, interna e externamente, a oposição à condução política e económica do governo de Pinochet.

Nos finais de Fevereiro, em Madrid, representantes da Convergência Socialista do Chile estabeleceram um programa de acção comum para "derrubar a ditadura militar e lançar as bases de uma nova convivência democrática". A Convergência foi criada em 1979 e nela participam sectores do Partido Socialista do Chile (PSCH), a esquerda cristã, o Movimento de Acção Popular Unitária (MAPU), o MAPU Operário Camponês (MAPU OC) e um grupo dissidente do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), além de 68 personalidades políticas e ex-militantes do Partido Radical.

No documento final da reunião de Madrid, analisa-se a actual crise económica chilena ("só comparável

Trabalhadores chilenos: o preço da recessão



à sofrida pelo país durante a Grande Depressão dos anos 30") e a situação política interna, onde prevalece "um regime de arbitrariedades". O Movimento Convergência Socialista reivindica o fim do regime de excepção, a convocação de uma Assembleia Constituinte, a adopção de um novo sistema eleitoral e propõe um pacto institucional entre todas as forças democráticas do Chile.

Por outro lado, no plano interno, são cada vez mais numerosas as críticas à política económica do governo. Analisando a queda da produção agrícola chilena, que este ano será um terço inferior em relação à colheita anterior, a confederação camponesa *El Surco* advertiu que se poderá chegar a uma "crise alimentar extremamente grave" nos próximos meses. A confederação, um dos organismos que reúne os trabalhadores do campo, afirmou que a área total cultivada nestes dois últimos anos diminuiu em mais de 390 mil hectares, com uma dependência alimentar do mercado externo de mais de 520 milhões de dólares anuais. *El Surco* atribuiu a actual situação à aplicação da economia de livre mercado, "que fracassou redondamente" e sugeriu diversas medidas paliativas.

Por outro lado, a Sociedade Nacional de Agricultura, que reúne os empresários do sector, pediu ao governo a adopção de "medidas urgentes" para travar a queda da produção agrícola. Os empresários propuseram às autoridades "um sistema de comercialização que assegure aos produtores preços equivalentes ao custo de importação dos produtos, um mecanismo de crédito flexível e que as empresas do Estado e as forças armadas se comprometam a adquirir produtos chilenos".

México: queda do preço do petróleo poderia suspender "Acordo de San José"

□ A recente redução do preço do petróleo e a suposta demora de alguns beneficiários poderia suspender temporariamente a aplicação do "Acordo de San José", através do qual o México e a Venezuela fornecem petróleo a nove nações centro-americanas e caribenhas.

Segundo fontes mexicanas, devido às novas tarifas petrolíferas, o México diminuirá a sua receita externa em 1,3 mil milhões de dólares e a Venezuela em mais de 3 mil milhões, tornando incerta a manutenção da ajuda económica e financeira à América Central e às Caraíbas.

O presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados do México, Luis Danton Rodriguez, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), apoiou a revisão do convénio, anunciada a 18 de Fevereiro último pelo secretário mexicano de Energia, Minas e Indústria Paraestatal, Francisco Labastida.

O legislador afirmou que a variação do preço justificava a revisão do convénio assinado em 1980, acrescentando que era necessário comprovar se os créditos garantidos pelo "Acordo de San José" são utilizados para programas de desenvolvimento ou para fins bélicos. Entre os nove países beneficiários fi-

guram a Guatemala, El Salvador e Honduras, cujos governos enfrentam actualmente uma crescente oposição interna.

A intervenção do deputado governamental coincide com a divulgação feita recentemente em Caracas pelo Fundo de Investimentos da Venezuela de que este país suspenderá temporariamente a ajuda económica à região centro-americana em consequência da forte queda das receitas petrolíferas.

No quadro do "Acordo de San José", o México e a Venezuela abasteceram, em partes iguais, com 160 mil barris diários de petróleo, a República Dominicana, Jamaica,

Panamá, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Haiti.

O convénio concede um crédito correspondente a 30% das facturas petrolíferas a um prazo de cinco anos e com uma taxa de juros de 4% anuais. Caso esses créditos sejam destinados a financiar projectos prioritários de desenvolvimento, o prazo é ampliado até 20 anos e a taxa de juros reduz-se a 2% ao ano.

Segundo fontes oficiais, os créditos concedidos pelo México em 1981 em virtude do convénio, atingiram quase 200 milhões de dólares, isto é, em média, 50 mil barris diários de petróleo.



Yasser Arafat



OLP vai abrir delegação em Lisboa

□ A OLP abrirá dentro em breve uma delegação em Lisboa, revelaram a *cadernos do terceiro mundo* fontes ligadas à Organização de Libertação da Palestina.

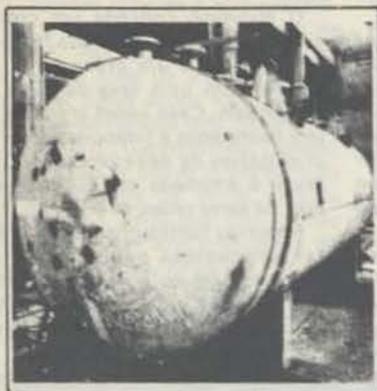
Segundo essas fontes, é ainda duvidoso se a delegação poderá vir a obter "estatuto diplomático" por parte do Estado e das autoridades portuguesas, o que, a não suceder, não constituiria no entanto impeditivo para a sua abertura. As mesmas fontes referiram-nos que também em Espanha só ao fim de um ano de instalação — em 1978 — o *bureau* da OLP viria a receber o reconheci-

mento e estatuto diplomático por parte das autoridades espanholas.

Recorde-se que a possível abertura de uma delegação oficial da OLP em Lisboa foi muito ventilada em toda a imprensa em finais de 1979, altura em que o líder daquela organização, Yasser Arafat, visitou a capital portuguesa a fim de estar presente na "Conferência de Solidariedade com o povo árabe e a sua causa central: a Palestina". Nessa ocasião, o dirigente palestino manteve encontros tanto com o presidente da República portuguesa, Ramalho Eanes, como com o governo e dirigentes dos principais partidos políticos. Embora a abertura da delegação tivesse constituído um dos principais temas de todas essas conversações, ela nunca se viria a concretizar.

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FABRICA:
Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal
Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines

Computadores da ONU

□ O sistema computadorizado de informação das Nações Unidas está a ser utilizado por um número cada vez maior de países do Terceiro Mundo. O sistema, denominado DIS, além de facilitar dados especializados, está ao serviço dos utentes na sede da ONU em Nova Iorque, assim como em todas as missões da Organização em todo o mundo.

O Banco de Dados para o Desenvolvimento tem os seguintes objectivos: melhorar o fluxo de informação dos Estados membros; desenvolver a capacidade de intercâmbio informativo; harmonizar os métodos de coordenação entre os diferentes sistemas existentes de informática.

Mais de mil investigações sobre dados recolhidos pelo DIS foram efectuadas no ano passado, o que representa um aumento de 11% em relação ao ano anterior.

Setenta por cento dessas investigações foram feitas para países do Terceiro Mundo.

A biblioteca da ONU está efectuando as diligências necessárias para instalar uma linha directa do sistema com outros terminais, sites em países muito remotos.

Deste modo, o sistema contribuirá para facilitar ainda mais o fluxo de informação para o Terceiro Mundo. De Setembro de 1981 até à presente data, o número de utentes do sistema aumentou mais de 60%, sendo que o DIS conta agora com mais de mil organizações e pessoas individuais como clientes.



Apartheid e desemprego

□ Francis Blanchard, director-geral da Organização Internacional do Trabalho, tornou público em Nova Iorque um relatório sobre as condições de trabalho sob o regime de *apartheid*, relatório esse elaborado para análise da próxima sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, no próximo mês de Junho.

O relatório sublinha que, como novos "cidadãos" de "quatro *homelands*" pretensamente independentes, quase nove milhões de negros perderam a cidadania sul-africana. Ao mesmo tempo, as condições económicas dos "bantustões" têm vindo a deteriorar-se devido ao aumento da população. A taxa de desemprego nesses territórios é de 20 a 25 por cento.

Um quarto da população activa no desemprego



Terceiro Mundo e CEE

□ Os países da CEE receberam positivamente a análise dos problemas económicos mundiais, resultante da VII Cimeira dos Não-Alinhados e da Conferência Ministerial do Grupo dos 77, reunida em Buenos Aires.

Numa reunião do grupo informal, conhecido por "amigos do presidente da Assembleia Geral" e realizada na ONU, os representantes dos países da CEE garantiram que vão continuar a analisar e a avaliar as propostas provindas das duas conferências citadas. Recorde-se que este grupo informal da ONU foi criado para apoiar os esforços tendentes à realização das negociações globais.

Em vivo contraste com esta atitude é a dos Estados Unidos, cujo representante afirmou "ser já bem conhecida a posição de Washington sobre as negociações globais".

Defender a Nicarágua da agressão



Os Estados Unidos nunca deixaram de intervir na América Latina. Em boa verdade poderia dizer-se que só deixarão de o fazer no momento em que tiverem eliminado todos os regimes e governos adversos que consideram contrários aos seus interesses.

No entanto, porém, o grau e as características dessa permanente ingerência norte-americana ao longo dos tempos diferiu em função de diversos factores, de que podemos destacar: a composição das diferentes administrações de Washington, a conjuntura internacional, a posição da opinião pública norte-americana face às aventuras externas. Enquanto que em relação aos países ameaçados esse intervencionismo dependeu consoante a natureza e o desafio à hegemonia dos Estados Unidos da América.

Na actualidade assiste-se a um claro recrudescimento desse intervencionismo, que apresenta como foco principal a região da América Central. Nesse sentido, a diferença de "grau intervencionista" é palpável se se compararm o tratamento dos assuntos nicaraguenses por parte da anterior administração Carter com a prática seguida pelo actual governo de Ronald Reagan. A semelhança de objectivos entre as duas administrações — preservação da hegemonia na crítica região centro-americana — não exclui, porém, uma notável diferenciação táctica, privilegiando a administração Reagan o emprego da força militar em detrimento dos meios e pressões diplomáticas.

Evidentemente que a política de Washington em relação a esta região é consequência directa da sua concepção global, na qual o elemento capital é o enfrentamento Leste-Oeste; ou seja, a hipervalorização das disputas entre as duas superpotências ao ponto extremo de tornar omissa a própria realidade centro-americana em si mesma.

Para definir a sua política em relação à América Central a administração Reagan não toma em consideração as relações históricas que o seu país mantém com aquela região, e que são as únicas que podem explicar a situação actual, mas apenas as suas contradições com a União Soviética. Segundo esta visão, todos os conflitos que opõem Washington à URSS, incluídos os da América Central e das Caraíbas, mais não são do que "alvos expansionistas" de Moscovo e do seu aliado cubano.

Daí que o modo de enfrentar o "desafio" consista em endurecer as relações com

Moscovo, ao ponto de abandonar a distensão e voltar aos tempos da "guerra fria", incentivar a corrida armamentista e, no que respeita à política seguida para a região centro-americana, instrumentalizar uma intervenção cujos dados salientes apontam para a desestabilização do governo nicaraguense e o apoio a todo o custo ao regime salvadoreño.

Esta concepção, e a sua prática consequente, tornaram-se nas causas que explicam o facto de a América Central se ter convertido num campo de guerra aberta. Consequentemente, não haverá espaço para o diálogo nem esperança de uma solução negociada e orientada para a pacificação enquanto não se vier a modificar esta concepção, que nega a realidade e a identidade dos povos centro-americanos, o que para estes constitui uma posição afrontosa e inaceitável. Prescindir da análise sobre a história das relações entre os EUA e a América Central é, com efeito, a mais perigosa das abstracções.

Ao longo do século passado e do corrente século, o México, a América Central e as Caraíbas foram os cenários por excelência onde se registou a maior ingerência — militar, diplomática e económica — dos Estados Unidos da América, que sempre consideraram, e continuam a considerar, a região como sujeita à sua zona de influência e estreitamente ligada aos seus interesses estratégicos. Trata-se pois de impôr a estes países um estatuto neocolonial, uma soberania limitada. Daí que este período se tenha caracterizado por uma também longa sucessão de conflitos, que se produziram tanto antes do próprio aparecimento da União Soviética, como depois, já que se manteve a prática hegemónica que sempre lhe esteve na origem.

Após o termo da II Guerra Mundial, quando a retirada dos impérios europeus do Terceiro Mundo deu lugar ao processo de descolonização, as circunstâncias internacionais conheceram transformações profundas que levaram à modificação dos métodos de dominação dos povos dependentes. Não obstante isso, os vizinhos do sul dos Estados Unidos foram objecto de novas agressões, entre as quais se salientam: o derrube do governo Arbanes na Guatemala (1954), o ataque a Playa Girón como tentativa de derrubar o governo cubano (1962) e a intervenção na República Dominicana (1965).

Cada um destes episódios, com as suas características próprias, inscreve-se na dialéctica opressão-libertação, que constitui o factor

determinante para a compreensão dos mesmos.

Nicarágua e El Salvador, por sua vez, representaram dois casos de velhas ditaduras implantadas sob a protecção dos Estados Unidos e exemplos de países onde se desenvolveu uma longa, dura e sangrenta resistência que culminou com a queda do general Anastasio Somoza e com o surgimento da guerrilha salvadoreña.

Durante décadas privaram-se estes povos de liberdades políticas e sociais, reprimiram-se brutalmente os opositores e exploraram-se — através de transnacionais — os seus recursos naturais. Surpreendente teria sido que nicaraguenses e salvadoreños não se rebelassem contra a opressão, que não procurassem libertar-se lutando por todos os meios ao seu alcance.

Quando Ronald Reagan assumiu o governo de Washington, a revolução sandinista apresentava-se consumada e El Salvador encontrava-se à beira da guerra civil. Dado que o mandatário e a nova administração norte-americana, pelas suas próprias concepções, negavam os próprios fundamentos de estas lutas populares, procurando as suas causas no longínquo Kremlin, inviabilizaram à partida toda e qualquer possibilidade de explorar os únicos caminhos que poderiam ter conduzido à paz: a abertura do diálogo com Manágua e a procura de uma solução negociada em El Salvador. Pelo contrário, o procedimento utilizado consistiu em excluir toda a possibilidade de diálogo e negociação, reforçando pesados aparelhos militares que não poderiam levar a outro resultado que não fosse a radicalização naqueles países, impossibilitando a execução de diversas fórmulas e propostas apresentadas por um amplo leque de governos e partidos políticos da América Latina e da Europa.

Sabemos hoje que Reagan rejeitou desde o início a mera consideração de uma solução pacífica, virando-se claramente para a procura da "alternativa militar". Entre as numerosas provas que a própria imprensa norte-americana tem publicado sobre a intervenção que, a partir de Honduras, o governo Reagan programa, financia e dirige com o propósito de desestabilizar a revolução sandinista encontra-se uma revelação inserida no "New York Times" onde se refere ter sido o mês de Abril de 1982 a data em que a administração norte-americana aprovou a realização de operações clandestinas contra a Nicarágua.

O carácter desta agressão, que se apoia nos restos do exército da dinastia de Somoza, é tão inocultável que chega a atingir as raias do grotesco: enquanto funcionários da administração norte-americana se vêem obrigados a reconhecer a assistência e o financiamento a estas actividades, alegando não constituírem as mesmas um intento de derrube do governo de Manágua mas apenas "uma forma de pressão" para impedir que este ajude os guerrilheiros salvadoreños, no Parlamento dos Estados Unidos considera-se que se trata de uma violação a uma resolução da Câmara dos Representantes, aprovada em Dezembro de 1982, que vetou toda e qualquer operação dirigida a eliminar o governo de Manágua.

Enquanto isso, o Pentágono faz afluir um enorme e constante apoio militar às forças armadas salvadoreñas, que, no entanto, se mostram incapazes de conter as ofensivas da guerrilha.

A política de Washington é pois clara e não permite grandes tergiversações de análise: promover uma invasão armada a partir das Honduras contra a Nicarágua — país soberano e vizinho —, acção esta que pode vir a derivar numa guerra aberta entre aquelas duas nações centro-americanas e arrastar toda a região para uma situação imprevisível. Por outro lado, Washington dá o seu incentivo à consumação da guerra civil salvadoreña — que devia e podia ser evitada —, e cujo potencial de conflito ganha também um alcance regional. Segundo representantes da oposição salvadoreña, o custo humano desta contenda eleva-se já a mais de 40 mil mortos e centenas de milhares de refugiados, tudo indicando que este saldo de morte e destruição continue a aumentar, assim como se verão incrementados os riscos de expansão dos conflitos nesta área atormentada do continente latino-americano.

Entretanto, há um outro aspecto que importa esclarecer. A revolução sandinista derrotou a tirania somozista e instalou-se no poder com um projecto revolucionário, que assim como no plano económico descartava qualquer possibilidade de socialização generalizada, pronunciando-se por um modelo misto de propriedade dos meios de produção, na esfera política, em sentido restrito, defendia um regime de amplas garantias para a oposição em claro respeito pelas regras do pluralismo ideológico.

O normal funcionamento deste modelo exigia, evidentemente, a normalidade interna e

fronteiriça, como é óbvio. Uma ameaça externa gera em qualquer país um regime de excepção e a implementação de medidas de segurança destinadas a evitar infiltrações, sabotagens, atentados.

Ora todo este quadro se veio a apresentar na Nicarágua, em grande medida agravado ante a invasão organizada pela nação mais poderosa da Terra.

A implantação de um estado de excepção na Nicarágua é, por isso, não só legítima como constitui uma resposta similar à que daria qualquer outro país, qualquer que fosse a coloração do seu regime político. Em tais condições, as relações com os sectores não identificados com o governo sandinista dificilmente poderiam ficar a salvo de enormes tensões, a menos que as posturas e a actuação dos referidos opositores se inscrevessem num claro repúdio ante a ingerência externa, na defesa da segurança nacional, a qual implicava necessariamente o reconhecimento e a denúncia dos planos intervencionistas norte-americanos, cuja evidência e concretização está fora de discussão. Esta atitude não se verificou e esse facto não poderá ser esquecido ou minimizado em qualquer análise lúcida sobre a situação prevalecente na Nicarágua. Esta chamada de atenção ganha maior importância para todos aqueles sectores que, internacionalmente, exigem da Nicarágua um regime interno extremamente "liberal", que levaria a que se tornasse praticamente impossível a preservação da segurança nacional, facilitaria o êxito da desestabilização instrumentada a partir de Washington, consagraria os designios hegemónicos norte-americanos e faria retroceder a história nicaraguense.

A causa próxima da radicalização na América Central encontra-se na política agressiva dos Estados Unidos, política esta que, involuntariamente, provoca a delimitação de uma fronteira entre os que apoiam ou não a Nicarágua na sua luta pela autodeterminação.

Defender o direito nicaraguense à autodeterminação transcende, assim, o mero problema da identificação ou da dissociação com o projecto sandinista. A defesa da soberania nicaraguense corresponde aos direitos elementares dos povos, às normas da convivência pacífica entre as nações.

As Malvinas um ano depois



UM ano depois da efêmera ocupação das Malvinas que desencadeou a guerra do Atlântico Sul, o regime militar argentino procura controlar a consequência directa da derrota bélica: a entrega do governo aos partidos políticos.

A aventura desencadeada pelo então presidente, Leopoldo Galtieri, em 2 de Abril de 1982, teve como objectivo precisamente o contrário: a permanência indefinida no governo, durante o tempo que fosse possível.

Nas vésperas da expedição ao arquipélago, a ditadura das forças armadas comprovava que, depois de oito sombrios anos de sangrenta repressão, privação dos direitos civis, fracassos económicos e uma jamais sufocada resistência popular, era impossível a sua permanência no governo.

No seio da corporação militar tinha prevalecido até então a negociação com os partidos, ou melhor, com aqueles grupos e políticos considerados interlocutores dos militares.

Era a tese do recuo táctico e ordenado. A concessão de eleições por parte dos altos comandos implicaria outras condições dos "beneficiários" civis. Isto é, tratar-se-ia de uma concessão limitada do governo e, em particular, de uma renúncia: a renúncia a investigar e punir os culpados de uma repressão que





As previsíveis consequências da guerra das Malvinas não foram avaliadas em toda a sua dimensão pela Junta argentina



desde 24 de Março de 1974 custou 30 mil vítimas entre mortos, desaparecidos e detidos.

A aspiração da cúpula militar esbarrava na recusa de um grande sector dos políticos e da sociedade ci-

vil a subscrever um "pacto de esquecimento". O tempo começava, portanto, a jogar contra o regime.

A crise económica avançava mais depressa que o "diálogo" com os civis e colocava os altos comandos diante de um beco sem saída. Não se podiam sustentar num governo, cujo abandono os colocaria de frente a um temível acerto de contas.

Poucas vezes foi tão bem aplicado o ditado que diz: "O desespero é mau conselheiro".

O desespero foi o conselheiro que inspirou a ditadura militar a uma "fuga para a frente", isto é, a ocupação das Malvinas. Se tivesse sido bem sucedido na reconquista do arquipélago, o governo Galtieri teria aberto um caminho para escapar do beco-sem-saída. Poderia estabilizar-se, ganhar tempo, ter poder de negociação, afastar o fantasma da prestação de contas, entrar na história.

Mas a "fuga para a frente" foi um salto no vazio. Concebida como um mero recurso político, a operação não teve em conta a situação internacional, nem as relações de força bélica.

A violência imperial britânica, apoiada na aliança com os Estados Unidos e a Comunidade Económica Europeia (quer dizer, a soma do poder da aliança atlântica) derrotou as forças argentinas.



Assim interpretou Ziraldo a iniciativa militar da Junta (Jornal do Brasil, Abril/82)

A única coisa certa nos cálculos de Galtieri e dos seus colaboradores foi que o povo argentino apoiaria incondicionalmente e unanimemente a reivindicação dos seus legítimos direitos nacionais nas Malvinas, embora o seu promotor fosse o mesmo regime que o estava a subjugar.

Mas a vitória das armas britânicas humilhou a soberania nacional e somou aos fracassos do regime a derrota no seu próprio terreno, o militar.

A partir desse momento, a saída das forças armadas do regime resultava imperiosa e inevitável e a imposição de condições, ilusória.

É assim que desde 14 de Junho do ano passado, quando a bandeira argentina foi arriada nas Malvinas, o processo de democratização avança. Não sem contradições e riscos, já que a crise — e, em especial, a crise económica — está fora de controlo e restam ainda nas fileiras militares partidários de uma saída desesperada.

Mas o regresso à democracia — a julgar pelas opiniões dos protagonistas, pelos indícios que vêm do interior do regime, e ainda pela falta de alternativa — parece irreversível.

A Argentina é hoje um país arruinado, com a indústria nacional destruída, com uma das maiores dívidas do planeta, fazendo paradoxalmente incursões na corrida armamentista, profundamente dilacerado pelos excessos da ditadura e pela humilhação britânica.

Mas é um país que parece renascer diante da recuperação das suas liberdades e a perspectiva próxima da sua autodeterminação nacional. O processo de autodeterminação argentino poderá ser turbulento e difícil, precisamente pela velocidade do trânsito posterior aos infelizes acontecimentos de Junho passado.

No entanto, assinala o começo de uma nova era, não só dentro das fronteiras nacionais, como também dentro do contexto do Cone Sul, onde foi precedida pela democratização da Bolívia, pelos avanços no Brasil, o aprofundamento da crise que vive a ditadura chilena e os sucessivos revezes que as forças democráticas infligiram ao regime militar do Uruguai.

Enquanto as forças ditatoriais retrocedem na metade meridional da América do Sul, *cadernos do terceiro mundo* dedica o seu tema de capa deste mês ao aniversário da reconquista das ilhas Malvinas que, apesar da sua curta duração, teve profunda ressonância na América Latina, no sentido de esclarecer sobre a natureza recorrente do imperialismo e o carácter inconciliável da Aliança Atlântica e o Terceiro Mundo, como são antagónicos os interesses da dependência e da libertação.

De Buenos Aires, o jornalista argentino Horacio Verbitsky analisa as sequelas da guerra do Atlântico Sul na sociedade civil do seu país e na política britânica e avalia o possível destino do arquipélago das Malvinas. □

Que pode o Reino Unido fazer com as ilhas?

Torna-se cada vez mais evidente a hipocrisia do governo britânico em ter levado por diante uma guerra pelas Malvinas. E nem os apelos patrióticos da Junta militar já conseguem esconder o real objectivo da guerra: a perpetuação do regime argentino

Horácio Verbitsky



Margareth Thatcher: "as ilhas são britânicas"



que os habitantes da ilha "estavam irredutíveis quanto ao não se poder negociar a soberania com os argentinos. Estendemos a mão da amizade à Argen-

tina. Não responderam. Confiamos que o farão um dia. Mas não negociaremos a soberania".

Não por agora, é claro. Mas o tempo tem as suas próprias razões, que devem ser tidas em conta.

A frente interna

Em 1982, quando a Argentina recuperou as ilhas, o governo conservador britânico passava por um momento crítico. O fracasso do plano económico, o encerramento de fábricas, o desemprego e a inquietante erupção de descontentamento social, minavam a sua estabilidade. Era de prever nas iminentes eleições um avanço da oposição trabalhista e da nova aliança social-democrata, à custa dos *tories* (conservadores).

Segundo o jornalista Peter Jenkins, autor de um dos livros mais completos sobre a guerra, em 31 de Março Margaret Thatcher recebeu um relatório dos serviços de informações que anunciavam a decisão argentina de tomar as Malvinas e comentou: "Se eles fizerem isso e nós não reagirmos, o meu governo cairá". Margaret Thatcher conferiu à questão um carácter central e prioritário e apostou o seu futuro nela, aplicando à rotina da sua administração fraccassada uma injeção de mitos e de glória. A recessão não é má companheira do patriotismo, e ainda que fora do seu país a visão de um Churchill de saias lidando com um Hitler sul-americano provocasse riso, os votos que a ela interessavam eram os dos seus compatriotas. Com o apoio vital dos norte-americanos, a Grã-Bretanha ganhou a guerra e os conservadores aumentaram a sua força eleitoral.

Mas a guerra já faz parte da história e gradualmente ressurgem as críticas que os gritos triunfais abafaram. As 24 cartas que chegou a escrever o subtenente de 25 anos David Tinker antes que um missile argentino explodisse dentro do destroyer *Glamorgan* e acabasse com a sua vida, ampliam essas críticas numa caixa de ressonância de alta emotividade. As cartas foram publicadas em forma de livro de bolso com o título de *A message from the Falklands* ("Uma mensagem das Falklands") e condenam o governo inglês com mais mordacidade do que o Relatório Franks, cujas observações técnicas não adia-

ram o debate político em curso.

"Vamos dar uma lição aos argentinos. Vai ser muito divertido. Estou contente com a decisão de Maggie Thatcher de reter pela força as poucas colônias que nos restam", ironizava numa das suas primeiras cartas à família. "No caminho em direcção às Falklands deter-nos-emos na ilha de Ascensão (outra colónia britânica) e passaremos em frente de Santa Helena (outra também). É como estar a viverem 1914", acrescentava, quando ainda pensava que não haveria guerra e sim um mero desfile dissuasor frente aos temerosos *argies*.

Tinker foi percebendo com o avançar da esquadra, o absurdo de "ir travar uma guerra colonial no outro lado do mundo: 28 mil homens em marcha para lutar por um miserável pedaço de terra habitado por menos de duas mil pessoas".

Em meados de Maio, quando o *Glamorgan* já havia tomado parte em vários combates, Tinker aludiu na sua correspondência à "hipocrisia do governo britânico, que jamais dotará estas ilhas dos efectivos militares suficientes para protegê-las quando a luta terminar. Esta é uma guerra do governo para conseguir a sua perpetuação política... O triste é que nós não temos uma causa pela qual lutar... Os argentinos são mais patriotas a respeito das Malvinas, que nós em relação às Falklands".

Em Junho ou Outubro é possível que o governo britânico convoque eleições gerais antecipadas, e a vitória do Atlântico Sul é o único êxito do qual Mrs. Thatcher se pode vangloriar. Por isso, a chefe do governo voou 12 800 km em 23 horas para começar a sua campanha proselitista com uma volta de cinco dias num distrito que só tem 1 800 eleitores. A sua capacidade para perceber os símbolos, não a torna mais simpática, mas é uma prova de talento político.

Uma fortaleza militar

A recusa em negociar já não poderá ser apoiada por 80 fuzileiros com armas ligeiras, como acontecia até ao dia 2 de Abril de 1982. Agora, a opção intransigente equivale a converter as ilhas numa fortaleza militar que consiga dissuadir a Argentina de qualquer nova tentativa.

Neste momento, estão ali instalados quatro mil efectivos ingleses e uma quantidade proporcional de navios, aviões e submarinos, que acarretam problemas económicos, políticos e logísticos.

O jornal *The Guardian* calculou que a guarnição das ilhas custará aos contribuintes tanto como o projecto *Trident*, de mísseis intercontinentais de ogivas múltiplas. "Manter a guarnição custará 424 milhões de libras esterlinas em 1983. Se a isso se somarem os 700 milhões dos custos de guerra revelados pela primeira-ministra e a factura para substituir os barcos e aviões perdidos, o custo total para os dois primeiros anos será de mil milhões de libras. A cifra é três vezes a quantia extra que o general Rogers (da NATO) disse que seria necessária durante os próximos cinco anos para criar as forças da aliança atlântica que poderiam defender a Europa Ocidental de uma ataque convencional, não-nuclear, das forças do Pacto de Varsóvia."



Os argentinos desembarcando nas Malvinas



Somos dedicou a edição de 9 de Abril de 1982 às ilhas

O *Financial Times* calculou um custo ainda maior que *The Guardian*, e também se opôs a um gasto tão grande. *The Washington Post* opinou que "o custo da retomada, do apetrechamento durante quatro anos e das obras necessárias para tornar viável a vida do seu contingente militar subtrairá cerca de 4,8 mil milhões de dólares — três milhões de dólares

para cada um dos 1 600 habitantes das ilhas — de um orçamento militar de 25 mil milhões. Mesmo para um país que não tivesse problemas económicos, é um gasto muito grande de suportar”.

A hipótese da fortaleza militar permanente pareceu confirmar-se com a versão publicada em Fevereiro pelo *Daily Express* sobre a construção de um aeroporto estratégico nas ilhas, a um custo de 880 milhões de libras esterlinas (cerca de 1,4 mil milhões de dólares), que seria realizada por empresas privadas num prazo de quatro anos. O jornal conservador explicou que se a pista, de três mil metros de comprimento — que permitiria um fácil reforço da guarnição num caso de emergência — fosse construída pelo Comando de Engenheiros do Exército, custaria somente 110 milhões de libras (cerca de 175 milhões de dólares) mas obrigaria à contratação de mil operários que continuariam a receber os seus salários muitos anos depois de concluída a obra.

Isso sem contar com os graves problemas económicos que as ilhas colocavam para a Grã-Bretanha antes da guerra, e que constam do relatório Shackleton de meados da década passada, cujas recomendações não foram aplicadas porque o programa de austeridade do governo conservador não permitia dispor dos recursos necessários, naturalmente muito inferiores aos que depois custou a guerra. Os seus pontos principais aludiam à necessidade de uma reforma agrária e à exploração de algas marinhas, *krill* (um crustáceo de alto poder alimentício) e petróleo, para o que se considerava inevitável um acordo com a Argentina.

A nuclearização do conflito

O trabalhismo foi afrouxando as suas brandas ressalvas à medida que as vitórias no campo de batalha consolidavam a posição oficial, mas voltará a fazer-se ouvir à medida que os combates forem esquecidos e se aproximarem as eleições.

Foi um deputado trabalhista, Tam Dalyell, que levantou no Parlamento uma questão de extrema gravidade, como é o transporte de ogivas nucleares em vários barcos da frota que lutou no Atlântico Sul. Essa versão já havia sido levantada antes pelo jornalista norte-americano Jack Anderson e pelo semanário alemão *Der Spiegel*, que afirmaram que o comandante da esquadra tinha autorização para utilizar essas armas (algumas das quais tinham a mesma potência da bomba de Hiroshima) em caso de extrema necessidade.

Dalyell mencionou também “provas circunstanciais” que “mostram claramente” que o HMS *Sheffield* se afundou com armas nucleares a bordo. “A Grã-Bretanha deve ser muito clara a respeito disso e dizer ao mundo se há engenhos nucleares no fundo do Atlântico Sul”. Em nenhuma das várias intervenções sobre o tema os representantes do governo, o ministro dos Negócios Estrangeiros Pym e a primeira-ministra Margaret Thatcher desmentiram as afirmações da oposição. Tão-pouco o fez o ex-secretário de Estado norte-americano Alexander Haig, quando, no Congresso norte-americano, um senador lhe perguntou se havia armas nucleares nos navios

britânicos que operavam perto das Malvinas durante a guerra. “Penso que esse é um assunto suficientemente importante para não ser discutido em público”, respondeu o general.

A admissão implícita dos ingleses e norte-americanos é grave, porque a Grã-Bretanha foi o primeiro país que assinou os protocolos do Tratado de Tlatelolco¹, 15 anos atrás, que proíbe o emprego, a ameaça de emprego e até o transporte de armas nucleares no solo, no mar territorial e no espaço aéreo da América Latina.

Durante a guerra, o presidente da Comissão Argentina de Energia Atómica, vice-almirante Carlos Castro Madero, denunciou perante organismos internacionais o uso de submarinos ingleses de propulsão nuclear como uma infracção ao Tratado de Tlatelolco, mas depois limitou-se a qualificá-lo como “algo que vai contra os princípios éticos de evitar a proliferação do armamento nuclear”.

A sua mudança de tom é compreensível. O almirante, cujo filho sobreviveu ao naufrágio do cruzador *General Belgrano*, é firme partidário da construção de submarinos nucleares argentinos, de modo que lhe era difícil apontar o seu uso como contrário a Tlatelolco, mesmo que a Argentina, Brasil e Chile, não tenham ratificado o Tratado.

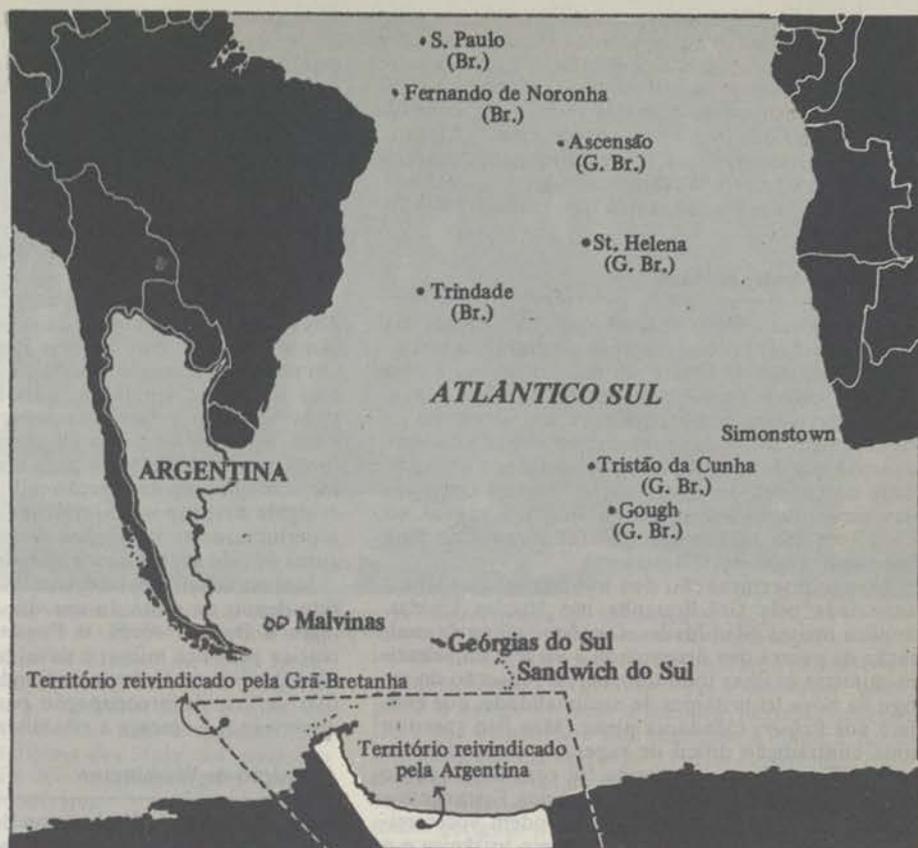
Castro Madero fez questão de criticar o transporte de armas nucleares pelos navios do Reino Unido, embora tenha afirmado que elas não foram utilizadas. “Quero tranquilizá-los, pois não há perigo de existirem armas depositadas no fundo do mar, já que o facto de não terem sido utilizadas, de não terem explodido, quer dizer que não há produção de elementos radioactivos de alta actividade. Suponho que sejam armas com alguns quilos de urânio ou plutónio, mas mesmo que eventualmente sejam corroidas pela acção da água, nessas profundidades não representam qualquer perigo para a flora ou a fauna”.

Castro Madero formulou essa declaração surpreendente em Buenos Aires, em 3 de Novembro. No dia 4, em Londres, o trabalhista Tam Dalyell mostrou-se menos despreocupado: “Os físicos que conheci não estão de acordo quanto ao grau de periculosidade das possíveis emissões radioactivas. Alguns sustentam que não há maiores riscos de poluição e outros acreditam que o perigo das radiações que o *Sheffield* pode emitir da sua tumba é muito sério”.

Três meses depois, Castro Madero também minimizou a gravidade da eventual instalação de armas nucleares a poucas centenas de milhas das costas argentinas. “Não creio que a Grã-Bretanha chegue ao extremo de violar flagrantemente um tratado como o de Tlatelolco. É muito difícil acreditar nisso, mas se for confirmado, deve haver uma condenação muito grande em todo o mundo”.

Chama a atenção o facto de que o almirante se refira assim a uma infracção *potencial* ao tratado e guarde silêncio em relação à transgressão *real*, já

1) *Tratado de desnuclearização da América Latina, assinado no México pelos países latino-americanos.*



produzida, e cujas consequências ele mesmo minimizou.

O que pensa a NATO

A perspectiva da presença permanente de uma base britânica no Atlântico Sul dificilmente poderia ser levantada sem o consentimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), onde o Reino Unido desempenha um papel de primeiro plano dentro da estratégia ocidental de confronto com a União Soviética e os seus aliados.

Durante a guerra, a Grã-Bretanha teve que solicitar o consentimento da NATO para retirar do mar do Norte forças destinadas às Malvinas. "Essa região é parte do Atlântico e a aliança ocidental ver-se-á fortalecida cobrindo uma área maior", disse o então ministro da Defesa John Nott.

Já em 1980, a NATO tinha começado a estudar a sua possível projecção fora dos limites do Atlântico Norte. Em Dezembro daquele ano, num artigo publicado na *Nato Review*, de Bruxelas, assinado por H. Stanhope, se reivindicou o direito da aliança se exercitar e permanecer no oceano Índico e no Atlântico Sul e sugeriu-se que isso não fosse feito de maneira directa, e sim através de um dos seus membros, a Grã-Bretanha, com grande experiência em oceanos

distantes devido ao seu passado imperial.

O principal membro da NATO é como se sabe, os Estados Unidos, e em todos os momentos a Grã-Bretanha tratou de associá-lo aos seus projectos, com uma compreensão das regras do jogo nesta parte do século XX, muito superior à que demonstrou durante a crise do Suez em 1956 e à que tiveram os governantes argentinos em 1982.

Esses planos da NATO, a guerra das Malvinas e o seu pós-guerra coincidem com um momento muito particular dos Estados Unidos, com o síndrome do Vietname já em vias de superação, com a criação de forças de deslocação rápida e a procura de bases em todos os oceanos. Em Março do ano passado, Caspar Weinberger admitiu perante a Câmara de Representantes a possível construção de novas bases na América Latina e o *Washington Post* mencionou como eventuais sedes Honduras, Colômbia, a ilha costa-riquenha de Cocos e as equatorianas de Galápagos.

Mas, se a construção de uma eventual base norte-americana nas Malvinas tiver de se vincular à continuação da ocupação britânica, não se oporiam os militares argentinos a conceder essa oportunidade ao Pentágono? O secretário de Defesa Weinberger precisou que se negociava "com países soberanos". Há inclusive sectores políticos argentinos que sustentam

que um acordo desse tipo já tinha sido acertado pelo ex-presidente Galtieri, nos Estados Unidos, mas que foi frustrado quando a Grã-Bretanha exigiu a solidariedade do seu principal aliado. O ex-embaixador inglês em Washington, Nicholas Henderson, disse há pouco tempo que o ex-secretário de Estado Alexander Haig "considera que a Argentina pode ter recebido falsos sinais de Washington sobre a sua atitude no caso de uma invasão, ainda que, certamente, não através dele".

A farsa da "independência"

A "autodeterminação" dos *kelpers* (habitantes das ilhas Malvinas) foi o argumento central para justificar a expedição de 1982 e, ao mesmo tempo, é uma das perspectivas que se estudam em Londres para o futuro das ilhas, como base para um arremedo de "independência". Nesse projecto, antecipado durante a guerra por John Nott, as comunicações e a viabilidade económica da nova "nação" seriam conseguidas mediante acordos com o Brasil, Uruguai ou Chile, e a sua manutenção militar surgiria de uma instalação anglo-norte-americana.

A autodeterminação dos habitantes das ilhas, anunciada pela Grã-Bretanha nas Nações Unidas, implica muitas dificuldades. O mesmo clima de exaltação de guerra que determinou a viagem da primeira-ministra às ilhas tomou forma na redacção do artigo da nova lei britânica de nacionalidade, que confere aos *kelpers* cidadania plena. Mas isso suscitou uma contradição difícil de superar, salientada pelo jurista James Fawcett, quando foi consultado como especialista pelo Comité dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Comuns. "Como podem vocês reivindicar ao mesmo tempo a cidadania britânica e o direito à autodeterminação?", foi a sua lacónica pergunta.

Por outro lado, muitas coisas mudaram desde que Nott lançou aquela ideia. A América Latina e os países não-alinhados foram muito além do previsto no seu apoio aos direitos argentinos, e nem o Brasil, nem o Uruguai se mostraram dispostos a emprestar sequer uns metros do seu território para que os aviões ingleses fizessem escala, fossem eles militares ou de alguma possível linha aérea pseudo-comercial que pudesse ser criada no futuro. As únicas excepções confirmam esta regra: o Brasil permitiu a aterragem de um bombardeiro *Vulcan* em situação de emergência durante a guerra, mas não o deixou descolar com as suas armas, e o Uruguai autorizou, por razões humanitárias, que pousasse em Carrasco um avião que transportava parentes dos soldados ingleses mortos nas Malvinas. O Chile, por muito ambíguo que tenha sido a sua posição durante o conflito, não esquece que compartilha milhares de quilómetros de fronteira com a Argentina, e nem mesmo enquanto se abstinha de condenar a agressão britânica, deixou de reconhecer a soberania argentina sobre as ilhas.

A ocupação permanente, ou a farsa da "independência", tem um custo político ainda maior que o económico, já que envenena as relações britânicas (e também norte-americanas) com o continente. Em

Fevereiro houve inúmeras demonstrações disso.

Um avião *Harrier* com base nas Malvinas interceptou e exigiu a identificação do navio oceanográfico brasileiro "Professor Besnar", que navegava dentro da chamada "zona de exclusão", de 200 milhas e com o centro nas ilhas. No dia seguinte, uma fragata inglesa quase encostou à mesma embarcação para pedir novamente a sua identificação, enquanto um *Hércules C-130*, dois caças *Phantom* e um helicóptero *Wessex* interceptavam outro navio da primeira expedição brasileira à Antártida, o "Barão de Teffé".

O desejo britânico de ficar bem com os americanos determinou os passos da sua soberana em direcção ao México, mas Francis Pym teve de ouvir do seu colega, o ministro dos Negócios Estrangeiros ateca Bernardo Sepúlveda, uma firme reiteration da reivindicação a favor da soberania argentina nas ilhas. Se o México condenou em 1982 o recurso à força da junta argentina para lutar pelos seus direitos, a magnitude da reacção militar britânica e a sua evidente desproporção, criaram um facto novo que superou aquelas vacilações. Quem pode ter hoje alguma dúvida acerca da identidade do agressor?

Simultaneamente, num comunicado conjunto emitido depois da visita do seu vice-presidente Jorge Illueca a Buenos Aires, o Panamá declarou que "a maciça presença militar e naval britânica na área das ilhas Malvinas, Geórgias e Sandwich do Sul, é motivo de grande preocupação para os países latino-americanos e ameaça a estabilidade da região".

A posição de Washington

Em Novembro, Washington deu o seu voto favorável a uma resolução das Nações Unidas (ver matéria nesta edição) que insta a Grã-Bretanha e a Argentina a retomarem as negociações sobre a soberania iniciadas em 1965. O voto "deixou-me sem voz", assinalou dramaticamente o sucessor de John Nott no Ministério da Defesa, visconde de Trenchard. O opositorista lord Cledwyn explicou-lhe que era compreensível o interesse norte-americano em restabelecer boas relações com a América Latina.

Mas quais seriam as condições de Washington para essa melhoria de relações? Porque o mero recurso à negociação não permite antecipar o seu conteúdo nem os seus resultados.

A imprensa norte-americana proporciona algumas pistas através das reacções à viagem da senhora Thatcher às ilhas. *The Washington Post*, favorável à posição britânica durante o conflito, julgou que "a melhor saída para o assunto é encontrar uma jornada para transferir a soberania à Argentina em condições que assegurem o justo tratamento dos habitantes das ilhas. Não acreditamos que isso seja impossível". *The New Times* afirmou que a Grã-Bretanha não tinha nenhum interesse vital na posse permanente desses territórios e instou o país a rever alguns dos planos que se analisavam antes da guerra e a "considerar novas propostas relacionadas com a possibilidade de colocar as Malvinas, as Geórgias do Sul e as Sandwich sob um protectorado internacional".



Depois de sempre ter votado ao lado da Grã-Bretanha (foto), os Estados Unidos, em Novembro de 1982, apoiaram uma resolução das Nações Unidas que exige da Inglaterra e da Argentina o retomar das negociações

Na primeira quinzena de Janeiro, o *Times* levantou a ideia do protectorado e o *Post* a da transferência da soberania para a Argentina. Mas, no final do mesmo mês, também o *Post* aderiu àquela ideia, num artigo sobre "O dilema das Malvinas" assinado pelo embaixador britânico em Washington durante a guerra, Nicholas Henderson.

"Sem um acordo negociado com a Argentina, o desenvolvimento económico das ilhas ficará esclerosado, e a Grã-Bretanha ficará diante de uma permanente ameaça militar que somente poderá enfrentar com um considerável desvio de recursos militares, e nenhuma negociação poderá ter êxito a menos que os argentinos consigam ver satisfeitas, pelo menos em parte, as suas reivindicações de soberania". Henderson sugeriu uma das formas que tinham sido analisadas nas últimas negociações antes da guerra, isto é, a concessão da soberania à Argentina, que por sua vez arrendaria as ilhas à Grã-Bretanha, embora tenha lembrado que nem os *kelpers*, nem a opinião pública do seu país tinham aceiteado essa fórmula.

"Acredito que em determinado momento o problema terá que ser internacionalizado. Outros países terão que participar pelo menos para eliminar um indefinido problema de segurança, talvez observando o conceito do Tratado da Antártida", acrescentou o ex-diplomata, que durante a guerra protagonizou boa parte das negociações de último recurso com o ex-subsecretário argentino dos Negócios Estrangeiros, Enrique Ross.

Diante desta imprevista proposta de internacionalização, vale a pena lembrar que a primeira fórmula da mediação efectuada pelo ex-secretário de Estado Alexander Haig admitia uma administração tripartida das ilhas, anglo-argentino-norte-americana.

O comentário do *New York Times* contém outros elementos que devem ser tidos em conta. Segundo o

seu raciocínio, a decisão do Reino Unido de abster-se a negociar com a Argentina sobre a soberania "comporta o perigo de fazer a senhora Thatcher parecer tão cheia de altivez e tão chauvinista como a junta argentina que ela derrotou". Palavras parecidas com de uma das cartas do subtenente Tinker, para quem "esta é uma guerra que duas ditaduras travam. É muito perigoso o que está a acontecer na Grã-Bretanha, onde uma primeira-ministra pode mandar o país para a guerra sem consultar sequer o Parlamento".

Acontece que nem a senhora Thatcher nem a junta militar são eternas; pelo contrário, a segunda desaparecerá este ano e não há motivos para supor que a primeira supere em muito a média da duração dos seus antecessores no cargo.

Então, com um governo civil na Argentina e com um trabalhista em Londres — e por que não, com um presidente democrata na Casa Branca — a negociação poderia desembocar finalmente numa fórmula aceitável, inglória mas possível.

Há para isso um antecedente importante: o documento de entendimento celebrado em 1968 com a Argentina pelo governo trabalhista de Harold Wilson, que não chegou a entrar em vigor devido ao adiamento por causa da campanha eleitoral, primeiro, e à vitória do conservador Edward Heath, depois, nas eleições de 1970.

O seu artigo 4.º dizia:

"O governo de Sua Majestade Britânica reconhecerá a soberania argentina sobre as ilhas Malvinas a partir de uma data a ser combinada. Essa data será fixada logo que o governo de Sua Majestade Britânica esteja satisfeito com as garantias e salvaguardas oferecidas pelo governo argentino para defender os interesses dos habitantes."

Uma derrota mais grave que a de Puerto Argentino

O subdesenvolvimento e a dependência tecnológica representaram maior desastre do que a própria guerra: hoje, a Argentina está sujeita ao poderio da indústria bélica ocidental



broza que nunca lhe passara pela cabeça semelhante ideia.

A ameaça terá sido feita para tirar a jornalista italiana do caminho? Hoje as suas perguntas insistentes soariam mais doces aos ouvidos do general reformado, comparadas com os insultos que ele escuta todas as vezes que se arrisca a sair à rua.

O equipamento bélico merece ser tratado com menos frivolidade, dada a sua importância política e econômica e as suas consequências a longo prazo, para o país e para a região.

A reposição do perdido

Durante os 74 dias da guerra, a força aérea perdeu mais de 40% dos 82 aviões que possuía em condições de combater os ingleses; a marinha, um cruzador e um submarino da Segunda Guerra Mundial, vários transportes e unidades menores; e o exército, tudo o que colocou nas ilhas: helicópteros, artilharia, armas portáteis e munições.

Os dados mais conhecidos são os da aviação, à qual foram abatidos 19 *Douglas A4B* e *A4C Skyhawk*, 13 *Mirage* e *Dagger*, 2 *Canberra*, um *Hércules* 130 e um *Lear Jet*, além de um número incerto de helicópteros e de *Pucarás*, os pequenos turbo-hélices de observação e luta antiguerrilha que foram usados até para bombardear porta-aviões.

Ao fazer o seu primeiro balanço do conflito, o ex-comandante-em-chefe da força aérea, brigadeiro Basilio Lami Dozo, adiantou que um mês depois da sua conclusão, todas as perdas seriam substituídas

NOS últimos dias da guerra e do Outono, o comandante-em-chefe e presidente Leopoldo Galtieri disse a Oriana Falacci que, caso fosse necessário, solicitaria armamentos à União Soviética. Entretanto, depois da queda de Puerto Argentino (a capital do arquipélago) nas mãos dos britânicos, Galtieri confessou numa reportagem assom-



Leopoldo Galtieri, reformado e culpado

por material de igual ou melhor qualidade.

Em Dezembro, uma espectacular operação de segurança acompanhou a descarga no porto de Buenos Aires e a transferência para uma base aérea da capital dos contentores com as peças desarmadas de novos *Daggers* israelitas (versão aperfeiçoada dos *Mirage* franceses). O jornal *Le Monde* de Paris, considera que a força aérea dispõe hoje de 75 *Mirage* e *Dagger*, ou seja, muito mais do que quando a guerra começou, a 2 de Abril do ano passado. Acrescenta que Israel e a Líbia fornecem bombas para esses aparelhos.

Israel também venderia à Argentina os seus brilhantes mísseis Gabriel 3, nas versões ar-água e água-água, segundo publicações da revista britânica *Flight*, não desmentidas por Telavive.

Outra revista inglesa, *Air International*, revelou que a Argentina tinha adquirido à França 15 helicópteros AS 332 *Puma*, cuja versão naval carrega os temíveis *Exocet*. Três unidades iriam para a marinha e as restantes para o exército, que as utilizaria como transporte de tropas.

A França foi o primeiro país que levantou as sanções militares contra a Argentina, em Agosto, o que lhe permitiu cumprir as entregas acordadas antes da

guerra. Em Novembro, um cargueiro argentino zarpuou do porto de Saint Nazaire (França) com cinco aviões *Super Etendart* (a versão naval do *Mirage*), cinco mísseis *Exocet AM 39* ar-mar e outras munições até completar 200 toneladas; e no Parlamento britânico, tornaram a ressoar vozes contra a ingratidão do aliado nas duas guerras mundiais. A suspensão do embargo também abriu caminho para um novo contrato para outros dez *Super Etendart* e vinte *Exocet* para a marinha.

A "fúria" do governo conservador, somou-se a "indignação" da oposição trabalhista, usando as suas próprias palavras. "Lamento que qualquer governo democrático, especialmente um socialista, esteja a enviar armamentos que poderão ser usados contra os nosso soldados", disse Eric Heffer, porta-voz do *Labour Party* (Partido Trabalhista) para os assuntos externos.

Le Monde sustentou que as três prioridades de equipamento do exército eram os sistemas de defesa antiaérea, para o qual se recorreria à empresa suíça *Oerlikon*; a reconstrução da frota de helicópteros de combate e de transporte, 24 dos quais se perderam durante a guerra, far-se-ia comprando à França e à Itália; e a incorporação do sistema de visão por meios de raios infravermelhos e de ampliação da luz. Neste último caso, não se indica o possível vendedor, mas é certo que esses aparelhos, que o Comunicado 166 do Estado Maior Conjunto mencionou como decisivos na batalha final, não são fabricados nem na Colômbia nem no Uganda...

"Made in England"

O caso mais revelador, sem dúvida, é o do contrato da marinha argentina com os estaleiros *Blohm und Voss*, de Hamburgo. Trata-se do programa *Meko*, que data de 1978 e que compreende o fabrico, na República Federal da Alemanha, de quatro fragatas e a construção na Argentina de seis corvetas.

Só o acordo de compra das quatro fragatas montava a 600 milhões de dólares, de modo que os alemães aderiram ao embargo mas informaram que a execução do contrato prosseguiria assim que se apagasse as fogueiras no Atlântico Sul. O equipamento de todas essas naves inclui mísseis franceses e helicópteros britânicos *Sea Lynx*, e isso, que durante a contenda pareceu um obstáculo para o prosseguimento do acordo, logo se revelou como exactamente o contrário.

As fragatas também são movidas por turbinas Olympus, fabricadas pela empresa britânica *Rolls Royce*. Duas delas tinham sido entregues aos armadores alemães antes da Argentina recuperar as Malvinas. As outras duas turbinas ficaram dentro do embargo, mas o Reino Unido não demorou muito mais que Paris para o dar por concluído: Setembro de 1982.

Em Fevereiro deste ano, Lord Belstead, porta-voz do *Foreign Office* na Câmara dos Lordes, revelou que quatro importantes empresas britânicas forneciam material destinado a navios de guerra argentinos: a *Rolls Royce* fornece as turbinas, a *Hawker*

Sideley vende controlos para salas de máquinas, a *David Brown* entrega componentes de motores e a *British Aerospace*, partes para os mísseis franceses *Exocet*.

O mau humor britânico pelas vendas francesas a Buenos Aires, de rosto humanitário e expressão patriótica, confessava assim a sua biliosa origem comercial.

Paralelamente a esses acontecimentos, os fabricantes franceses e britânicos "davam-se mutuamente pontapés nas canelas" para resolver quem assinaria o convénio para prover de mísseis as bases norte-americanas instaladas na Alemanha Federal e noutras partes da NATO. A opção entre o *Roland* franco-alemão (*Aerospatiale-Messerschmidt*) e o *Rapier* britânico, implica um negócio inicial de 500 milhões de dólares, mais as compras em cascata que sempre se esperam quando o primeiro cliente tem o seu domicílio na Avenida Pennsylvania, em Washington.

Os eixos geopolíticos

Embora todos compreendam que a aquisição de armamento não seja o melhor destino para as poucas divisas que flutuam nas arcas vazias dos nossos países, impõem-se a lógica da guerra e os seus interesses conexos, envenenando a convivência de povos com a mesma história e as mesmas necessidades.

Em 1978, o Chile e a Argentina estiveram a ponto de entrar em guerra pelo litígio do Canal do Beagle, e ao serem desencadeadas as hostilidades por causa das Malvinas, o governo de Santiago recusou-se a alinhar com os seus vizinhos como fez o resto da América, opôs-se à convocatória do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e absteve-se em todas as votações que condenaram a agressão britânica e o apoio norte-americano.

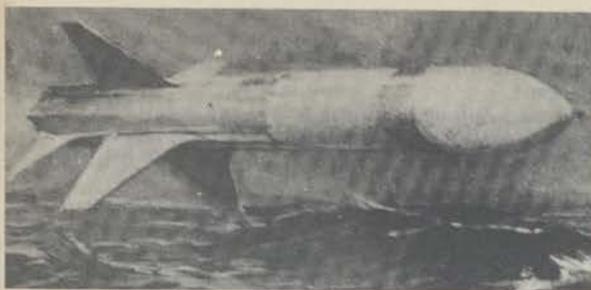
A política britânica conserva ainda uma desconcertante subtilidade. A posição chilena favorecia o Reino Unido e, contudo, os ingleses colocaram o seu parceiro em evidência, expondo-o a consequências desagradáveis.

Foi a televisão estatal de Londres a encarregada de revelar o papel determinante do Chile para a polícia secreta britânica, que teria instalado naquele país um sistema de espionagem electrónica das bases argentinas em Ushuaia, Rio Grande e Rio Gallegos.

O jornalista Tom Mangold disse, num programa especial dedicado à guerra, que o helicóptero *Sea King* da *Royal Navy* que caiu em território chileno e cujos tripulantes foram depois condecorados por alguma façanha que ainda permanece nas sombras, "fazia parte dessa rede. O Chile continuará a negar formalmente essa conexão, mas durante a crise, o seu governo respondeu com espírito de amizade e colaboração para com a Inglaterra".

Um porta-voz de mais alto nível que Mangold, o então ministro da Defesa John Nott, revelou — em plena guerra — que uma vez recuperadas as ilhas, o seu país, com o apoio norte-americano, procuraria um acordo com o Chile, o Uruguai e o Brasil para garantir a liberdade e a autodeterminação dos *kelpers*.

Essas declarações de gratidão não obedecem aos



Com o levantamento do embargo francês, os Exocet foram novamente vendidos à Argentina

bons-modos britânicos, mas sim à sua prática constante de dividir para reinar, fomentando a ressurreição de antigos eixos geopolíticos, pelos quais cada país se considera inimigo do seu vizinho e amigo do inimigo do seu vizinho, em proveito do inimigo de todos eles, que costuma ser também o seu abastecedor de armas.

Depois do fim da guerra, o Chile começou a negociar a compra de novos equipamentos militares "para melhorar a sua capacidade defensiva diante da Argentina", segundo palavras da agência inglesa *Reuters*. "Em Santiago, neste momento, os vendedores de armas pululam e a maioria deles são britânicos", acrescentou. O interesse chileno dirigia-se para equipamentos de radar, alarme antecipado e mísseis antiaéreos e navios de guerra usados, da Grã-Bretanha, a quem se acabava de adquirir o *destroyer Norfolk* e o navio auxiliar da frota *Tidepool*.

Em Dezembro, a revista *Air International* (tão inglesa quanto o jornalista Mangold, o ministro Nott e a agência *Reuters*), noticiou que Santiago tinha adquirido três aviões *Canberra PR MK9*, na sua versão de reconhecimento.

Com o dedo no olho

A que se deve essa jactância? Porque não são os ingleses mais sóbrios com as aquisições do seu aliado, como aconselharia qualquer oficial da polícia secreta do Cone Sul, em cujo manual, segredo e segurança são ingenuamente considerados sinónimos?

Essa vociferação é dirigida a Buenos Aires e Lima, onde agitar o centenário fantasma chileno produz sobressaltos equivalentes aos que a pretensa existência de um pacto secreto argentino-boliviano-peruano causa em Santiago.

Poucos países se apaixonaram tanto, como o Peru, pela causa das Malvinas e um debate público colocou frente a frente o presidente Fernando Belaúnde Terry e o seu irmão Francisco, então presidente da Câmara de Senadores, com o ministro da Guerra, Luis Cisneros Visquerra. Cisneros pronunciou-se numa reportagem à revista *Caretas*, por um apoio irrestrito a Buenos Aires, com navios, aviões e soldados, declarando, até a sua ambição de combater no território americano das Malvinas. O presidente Belaúnde replicou em conferência de imprensa que "a missão do Peru era muito mais importante como gestor da paz como participante bélico", e o seu irmão minimizou

a questão como se se tratasse de um capricho de Cisneros. Disse que compreendia a reacção emocional do ministro, a quem chamam *El gaucho* porque nasceu em Buenos Aires onde o seu pai estava exilado e graduou-se como tenente no Colégio Militar da Argentina.

Contudo, "Paco" Belaúnde não pôde esconder o fundo do problema, que não é uma questão pessoal. "As armas que temos, custaram-nos muito e não podemos desfazer-nos delas, desprotegendo o país face aos seus inimigos", explicou.

O diário *El Mercurio* de Santiago e a revista *Caretas* de Lima deram ampla difusão a um assunto em geral reservado: o treino de fuzileiros em cada país, capazes de realizar missões especiais. "Existe, em estudo, um projecto de aquisição de material mais sofisticado, como o que ficou conhecido através do conflito nas Falklands" (como os chilenos chamam a arquipélago), disse a *El Mercurio* o comandante Lorenzo Lindermann, especialista em logística. Adivinham quem poderá fornecer esse material? E o equivalente que o Peru vai requerer, enquanto o Chile dispuser do seu?

Se o Chile receia a Argentina e o Peru o Chile, o Equador não se sente mais tranquilo com o seu vizinho do sul. A Colômbia mantém desentendimentos territoriais com a Venezuela e a Nicarágua. A Venezuela reivindica uma parte substancial do território da Guiana, a Guatemala não se conforma com a independência de Belize...

Este rosário de receios e desconfianças constitui o flanco ocidental do Brasil, cujo papel como contrapeso da Argentina pareceu reviver com a guerra das Malvinas. Naqueles dias, o almirante chileno José Toribio Medina visitou o presidente João Figueiredo, em Brasília, e a imprensa sensacionalista vinculada a sectores da linha dura militar começou a insistir no perigo argentino.

Depois da guerra, a Grã-Bretanha recomeçou as compras de material bélico





O apoio popular à recuperação das Malvinas nunca se confundiu com o apoio à Junta

Segundo um comentário da imprensa carioca, a Argentina tinha superioridade naval sobre o Brasil, o qual corria o risco de ficar "numa posição subalterna nessa parte do continente e submetido à liderança de Buenos Aires". Mais notável que a sua capacidade de previsão é a sinceridade das suas propostas:

"Aumentar consideravelmente e com toda a urgência o poder naval e aéreo e importar o que de melhor existe no mundo ocidental em matéria de equipamentos, navios, submarinos, aviões e mísseis".

Mais uma vez, falta perguntar: quem venderia tais produtos aos interessados?

São tudo pontos de irritação, criados artificialmente pelas cildadas britânicas no século XIX ou derivados das paixões regionais que explodiram ao fragmentar-se a antiga unidade hispano-americana e das quais nem mesmo os dois grandes libertadores, Bolívar e San Martí, se puderam livrar.

Pontos de irritação em que a Grã-Bretanha procura meter o dedo, como faria um pugilista desonesto, no olho inchado do seu rival. Se no século passado isso lhe serviu para dominar os mares e o comércio, explorar os recursos naturais e amarrar os nossos povos à roda dos juros compostos com os seus créditos que nunca se acabava de pagar e que condicionavam a nossa política interna (a imagem da roda é do escritor argentino Scalabrini Ortíz), hoje ajudam-no a conservar os remanescentes daquele esplendor, a colocar por bom preço a sua sucata flutuante e voadora, a ajustar-nos melhor à força financeira e a alimentar a sua moderna indústria bélica com apetitosas ordens de compra, cujos subcontratos também alimentam os sectores da electrónica, da metalúrgica

e dos combustíveis.

O caso brasileiro

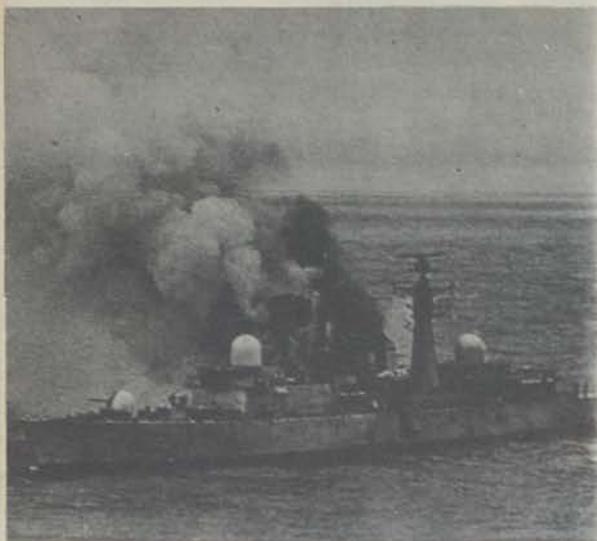
O Brasil, a maior potência da região, não podia ficar à margem do novo quadro criado pela guerra.

Em Junho de 1982, nos últimos dias da guerra, o director de material da Marinha, almirante Rafael de Azevedo Branco, informou que tinha sido assinado em Londres um contrato de 300 milhões de dólares com o governo britânico para o financiamento do plano de reequipamento da Marinha brasileira, a metade "amarrada" à compra de material britânico.

Porém, não escutando as opiniões do colunista de *Última Hora*, os programas brasileiros interessaram-se mais pelo fabrico e venda do que pela simples aquisição de apetrechos de guerra. A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) assinou um contrato com a Argentina para o fornecimento de uma dúzia de caças *Xavante*, que custam cerca de dois milhões de dólares cada um, e ofereceu ao vizinho o seu novo avião de adiestramento *Tucano T-27*. Também não teve escrúpulos em negociar a venda do seu material aéreo ao Chile.

A indústria bélica brasileira desenvolveu-se espectacularmente em quase duas décadas de regime militar, deixando para trás a Argentina, que tinha sido a pioneira nesse terreno e que conservou a primazia até à década de 60.

A Argentina criou a sua primeira fábrica militar de aviões em 1927, na provincia de Córdoba, onde surgiu o pólo industrial mais importante do interior. Aí produziu, quase meio século atrás, grandes aviões



O *Sheffield*, hoje no fundo do mar

de transporte; e em 1947 e 1950, construiu os prótipos dos caças e jacto *Pulqui I* e *Pulqui II*, desenhados respectivamente pelo francês Dewoitine e pelo alemão Kurt Tank, que não chegaram a ser produzidos em série por falta de recursos, quando ainda não existiam os *Mirage* franceses. Antes ainda, tinha começado a fabricar armas leves, explosivos e material químico e eléctrico para equipar as suas forças armadas.

Se bem que esse complexo militar-industrial conserve relevância e tenha peso na política militar e na economia do país, o seu impulso decrescente contrasta com a tendência oposta que se observa no Brasil, que passou a ser o primeiro exportador de armas do Terceiro Mundo, com vendas superiores a mil milhões de dólares anuais.

Os militares brasileiros de hoje pensam do mesmo modo que, há algumas décadas, os seus colegas argentinos. "O Exército brasileiro será reequipado exclusivamente com produtos fabricados no país", anunciou o general António Ferreira Marques uma semana antes dos generais Jeremy Moore e Mario Menéndez se apresentarem em Puerto Argentino. "A lição que a guerra das Malvinas nos deu consiste em que só devemos contar com nós próprios e que um país só pode ser militarmente forte se também for economicamente", afirmou o brigadeiro Délio Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica brasileira. "Necessitamos de uma força aérea dez vezes mais forte", disse noutra ocasião, "mas estaremos equivocados se acreditarmos que seremos mais fortes ao comprar mais ao estrangeiro, incrementando a nossa dependência". Esclareceu que "nunca nos passou pela cabeça comprar os mísseis *Exocet* franceses. Não estamos a pensar em comprá-los, mas sim em construí-los".

E o ministro da Marinha, almirante Maximiano da Fonseca, sustentou que não convinha assinar tratados com nações muito mais poderosas, o que indica

que a sua leitura do conflito foi mais atenta que a de quem percebeu que os riscos para o Brasil vinham da Argentina.

A crise económica que morde os dois países, sem dúvida, vai fazer sentir as suas dentadas sobre os expansivos planos brasileiros e sobre os mais modestos argentinos (construção de navios de guerra, de um tanque e um transporte ligeiro de tropas, de séries do *Pucará* e de uma avião de treino avançado com licença da *Dornier*), mas isso não invalida a constatação de que existem tendências divergentes.

Desviar recursos para a produção de armas, em países que carecem de coisas elementares e mais urgentes, é mau. Mas, depender da sua importação é ainda pior, como amargamente a Argentina comprovou. Durante duas décadas, os países da Europa Ocidental colocaram na América Latina o material sofisticado que os Estados Unidos se negavam a vender, porque pretendiam continuar a oferecer o seu excedente da Segunda Guerra Mundial. Mas, bastou que um cliente necessitasse de usar o material, para que todos lhe impusessem um embargo estrito e o obrigassem a peregrinar com dólares nas mãos, pelo mercado marginal, a fim de conseguir munições, reposições ou tanques auxiliares, que teriam ampliado o alcance da sua força aérea, a qual sempre operou no limite da sua autonomia. Fazer a guerra ao fornecedor ou a um sócio do fornecedor é muito perigoso.

Mas agora a guerra terminou e os corretores de armas tornam a visitar os seus clientes, oferecendo-lhes produtos que incorporam as lições aprendidas no Atlântico Sul.

Perdas e ganhos

O ex-presidente dominicano Juan Bosch chama "pentagonismo" ao complexo militar-industrial que não anota na coluna das perdas o material da sua propriedade, destruído numa guerra, mas sim na dos ganhos, porque promove a pesquisa tecnológica, a substituição de um tipo de armas por outro mais sofisticado e o ciclo económico que isso implica.

O heroísmo dos combatentes argentinos (que, com precários meios, enfrentaram a terceira potência militar do mundo) não pode suprir a ausência de um poderio industrial, que é decisivo.

"O desenvolvimento é o novo nome da paz", disse Paulo VI numa das suas encíclicas. Mas continua a ser também um dos nomes da guerra. O *Sheffield* e o *Atlantic Conveyor* no fundo do mar, outros quatro navios britânicos afundados e 10 ou 17 avariados, os seus 14 aviões e 12 helicópteros derrubados (que na realidade talvez sejam 21 ou 19) são evidências de um cruel paradoxo: não é aquele que põe mais navios a pique, ou abate mais aviões, quem ganha, mas sim aquele que produz e vende os que vão substituí-los. Por isso, as únicas guerras que estão ao alcance dos nossos países são as que menos envolvem: as contendas internas ou os choques com povos irmãos nas fronteiras, que às vezes unem e às vezes separam.

E essa é uma derrota mais grave do que a de Puerto Argentino. □

A crise de uma ideologia

Testemunhos mais do que reveladores do cotidiano da guerra das Malvinas, dados por dois dos que combateram no arquipélago contra a terceira potência militar do planeta



O vendaval da guerra das Malvinas submeteu à prova a solidez de muitas crenças, provocou numerosas contradições e tomadas de consciência, pôs a descoberto a crise de uma ideologia. O que segue é o testemunho de dois casos representativos, através das palavras dos seus protagonistas.

O ídolo caído

Fala o dr. Dalmiro Bustos, médico psiquiatra de 49 anos. Professor de psicologia na Universidade Católica de Córdoba (Argentina), em Montevidéu (Uruguai), em São Paulo e no México. Durante o conflito organizou um grupo de pais de soldados e escreveu o livro *A outra frente da guerra*, do qual extraímos estas reflexões.

"Fui criado num lar moderadamente católico: batismo, comunhão, casamento religioso. O meu sentimento religioso nunca constituiu o centro da minha vida. Os meus filhos foram batizados mas deixámos o caminho posteriormente à sua própria escolha. A minha convicção profunda foi sempre o respeito pelas diferentes posições diante desse problema, assim como a minha crença em valores básicos de liberdade, de confiança na luta não-violenta pelos direitos dos homens. Quando levaram o meu filho, a minha primeira sensação foi de assombro, medo, angústia e raiva. Organizámos este grupo de pais que nos trouxe um alívio enorme. Mas, em muitos momentos a minha sensação era a de uma terrível impotência. Queria que tudo acabasse logo. A vida do meu filho — a de todos os nossos filhos — estava em perigo. Tinha de lutar entre o meu desejo de ir buscá-los e trazer todos os nossos filhos de volta e a certeza terrível de que não era possível fazê-lo."

"O dia em que tive a visão clara da traição dos Estados Unidos foi terrível. Formei-me em psiquiatria naquele país onde ainda conservo amigos queridos, que me abriram as suas portas, me ensinaram, e vivi lá durante quatro anos. Acreditei, sem muita ingenuidade, nos seus valores. Admirei-me com a sua capacidade de denunciar os seus próprios erros. Vi os seus defeitos, mas dei valor e confiei nas suas vir-



Dr. Dalmiro Bustos: "assombro, medo, angústia, raiva"

tudes. Naquela noite, senti uma tremenda sensação de abandono. Quando acordei de madrugada, estava a chorar e a rezar o 'Pai Nosso'. Já não podia confiar naqueles nos quais me apoiiei. Os direitos humanos tão proclamados por eles estavam a ser violados. Tinha caído as máscaras." (pp. 69-70)

"Durante anos, falar em justiça social provocava calafrios. A nossa mente fechou-se na opção: militarista ou subversivo. Qualquer tipo de dissidência era perigoso. Não se podia expressar nada como 'imperialismo' ou 'socialismo'."

"Martínez de Hoz abre o país para o exterior. Os artigos importados enchem os nossos lares. Zangamos-nos por causa dos frigoríficos, dos automóveis importados, até por causa de camisas. As crianças pedem como presente de aniversário brinquedos importados. As viagens ao estrangeiro foram aproveitadas por todos nós. Era mais barato veranejar em Miami que no Mar del Plata."

"Os nossos filhos lembram-se bem daquela época. Até 2 de Abril. A partir daí é que começam a ouvir

Gabriel Garcia Marquez conta histórias terríveis da guerra das Malvinas

DURANTE os doze meses que se seguiram à guerra das Malvinas, Gabriel Garcia Marquez recolheu cartas e testemunhos de sobreviventes argentinos relatando episódios de extrema crueldade de que a censura imposta pela Junta Militar tem impedido até agora a divulgação pública. São essas "histórias terríveis" (como ele lhes chama) que o Prémio Nobel da Literatura 1982 revelou recentemente num artigo publicado no semanário mexicano *Proceso*.

Um desses episódios é o caso de um soldado de 19 anos que, no final do conflito, telefonou à mãe para lhe perguntar se podia levar para casa um companheiro seu que havia perdido um braço, uma perna e que estava cego. A mãe, ainda que radiante pelo regresso do filho, recusou-se a receber o companheiro de que este lhe falava. Posto isto, "o filho desligou o telefone e suicidou-se com um tiro. O suposto companheiro era ele próprio", escreve Garcia Marquez.

"Sabe-se agora — conta o escritor colombiano — que muitos recrutas de 19 anos que foram enviados contra a sua vontade e sem qualquer espécie de treino para fazer frente aos veteranos profissionais ingleses nas Malvinas, calcavam sapatilhas de ténis e iam muito pouco resguardados contra o frio, que em certas alturas chegou a atingir os 30 graus negativos. A muitos deles houve necessidade de lhes arrancar a pele gangrenada juntamente com os sapatos e 92 outros tiveram de ser castrados devido ao congelamento dos testículos, depois de haverem sido obrigados a permanecer sentados nas trincheiras. (...) Só em Santa Lúcia, 550 jovens ficaram cegos por falta de óculos protectores contra a ofuscação da neve."

Segundo Garcia Marquez, por ocasião da visita do Papa, os ingleses libertaram e devolveram mil prisioneiros argentinos. "Cinquenta deles — afirma — tiveram que ser submetidos a tratamento devido aos rasgos anais causados pelas violações de que foram alvo por parte dos ingleses que os capturaram em Port Darwin".

Garcia Marquez acrescenta que a totalidade desses prisioneiros tiveram de ser internados em hospitais especiais de recuperação em consequência do seu peso médio rondar os 40/50 quilos.

Citando a carta de uma testemunha, o romancista indica que "os jovens argentinos eram drogados antes de serem enviados para os combates. Drogavam-nos, para que não sentissem fome e se mantivessem o mais alerta possível". Contudo, afirma o escritor, "o frio a que foram submetidos era tão intenso que muitos deles morreram adormecidos". E ainda: "Talvez tenham sido os mais felizes, porque outros morreram de fome tentando tirar a carne petrificada das latas de conserva".

Garcia Marquez faz um contraste entre essas "condições tão deploráveis e desumanas" a que estavam sujeitos os argentinos e as de que dispunham os britânicos, apontando que estes últimos dispunham de roupas térmicas, coletes antibala e a possibilidade de, após oito dias na frente de combate, poderem descansar outros oito, alternadamente, a bordo do navio "Canberra".

Invocando fontes de informação pessoais, o escritor colombiano, regressado recentemente à sua pátria, afirma que os sobreviventes argentinos recordam com pavor "a selvajaria do batalhão de *Gurkhas*, os lendários e ferozes decapitadores nepaleses que precederam as tropas inglesas na batalha de Porto Argentino (Port Darwin)".

Avançavam gritando e degolando, escreveu a testemunha dessa carnificina impiedosa (assevera Garcia Marquez). Estranho costume o deles, *Gurkhas*, que uma vez com uma cabeça cortada a seguravam pelos cabelos e lhe cortavam as orelhas.

O testemunho apontado por Garcia Marquez precisa que "os *Gurkhas* defrontavam o inimigo com uma tal determinação que dos 700 que desembarcaram apenas 70 sobreviveram" — e "a raiva destas bestas era tal, tão cega, que uma vez terminada a batalha de Puerto Argentino continuaram a matar os próprios ingleses".

O escritor explica que se viu na obrigação de relatar algumas destas "histórias terríveis", face às celebrações do primeiro aniversário da guerra feitas pela imprensa britânica — e em virtude de nenhum desses testemunhos ter podido ser publicado na imprensa argentina "porque a censura militar o impediu".

Garcia Marquez recorda que há um ano, "tal como a imensa maioria dos latino-americanos, exprimi a minha solidariedade para com a Argentina nos seus propósitos de recuperação das ilhas Malvinas". Acrescenta, no entanto, "Mas fui muito explícito, ao salientar que essa solidariedade não podia ser entendida como um esquecimento da barbárie dos seus governantes".

A esse respeito afirma que alguns argentinos, incluindo amigos pessoais, "não perceberam bem esta diferença" (...) "Confio, no entanto, que a lembrança dos acontecimentos inconcebíveis daquela guerra infame nos ajude a enterderno-nos melhor. Por isso não me pareceu supérfluo evocá-los neste aniversário sem glória e perguntar uma, mil vezes mais (juntamente com as mães da Praça de Maio), pelos oito mil, dez mil, quinze mil desaparecidos na década passada" — assim conclui o artigo de Garcia Marquez, Prémio Nobel de Literatura, no semanário mexicano "Proceso".

'as forças colonialistas', 'o imperialismo', 'a bandeira jamais será arriada'. Até 14 de Junho. A bandeira foi arriada, não se aceita abertamente a derrota, as Malvinas voltam a ser as 'Falklands'."

"O que se pode dizer às crianças da escola primária? Como não enlouquecer diante dessas constantes mudanças de rumo? Ponho-me no lugar de um garoto de 10 ou 12 anos. Eles devem ficar horrorizados diante de um mundo que se contradiz a cada minuto. Quem são os adultos? Seres com máscaras mutantes que podem matar por ideais que depois renegam? Ou que mandam os seus filhos morrer sem apreensão? Agora, os professores já não falam das Malvinas. Durante dois meses não se falou noutra coisa. Agora, nem uma palavra. Será que os professores deram em malucos? O meu primo foi morto em 76 porque tinha no quarto grandes cartazes que diziam 'morra o imperialismo', 'abaixo o colonialismo'. Então, por que é que eles mandam o meu irmão para a frente de guerra para lutar contra essas coisas? Não são por acaso os mesmos que fizeram uma e outra coisa?"

"Eu também sou esse garoto de 12 anos, eu também dei em maluco. Quero que cheguem as respostas, não as justificações. Quero saber porque foi feita essa guerra. Quem a fez. Porque foi feita assim. Porque havia armamentos que não foram usados. Porque deixaram todos esses alimentos para os ingleses enquanto os rapazes passavam fome. Não posso evitar um certo temor quando escrevo isto. Se faço essa pergunta, não serei considerado subversivo? Pode ser... O terrível é que eu pense que isso vai acontecer. Só por acreditar na democracia e no direito a discordar." (pp. 208-209).

Mais electrónica e menos ciência política

As confissões que vamos ler a seguir foram publicadas em jornais e revistas argentinos, no fim de Janeiro deste ano e tal como as do psiquiatra Bustos, possuem uma eloquência que dispensa qualquer comentário:

"O meu nome é Juan Cardozo, tenho 27 anos, sou natural de Corrientes, estive no comando da bateria B Independência do Grupo Artilharia Defesa Anti-aérea 101 na guerra das Malvinas. Voltei vivo, decepcionado. Acabo de renunciar ao exército com a patente de tenente. A nossa tropa, com o meu superior, o primeiro-tenente Infantino, e eu no comando, fez uma guerra alegre. Insisto: estava sob o nosso comando uma garotada que manteve o espírito no meio do frio, da água e da neve. Mesmo diante dessa certeza terrível da derrota iminente, dos dois companheiros mortos pelos bombardeamentos ingleses e daquela sensação de impotência diante de uma tecnologia que me fez responder na carta dirigida ao capelão militar, Domingo de Paulis: *Teríamos sido melhores oficiais se nos tivessem ensinado electrónica em vez de ciências políticas no Colégio Militar. O nosso exército precisa de uma grande reforma e de uma grande limpeza para recuperar a capacidade combativa, o sentido da honra e do dever e de umas quantas coisas mais que nos fazem falta.* Apesar de tudo, voltei disposto a crescer, a integrar-me nesta sociedade civil onde os caminhos da cultura são vas-

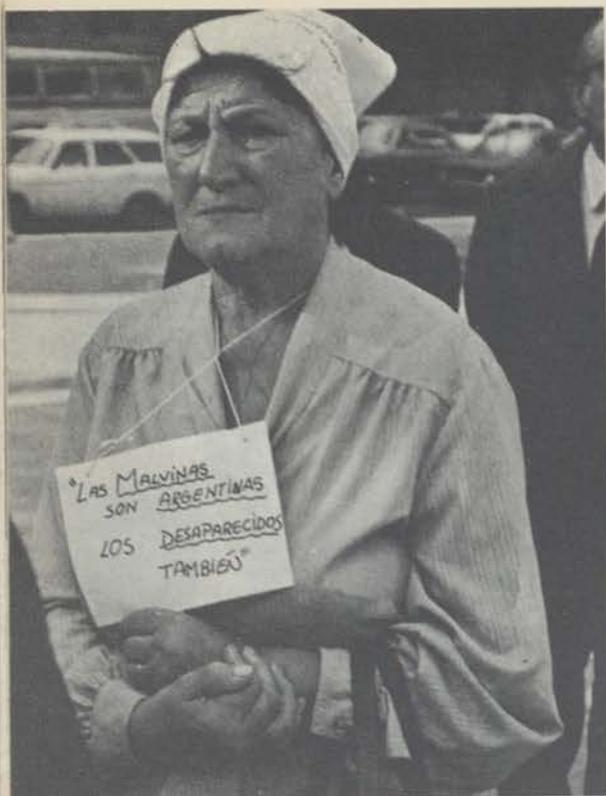


Juan Cardozo, 27 anos: frustração

tos. Sempre quis estudar, inicialmente arquitectura, lá na minha província. Mas corria o ano de 73, a subversão convulsionava tudo e fecharam a faculdade. Eu estava confuso, mas sabia que gostava de um ambiente harmonioso, equilibrado. Quando tive contacto com filhos de militares em Corrientes, percebi que era uma família como eu desejava. Esses homens estavam então com 45 anos ou mais, eram coronéis ou generais, e foram um exemplo para mim."

"O meu pai não queria que eu fosse militar mas lá em casa cada um seguiu o seu próprio destino. Pus na carreira todo o meu esforço e a minha vocação. Para adestrar os meus soldados punha criatividade e esse contacto de pessoa a pessoa pouco comum na profissão, segundo tenho lido em cartas e relatórios. Uma determinação como a que eu tomei, de abandonar o exército, não foi fácil. Infantino pediu-me para reflectir. Quando pedi baixa, um examinador militar fez-me explicar os motivos e tratou de suavizar a minha reacção. Mas como explicar o que passa pela alma de um médico quando ele vê que tudo o que aprendeu não adianta nada frente à morte, frente ao abandono dos hospitais e da desorganização para a prática da sua profissão?"

"Lembro-me de algo quase tragicómico, algo que



No primeiro aniversário da derrota face aos britânicos, a Junta tenta "arquivar" os vinte mil desaparecidos declarando-os mortos. O que não convence as mães da Praça de Maio e a opinião pública argentina e internacional

fará os meus soldados sorrirem quando lerem este monólogo. Foi numa noite, como tantas, de nevoeiro, lá nas Malvinas. Nós estávamos à mercê do acaso porque as nossas baterias antiaéreas não tinham radar e só podíamos atirar contra os nossos inimigos quando os avistávamos. Disse aos rapazes: fiquem prontos para atirar logo que a "bangala" (sinal luminoso) fizer um círculo por onde devem entrar os aviões ingleses. Repeti a ordem: eram três sinais luminosos para outros tantos grupos de atiradores. Apertei o gatilho e saiu o primeiro. *Puf, puf*. Perdeu-se como um inofensivo foguete de feira. Atiro outro, *plop!* Caiu por ali mesmo como uma pequena faisca. Olho em redor. Os rapazes entreolhavam-se. Atiro a última bengala e outra vez, *chip, chip, chip*, caiu entre as pedras como um insignificante rastilho. *Al sim*, toda a tropa eclodiu espontaneamente numa gargalhada alegre, bem nossa. Estávamos na trincheira e a gente ainda conseguia entender essa guerra grotesca, imprudente e improvisada. Depois, um pouco depois, os obuses ingleses iluminavam o céu com os seus fortes brilhos e os meus soldados, congelados na escuridão das trincheiras, ficaram pensativos. Não gostaria de me perguntar o que pensavam. É que ali cabiam muitas perguntas, tantas como as que surgem de coisas como esta: tomámos banho uma única vez e com água do mar. Armámos um fogão precário com um panelão de 200 litros para poder comer a comida quente, e poucos dias depois os *kelpers* encheram-nos de buracos de balas. Adeus fogão e adeus comida quente. Por sorte, encontrámos ovelhas para compensar a monotonia do feijão. Mas não foi encontrada uma solução para o 'pé de trincheira'. Durante a Primeira Guerra Mundial estudou-se o problema dos milhares de soldados que tiveram os pés amputados por causa do congelamento e da humidade da terra debaixo das botas. Na Segunda

Os versos do almirante

DURANTE a guerra das Malvinas, a poesia também sofreu intervenção militar, embora, como se verá, se tenha recusado com firmeza à subordinação ao escalão hierárquico.

Um torpedo disparado pelo submarino nuclear britânico *Conqueror* afundou, em Maio, o cruzador argentino *General Belgrano*, um indefeso mastodonte construído em 1939, que navegava nesse momento fora da zona de hostilidades definida por Londres. Mais de 300 dos seus tripulantes pereceram afogados ou congelados no Atlântico Sul, no episódio mais vergonhoso da agressão britânica.

Este é o soneto com que o ex-vice-presidente, almirante reformado Isaac Rojas, coroou a tragédia, um mês depois:

Vibrará tu nombre siempre día tras día
Altivo crucero General Belgrano

Los argentinos asidos por la mano
Proclaman que mayo palpita todavía

Toda la Patria de pie sigue atacando
Al ofensor de su más claro derecho.
Un imperio anacrónico y maltrecho
Usa la insidia y la sinrazón, violando

La Justicia, la Moral, la Historia misma,
desatando en la Tierra inmenso cisma
entre naciones del Mundo de Occidente.

Dando un ejemplo turbio y degradante
Frente al peligro cierto, amenazante
Del verdadero enemigo omnipresente.

** Teu nome vibrará sempre dia trás dia/Altivo cruzador General Belgrano/Os argentinos de mãos dadas/Proclamam que Maio ainda palpita./Toda a Pátria de pé continua a atacar/O ofensor do seu mais claro direito./Um império anacrónico e maltratado/Usa a insidia e a não-razão, violando/A Justiça, a Moral e a própria História/Desatando na Terra um imenso cisma/Entre nações do mundo ocidental./Dando um exemplo turvo e degradante/Frente ao perigo certo, ameaçador/Do verdadeiro inimigo onipresente.*

Guerra, há mais de 40 anos, já não houve "pés de trincheira". Aqui nas Malvinas, houve centenas de rapazes com essa doença que imobiliza e pode provocar a morte."

"Eu dizia numa carta publicada em todos os jornais: O exército não se vai reformar a si mesmo, terá que vir alguém de cima para o fazer e esse alguém deve ser a autoridade política. Estou a falar como representante de uma geração que não votou, que não escolheu os seus líderes, que tem de aceitar agora os que sempre mandaram e fracassaram'."

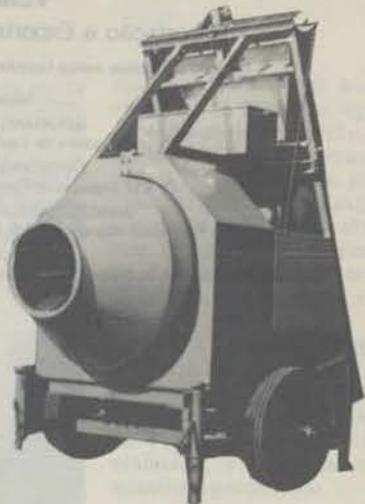
"É claro que eu tenho esperança e fé em Deus. Fiz os meus primeiros estudos nos padres salesianos. Sou religioso por convicção, não por tradição. Isso salvou-me dessa derrota de ânimo que o medo e o desalento provocam. Tive medo. Todos nós temos medo diante de um inimigo que sabemos poderoso. Depois, quando fomos prisioneiros dos ingleses comprovámos essa superioridade e também que o ser humano é sobretudo isso: humano, antes de ser soldado ou qualquer outra coisa. A nossa relação com os ingleses foi cortês, cálida, como a de dois adversários que percebem, afinal, a inutilidade da guerra. Esse pensamento é estranho agora: lembro-me que fui para a guerra quase contente. Era meu dever, tinha estudado para que isso acontecesse alguma vez. Mas não estudámos o que devíamos, insisto. Peço a Deus que os partidos políticos não tenham as deficiências do exército que eu conheci. Agora torno a ser um civil. Apesar de que na minha profissão eu poderia ter especulado com um ordenado mensal certo, com uma promoção por tempo de serviço. Voltó para a vida civil quase sem nada: tenho duas selas, um par de botas de pólo (desporto que pratiquei), alguns tacos, alguns livros e os meus desenhos. Vou começar de novo. Já não recebo os nove milhões de pesos que ganhava como tenente. Não tenho casa própria, só a dos meus pais. Moro provisoriamente neste apartamento que um escritor amigo me emprestou. Em Março, começarei a estudar direito, as leis atraem-me. Estudámos a Constituição no exército, bastante bem, embora na realidade essa Constituição venha a ser outra coisa. Dentro do exército, na minha qualidade de oficial subalterno, não podia provocar transformações. De fora, sim. É preciso falar francamente. Ser sincero e comunicar. Os meses a seguir à derrota comprovaram que a capacidade de ocultar deficiências é superior à vontade de corrigi-las. Tenho muitos amigos que me estão a ajudar nesta etapa de transição. Sou um dos poucos militares que integraram a sua vida à dos civis. A maioria só trata com companheiros de caserna. Outros vivem um pouco dentro do passado oligárquico: comem feijão em casa, mas as suas mulheres querem vestidos do Pucci ou do Dior. Vivem sem perceberem que não ganham o suficiente ou que sofrem os problemas económicos que a maioria da classe média argentina sofre."

"Mas já não tenho uniforme. Sou livre para opinar sem temores. Aqui existe medo demais por causa de qualquer palavra. Eu não tenho medo. Estou a regressar numa guerra. Dei tudo o que pude. Não me acobardei. Fomos vencidos pelos que são superiores. Está bem, até aqui estudei para ser soldado. Agora cabe-me estudar para ser civil". □

GRUFER

Cooperativa de Responsabilidade Limitada

Fabricante de Máquinas
para a Construção Civil



- Betoneiras Rotativas Eléctricas e Diesel/Hidráulicas de 350 e 500 litros com e sem Pá de Arrasto
- Betoneiras Basculantes com e sem Guincho de 160, 250 e 280 litros
- Gruas de Torre e Profundidade
- Gruetas de 500 kg e Guinchos Pórticos
- Carros de Mão Basculantes
- Baldes Basculantes c/descarga lateral e pelo fundo de várias capacidades
- Silos para cimento (várias capacidades)
- Monta Cargas vários tipos
- Mesas de Corte e Serras de Fita
- Prensas enfardadeiras

BARREIRA ALVA - 2350 TORRES NOVAS

TELEFONE 22367



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º D.

1000 LISBOA Portugal

Telefs. 73 11 23 | 73 13 23 | 73 14 23

Telex 14 069 JOMASU P



Design: Nuno

A guerra contra a selva

A destruição das florestas tropicais do Terceiro Mundo não é apenas um problema ecológico, mas principalmente sócio-económico e geopolítico

Andrés Aubry *



Metade das florestas do Terceiro Mundo foram destruídas

parecem falhar nas matas do Darién panamiano. Naquela zona, bulldozers eternamente parados ficam impotentes ante a tarefa de abrir passagem à estrada paname-

ricana. E não é por acaso. Para expandir a fronteira agrícola ou proteger-se da subversão, as super-estradas sulcam a Amazônia com toda a facilidade: mas, para travar uma perigosa comunicação potencialmente subversiva entre a América Central e a América do Sul, no Panamá os mesmos tecnocratas decretam que a tarefa é impossível...

Não, a luta contra a selva não é somente um ecocídio; é, mais que isso, um etnocídio e uma caçada humana. O problema que colocamos só é ecológico na aparência. Na realidade, é humano, sócio-económico e geopolítico.

A selva lacandona e Petén — México

Sem deixar de serem matas, a selva lacandona e o Petén foram o cenário de uma brilhante civilização. O seu desenvolvimento espanta as ruínas maias, de Palenque a Tikal, que alojavam uma importante população agrária, sem que a fome campeasse, conforme revelaram as últimas descobertas paleo-agrícolas.

Mas, com a chegada de um modelo importado de desenvolvimento, trazido pelos conquistadores espanhóis, o local transformou-se em "terra de guerra". Frei Bartolomé de las Casas sonhava trazer-lhe uma "verdadeira paz", mas o seu projecto alternativo malogrou-se.

Desde aquela remota época, a selva lacandona e o Petén foram um centro de movimentos migratórios. Em ondas sucessivas, fugindo das epidemias trazidas pela Europa, sucederam-se os *choles*, *choltis*, *tzeltales* e *lacandones*.

Recentemente, essas imensas extensões selváticas transforma-

* Este artigo é fundamentado em 16 capítulos estudados pelo autor em "La selva lacandona y el modelo brasileño... sin milagro" (Inaremac, San Cristóbal de las Casas, 1977) e nos 41 analisados em "Cinco antitesis sobre la selva lacandona" (idem, 1980). Para uma actualização do tema recomendamos: James Nations e Ronald Nigh, no seu estudo sobre "Bosques Tropicales" (The Bulletin of the Atomic Scientists, Março de 1980); Marcus Linear, "Donación de Veneno, el rostro inaceptable de la ayuda", "Ambio" (Real Academia Sueca de Ciências, 1982); e James P. Blair, "Rain Forests", (National Geographic, Janeiro de 1983).

O "Primeiro Mundo" descobriu no Vietname que as etnias do Terceiro Mundo vivem nas suas selvas como peixes na água. Para acabar mais depressa com a tarefa da pesca, resolveu tirar a água. Com a técnica do desflorestamento — que não pretendia a destruição ecológica mas a erradicação da subversão — aprendeu a controlar, simultaneamente, as florestas tropicais e o inconformismo das populações que vivem nelas.

Hoje em dia, metade das florestas do Terceiro Mundo nos três continentes desapareceram e está em perigo um inestimável capital ecológico. O próprio equilíbrio natural do planeta encontra-se ameaçado. Contudo, as guerras populares continuam a fustigar a mundialização da economia de mercado, o monopólio alimentar e a transnacionalização do poder. O nível da água diminuiu mas o redemoínio dos "peixes" continua a crescer.

No "Primeiro Mundo", os verdes protestam contra a destruição do meio ambiente. Entretanto, historicamente a luta contra a selva não tem como alvo a mata: visou, em primeiro lugar, os movimentos populares do sudeste asiático; depois, as lutas de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, as várias etnias dispersas em todos os países cobertos pela floresta amazónica, a subversão dos camponeses filipinos, os povos indígenas reinstalados nas selvas de Chiapas, no México, e, agora, os guatemaltecos que, de Petén e da selva lacandona (mexicana), procuram alternativas para resistir à bota militar.

A tecnologia ocidental não encontrou maior resistência para penetrar na densa floresta amazónica. Entretanto, as suas façanhas

ram-se em "terras nacionais", isto é, abertas à colonização do *ejido**. Aumentou, portanto, o número das populações anteriores e chegaram mais *tzotziles*, *tojolabales*, *zoques* (*chujes* e *kanjobales* em Petén) e outros camponeses mestiços sem terra. Esse fluxo migratório indígena, povoou com 130 mil habitantes um milhão e meio de quilômetros quadrados a leste de Chiapas, junto à fronteira guatemalteca.

Com eles — cuja combatividade agrária foi mil vezes manifestada — infiltraram-se fugitivos: os camponeses "evangélicos" expulsos das suas comunidades de Los Altos. As suas povoações identificam-se com nomes bíblicos: Jericó, Jerusalém, Monte Líbano, etc. No meio deles, o Instituto Linguístico de Verão fundou em Yaxokintelá o seu campo mundial de adestramento, para a formação dos seus "missionários".

Nos finais de 1981, uns 50 mil guatemaltecos, fugindo ao genocídio, começaram a semear acampamentos na faixa fronteiriça, ao longo do Usumasinta e do paralelo 16,1 Norte — na mesma proporção com os mexicanos.

Sede de paz

Esses camponeses sem terra trouxeram para a selva a necessi-

dade de paz que se expressa nos nomes das suas povoações: Terra e Liberdade, Nova Esperança, Futuro... Mas a selva tornou-se de novo "terra de guerra": primeiro, porque tiveram que defender as suas parcelas contra os *chicleros* (apanhadores de borracha), os criadores de gado (um só dentre eles possui 200 mil cabeças) e os madeireiros (como a poderosa companhia Cofolasa, que comer-

* — *Ejido* — campo, terreno à entrada do povoado, comum a todos os habitantes.



Os *lacandones* (ao lado) vêm o seu sistema desintegrar-se. Em baixo, uma visão via satélite da selva amazónica; as partes escuras são zonas desflorestadas



giados guatemaltecos e os camponeses mexicanos que os acolhem estão encerrados entre as incursões dos *kaibiles* (forças anti-guerrilheiras da Guatemala) em território de Chiapas e a vigilância dos serviços de migração do México.

O governo e a iniciativa privada, com planos de "grande visão", trataram de programar o desenvolvimento da selva. Foram captados investimentos, mas a floresta tornou-se deserto.

Com pressa, espontaneísmo e anarquia modificou-se a demografia, abriram-se estradas, alterou-se a ecologia, a passagem pela área foi reservada a militares e empresários, proibindo-se o acesso a pesquisadores, mesmo àqueles que trabalham para órgãos federais mexicanos.

Três novas concentrações *lacandonas* facilitaram o saque de madeira, e outras três — *tzeltales* — abriram o acesso a vários monopólios (transportes, gado, palmeiras). Contudo, apesar dessas protecções oficiais, a empresa madeireira Cofolasa opera com dificuldades, a Pemex (a companhia estatal mexicana de petróleo) abandonou as suas instalações petrolíferas; o Instituto Mexicano do Café (Inmecafé) não soube combater a praga da ferrugem e semeou a fome ao acabar com o cultivo tradicional do milho. Foram arrasados uns 460 mil hectares para criar um gado que emagrece porque nem sequer as pastagens resistem à desertificação.

As novas concentrações decretadas pelo governo, longe de atraírem o desenvolvimento, são pólos de contaminação que geram problemas insolúveis de saúde. As alterações do clima por modificações ecológicas fazem perigar as culturas, novas ou tradicionais. O

inconformismo camponês vai tomando feição explosiva.

Mas a floresta está bem vigiada: o maior quartel da república mexicana foi edificado em Comitán, com o apoio de uma pista para jactos. Os militares, os serviços de migração, os intermediários comerciais e também as doenças ou as pragas tropicais transitam pelas estradas e pelos aeroportos. Mas não conseguem extrair petróleo, nem as colheitas, nem a madeira cortada que continua a apodrecer nos pântanos.

A bacia amazónica

Os estrategos não tardaram a perceber que a periferia do Brasil está em contacto com as repúblicas sul-americanas onde a "subversão" é organizada e endémica: Venezuela, Colômbia e Peru. Através do Mato Grosso, o cinturão tropical permitiria além disso vigiar a Bolívia, o Paraguai e o Rio da Prata. O traçado de um corredor periférico da floresta amazónica, a partir do Brasil, poderia propiciar um controlo oportuno de toda a região.

Dois obstáculos que impediam o projecto foram rapidamente superados. A objecção de carácter racionalista (que assinalava a necessidade de se preservar a soberania nacional) respondeu-se que a via de comunicação amazónica oferecia uma plataforma oportuna para reforçar a unidade e a fraternidade regionais. A outra preocupação dizia respeito à sorte das populações indígenas atingidas; em resposta, promulgaram disposições jurídicas que tranquilizaram a opinião pública da área.

Depois do golpe de 1964, o governo do Brasil precisava da justi-

ficação de uma grande causa nacional. Encontrou-a no "apelo patriótico" para "combater a pobreza do Nordeste" (humilhação de todos os regimes) e a "miséria da floresta". Se Juscelino Kubitschek construiu em Brasília uma nova capital, competia aos militares dar um passo ainda mais audacioso: desenvolver 59% do território nacional que até então só produzia 4% do PNB brasileiro.

A miragem do desenvolvimento encontrou cumplicidade em todos os governos da bacia amazónica. A floresta, de símbolo de incomunicação, folclore e primitivismo, passava a ser promotora da arrancada nacional com base no petróleo, na mineralização, na pecuária, nas madeiras-de-lei e na comunicação.

Em cinco anos, a cidade amazónica peruana de Iquitos passou de 60 mil a 100 mil habitantes; o petróleo oferecia ao humilde Equador um futuro brilhante; a rede de super-estradas no Brasil tirava o sono dos investidores; o "milagre brasileiro" já estava à vista.

Desde 1972, a Divisão do Serviço Aéreo das Indústrias Litton fotografou 1,7 milhões de milhas quadradas de floresta. E o sonho torna-se realidade: 5.300 quilómetros para a Transamazónica, outros 4 mil para a Perimetral Norte e outro ramal ocidental. Nesse caminho de prosperidade, se inseririam pequenas concentrações rurais a cada seis milhas, "agrópolis" a cada 30 milhas, susceptíveis de se converterem em "rurópoles" para injectar uma poderosa imigração em territórios que apenas abrigavam 8% da população nacional.

As super-estradas foram construídas e os investimentos privados

As selvas: velho problema do Novo Mundo

HÁ 70 anos que a opinião pública está mobilizada a respeito dos problemas da selva. Diante dos primeiros embates do desenvolvimento, no começo do século, o inglês Norman Thompson, no *Libro Rojo del Putumayo*, denunciou o saque de matérias-primas e a caça de índios na Amazônia colombiana. O impacto mundial desse protesto provocou uma encíclica do papa Pio X em 1912, intitulada *Lacrimabili Statu Indorum*. Saíram

desse contexto obras clássicas da literatura latino-americana como *La Vorágyine*, de José Eustasio Rivera, a respeito dos problemas da mesma região amazónica; nos anos 1935-40 os aventureiros do velho mundolançaram-se às selvas do novo mundo durante a epopeia da borracha; em 1923, Traven chegou ao México e deu a conhecer diante de um variado público internacional as lutas de Chiapas contra o Império da Peroba.



As grandes devastações da Amazônia deram-se no período do "milagre brasileiro"

chegaram com a maré. Mas, apesar das leis de protecção ao índio, os empréstimos concedidos para a pecuária só se concretizariam com a condição de que a região fosse "limpa" de indígenas. Porém, aquilo que nem sempre o despejo conseguiu, concretizou-se com as epidemias que também começaram a transitar pela transamazônica. De 100 *asurini* contratados em 1971, por exemplo, sobrevivem apenas três depois da abertura da estrada: viajam pela BR-80 a gripe, o sarampo e a oncocercose.

Em torno de Iquitos, a cidade-milagre, a desertificação da floresta obriga a importar do outro lado dos Andes 70% da alimentação necessária. O Equador, que produzia em 1973-74 uma média de 250 mil barris diários de petróleo, mal chegava a 80 mil em 1976. Nesse mesmo ano, os peritos prognosticaram que o Peru já não teria reservas em 1983. Com a ajuda da persuasão dos missionários do Instituto Linguístico de Verão e a mão forte dos militares, as nações indígenas foram convencidas, através de duras penas, a abandonarem as suas áreas de refúgio. Hoje em dia, essas terras estão ocupadas por pecuaristas e madeireiros, ou desertificadas pela erosão. As cidades subindustrializadas não proporcionam empregos para os desalojados. A mortalidade

infantil chega a índices nunca antes atingidos: 176 por mil no nordeste brasileiro e até 83,64 por mil no próprio São Paulo industrial.

As selvas da África

O protesto tornou-se universal: antropólogos, bispos, ecologistas, economistas, jornalistas... Foram publicados mais de 100 títulos em espanhol, português, inglês, alemão e francês. Ao inconformismo dos especialistas juntaram-se manifestações populares e combatividade camponesa em toda a parte e de-



núncias de organismos internacionais de toda a índole (Cruz Vermelha, Direitos Humanos, ONU, Conselho Mundial de Igrejas, etc.).

Entretanto, nos planos de "desenvolvimento" em que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) está implicada, projecta-se o desflorestamento de sete milhões de quilómetros quadrados de matas africanas. Mais do triplo da superfície total do México! A operação teria um custo de dois mil milhões de dólares. Com isso, pretende-se combater a mosca *tse-tse* e abastecer as transnacionais de alimentos com *hamburgers* ou carne seca, produto do gado que se projecta introduzir nessa "nova fronteira agrícola" aberta ao "progresso". O impacto ecológico dessa medida, devido aos ventos e às alterações climáticas que vai gerar, ameaça (a milhares de quilómetros de distância) a sobrevivência dos camponeses do Sahel que não mais poderão criar os rebanhos que garantiam o seu sustento.

A estratégia é sempre a mesma: para alimentar o "Primeiro Mundo", condena-se à fome os camponeses do Terceiro Mundo, para que reine a paz e a ordem nos trópicos, é preferível expulsar os indígenas inconformados. Se o seu refúgio é a floresta, que ela seja erradicada! □

AMÉRICA LATINA

El Salvador

Radiografia de um regime agonizante

Com a ofensiva geral desencadeada pela FMLN, aumentou consideravelmente a ajuda militar dos Estados Unidos ao regime salvadorenho, cuja situação é crítica

José Ventura

O projecto político das eleições que os Estados Unidos promoveram em El Salvador a 28 de Março de 1982 não resolveu a crítica situação dessa convulsionada nação centro-americana. Pelo contrário, serviu para demonstrar que a crise não pode ser colocada em termos eleitoralistas ou de participação minoritária da direita — mas tem de ser analisada a partir do reconhecimento das injustas estruturas da sociedade capitalista salvadorenha, que ainda tem remanescências feudais.

Desde as eleições que a comunidade internacional observou um aumento das violações dos direitos humanos por parte dos aparelhos militares e dos bandos para-

militares controlados pelo Estado-Maior das Forças Armadas e um incremento no número de refugiados (200 mil pessoas) nos países centro-americanos e no México. Também foi constatada a intensidade das "operações de limpeza" contra as zonas rurais e comunidades camponesas.

Mas, é inegável o crescimento do poderio político-militar da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e da Frente Democrática Revolucionária (FDR), no que diz respeito à sua base social de apoio e ao número crescente de salvadorenhos que se incorporam, dia após dia, nas suas estruturas militares.

O crescimento da FMLN foi

acompanhado por um isolamento do regime e das Forças Armadas salvadorenhas, no plano nacional e internacional, como reconheceu o próprio embaixador norte-americano naquele país, Deane H. Hinton, ao afirmar que "enquanto o regime não disser basta! aos provocadores de direita e não julgar os responsáveis pelo assassinato de quatro freiras e dois assessores norte-americanos especialistas em reforma agrária, o povo salvadorenho continuará a apoiar os guerrilheiros".

Na verdade, a óptica da análise não pode ser tão simplista. Após 50 anos de ditadura militar em que o denominador comum tem sido os massacres, a repressão, a

O mundo inteiro protesta contra a intervenção norte-americana na América Central: na foto, uma manifestação em França



exploração e a opressão, os salvadorenhos foram desenvolvendo uma consciência anti-imperialista e um ódio contido contra a casta militar, defensora fiel dos interesses de uma oligarquia insaciável.

Não se trata, pois, simplesmente, de julgar uma ou quatro pessoas por crimes cometidos contra cidadãos norte-americanos (ainda que isso seja reivindicado a nível popular). Trata-se, sobretudo, de destruir um sistema injusto e opressor que não permitiu um mínimo de protesto por parte das organizações populares, desde que Maximiliano Hernández Martínez instaurou a ditadura militar em 1932. Organização e protesto que vão tomando forma até que em 1970 é criada a primeira organização político-militar que viria a chamar-se, dois anos depois, Forças Populares de Libertação (FPL) "Farabundo Martí" e que serviria como exemplo para que surgissem outras forças nos anos posteriores.

Incremento da intervenção

A partir de 10 de Janeiro de 1981, quando a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMFN) desencadeou a sua ofensiva geral, os Estados Unidos aumentaram consideravelmente a ajuda militar e económica a El Salvador.

Em 1981, o regime salvadorenho recebeu uma ajuda militar dos Estados Unidos de 35,5 milhões de dólares (não inclui os 55 milhões de dólares concedidos pelo presidente Ronald Reagan de fundos discricionários que não exigem a aprovação do Congresso); em 1982, a ajuda foi de 90 milhões de dólares, enquanto em 1983 a administração Reagan solicitou, através de um projecto de orçamento ao Congresso, a quantia de 61,3 milhões de dólares. Com o objectivo de derrotar militarmente a FMLN os Estados Unidos estão a adoptar uma série de medidas:

1. Preparação de brigadas de contra-insurreição: a *Atlatl*, a *Atonal* e a *Ramón Bellosó*.
2. Ingerência do exército hondurenho no conflito de El Salvador.
3. Intervenção escalonada (afinal, directa) das forças norte-ame-

ricanas em El Salvador.

As duas primeiras alternativas foram conduzidas sincronizadamente, embora a segunda, com menos rigor, uma vez que obedeceu fundamentalmente à capacidade interna da FMLN para administrar severos golpes às Forças Armadas salvadorenhas, consolidar territórios ou ampliar, as suas zonas de controlo político-militar, sobretudo nos departamentos de Chalatenango e Morazan, na fronteira com as Honduras, onde os ataques rebeldes são contínuos, permanentes e consideráveis.

Contradições políticas

Por outro lado, as contradições no interior dos partidos políticos que integram a Assembleia Constituinte, assim como as decorrentes do regime de Alvaro Magaña Borja, reflectem o grau de desintegração a que chegou o governo salvadorenho.

A Democracia Cristã acusou o Partido Aliança Republicana Nacionalista (Arena), dirigido pelo maior Roberto D'Aubuisson, de ser "um empecilho para a realização das supostas reformas iniciadas pela DC" durante o governo da junta militar democrata-cristã.

Em compensação, o Partido Acção Democrática (AD) disse que o que interessa, tanto à Arena como à DC, é a distribuição dos empregos públicos, como se o país "fosse uma imensa loja" e não uma república onde é preciso tomar decisões políticas transcendentais.

Quanto ao presidente Alvaro Magaña Borja, a situação é mais crítica, uma vez que é pressionado pela oligarquia — da qual é membro — para que desista de qualquer tentativa de promover reformas, sobretudo na agricultura, ou de estabelecer um diálogo ou acordo com a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR). Na sua relação com os Estados Unidos, Magaña Borja tenta seguir uma linha "modernizante" e, segundo opinião dos funcionários do Departamento de Estado, "liberal". Em primeiro lugar, formula um apelo à Unidade Nacional para se encontrar uma saída para os pro-

blemas políticos e sociais do país" e, nesse sentido, estabelece o pacto de Apaneca, com todos os partidos minoritários de direita, representados actualmente na Assembleia Constituinte, com excepção do Partido de Orientação Popular (POP) e do Popular Salvadorenho (PPS).

Em segundo lugar e conforme as directrizes norte-americanas, faz um apelo à amnistia geral para "todos os guerrilheiros que depuserem as armas". Ao mesmo tempo, o exército intensifica os seus ataques contra as comunidades rurais. Isto é uma espécie de "reforma com repressão", uma fórmula já ensaiada nos governos anteriores.

Magaña Borja não tem nenhuma autonomia. Na actual situação de guerra, onde as Forças Armadas, assessoradas e apoiadas pela administração norte-americana, lutam contra um povo em armas sob a vanguarda da FMLN, o presidente limita-se a administrar o país e a ceder às pressões dos sectores oligárquicos e da embaixada norte-americana em El Salvador.

Apelo da FMLN

A FMLN afirma que a guerra entrou numa etapa próxima da vitória e que só a crescente intervenção dos Estados Unidos, com o fornecimento cada vez maior de armas modernas e assessoramento estratégico e tático, conseguem prolongar a vida do regime salvadorenho.

Segundo porta-vozes da insurreição salvadorenha, "... aplicando a sua política de agressão e armamentismo, desesperado pela grave crise económica, social e política que se abate sobre o país e pelo crescente isolamento internacional do regime militar, o governo de Ronald Reagan decidiu utilizar a sua intervenção em El Salvador como trampolim para posteriormente a estender a toda a América Central".

Por essa razão, o governo norte-americano tem instigado, nos últimos tempos, as forças armadas das Honduras a invadirem o território salvadorenho e a tomarem parte nos combates contra a FMLN. Ao mesmo tempo, o go-



Com treino para tropas especiais ministrado nos Estados Unidos (foto) e actualmente dirigido por assessores norte-americanos, o exército salvadoreño regista um número crescente de baixas

verno de Reagan intensificou o seu apoio militar ao regime messiânico de Ríos Montt na Guatemala, e decidiu comprometê-lo mais ainda nos seus planos regionais.

Uma etapa diferente

Desde 10 de Outubro passado que a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) lança uma campanha militar "heróica e mártires de Outubro" que se caracteriza pela concentração de homens e armas, desferindo duros golpes a posições militares e a regimentos inteiros das Forças Armadas.

Da etapa da guerrilha (que dificilmente pode atingir a vitória total) a FMLN passou à integração de unidades regulares que vão organizando paulatinamente um exército popular capaz de actuar em diferentes lugares do país e provocar sérias derrotas ao exército governamental.

A tomada das posições militares

de Las Vueltas e de El Jicaro em Chalatenango, assim como a evacuação por parte dos militares das populações de San José, Las Flores, Nueva Trinidad, San Francisco Morazán, Los Ranchos e San Isidro Labrador, tornam evidente que os insurrectos deram grandes saltos qualitativos e ganharam uma experiência significativa na luta de movimentos, de posições e de guerrilha pura, no decorrer da guerra.

Em Morazán, a leste do país, os rebeldes provocaram também fortes baixas no exército, ao conquistarem sucessivamente as populações de San Francisco, Perquín e Torola.

Nesse intenso combate, os guerrilheiros capturaram um considerável material de guerra, incluindo artilharia ligeira e pesada, assim como milhares de munições para armas de diversos calibres. Além disso, fizeram prisioneiros mais de 200 soldados que foram entregues gradualmente à Cruz Vermelha Internacional.

Só num mês (de 10 de Outubro a 21 de Novembro passado) o exército salvadoreño perdeu mais de 800 homens, entre mortos e feridos, e abandonou importantes posições militares em vários departamentos.

O mais significativo de tudo isto é, sem dúvida, a crescente desmoralização do exército. Contribuíram para isso os golpes iniciais aplicados pela guerrilha, a captura e posterior libertação de mais de 200 soldados e oficiais, a perda de posições militares de regiões antes consideradas bastiões do regime e a incapacidade das forças armadas para desferirem sérios golpes na FMLN.

Os mesmos oficiais das forças armadas declararam que muitas vezes não descobrem os rebeldes e, pelo contrário, quando regressam aos quartéis são objecto de emboscadas e flagelações. É evidente que tudo isso faz parte da tática utilizada pelos os insurrectos, de permitir as incursões do exército até ao fundo das suas linhas e de-



O presidente Laguna (em baixo) tem um estreito relacionamento com o embaixador dos EUA, Deane Hinton, que, por sua vez, exerce uma enorme influência sobre o Exército

pois contratacar para obter melhores resultados.

Esses reveses militares originaram contradições internas nas Forças Armadas e no governo salvadorenho. Tal se depreendia das declarações do general José Guillermo García, ministro da Defesa, do major Roberto D'Aubuisson, director dos "esquadrões da morte" e presidente da Assembleia Constituinte, bem como de dirigentes dos partidos políticos. Contradições que acabaram por levar à demissão de Guillermo García, que ocupava o ministério da Defesa desde Outubro de 1979.

García assegurava que, para ganhar a guerra contra a "subver-

são", precisavam de mais ajuda militar (helicópteros, munições, espingardas, artilharia ligeira, aviões, etc.), dos Estados Unidos; afirmando ainda que o exército, apesar de "alguns reveses" mantinha a ofensiva na guerra.

Por sua vez, D'Aubuisson não pediu apenas o incremento da ajuda militar norte-americana, como ainda o emprego de "napalm" na luta anti-insurreccional. O chefe dos "esquadrões da morte" é igualmente defensor de uma maior colaboração entre os exércitos de Honduras e da Guatemala. Por outro lado, fez ver que a base social da guerrilha (isto é: o povo salvadorenho) "deve ser exterminada". Para D'Aubuisson, García não estava a conduzir correctamente a luta contra a FMLN e encontrava-se mais interessado na aliança com os Estados Unidos — através de propaganda das suas supostas reformas e da "democratização" do país — do que na aplicação de uma autêntica solução político-militar para El Salvador. A demissão de Guillermo García surge assim como uma vitória dos ultras de San Salvador.

Quanto ao presidente, concordou em chamar os partidos políticos

para conquistar uma unidade "de interesses comuns e de princípios filosóficos" e assinou o que foi chamado o Pacto de Apaneca, ao mesmo tempo que permite a amnistia aos guerrilheiros e fala da institucionalização do país.

Por sua vez, os partidos políticos como a Democracia Cristã (PDC), a Acção Democrática (PAD) e a tendência dissidente do Conciliação Nacional (PCN), tentam formar uma aliança interna na Assembleia Constituinte para "dar um golpe de Estado" contra Roberto D'Aubuisson, do Partido Aliança Republicana Nacionalista (Arena), segundo se deduz das declarações do secretário-geral do PDC, Julio Adolfo Rey Prendes.

O Pacto de Apaneca, assinado a 3 de Agosto de 1982 pelo presidente da República e pelos partidos políticos PDC, Arena, PCN e PPS (a AD não assinou) abrangia vários objectivos que supostamente teriam de se realizar neste e num futuro governo a ser eleito em 1984, e que são:

Pacificação: "mediante a canalização dos interesses políticos pela via institucional; democratização; participação efectiva de todos os sectores sociais, através dos seus



A guerrilha fez já muitos prisioneiros nas fileiras do exército salvadoreño. Na foto, alguns deles em Las Vueltas, Chalatenango

legítimos representantes"; *direitos humanos*, "atingir a vigência plena dos direitos inalienáveis"; *recuperação econômica*, que "será iniciada com uma enérgica reactivação da indústria manufactureira, construção, turismo, artesanato e serviços em geral. Serão concedidos recursos às actividades agropecuárias, desenvolvimento da pequena empresa e estímulo aos investimentos externos.

Reforma: "consolidação do processo da reforma agrária bancária e do comércio externo". Na ordem jurídica e institucional evitar a corrupção no Estado, a independência dos Poderes, o fortalecimento do Poder Judiciário para administrar a justiça, e fortalecimento internacional, para "incrementar a capacidade de negociação, o apoio político; assegurar a autodeterminação do povo e evitar a interferência de outros Estados nos seus problemas internos".

O Pacto de Apaneca parece, à primeira vista, a plataforma que

poderia solucionar os problemas crónicos de El Salvador. Contudo, é evidente que se trata de um programa desenvolvimentista de contra-insurreição preparado pelos Estados Unidos, empenhados em mostrar um "rosto" democrático ao mundo e conter o avanço político-militar da FMLN.

Vários centros de poder

Não parece haver hoje um centro de poder unificado em El Salvador. Algumas vezes é o embaixador norte-americano, Deane R. Hinton, quem dita as leis, dá conferências de Imprensa e se adianta aos acontecimentos que são posteriormente "anunciados" pelo presidente Magaña Borja; acontece a mesma coisa com Roberto D'Aubuisson, que não só se opunha abertamente a José Guillermo García quanto à maneira de instrumentar a guerra contra a FMLN, mas também às reformas que a Democracia Cristã impulsionou

timidamente sob a batuta dos Estados Unidos.

Contudo, são as Forças Armadas, os altos comandos fascistas, que têm a palavra e possuem um grande poder de decisão no aspecto político, embora mostrem profundas cisões diante do fracasso dos seus planos estratégicos de extermínio da insurreição e de obtenção de uma base social na população.

O futuro de El Salvador actualmente, não só está atrelado ao avanço qualitativo das Forças Populares, como também aos planos político-militares dos Estados Unidos. Se Washington se obstinar numa guerra prolongada de contra-insurreição, num apoio directo às Forças Armadas salvadoreñas e talvez até com uma intervenção directa escalonada, a guerra prolongar-se-á e o custo social tornar-se-á ainda mais elevado. A consciência mundial tem de fazer algo para pôr termo a esta situação. □

Os rebeldes apertam o cerco

Com artilharia pesada e grande combatividade, a Frente Farabundo Martí (FMLN) toma a ofensiva militar num país cada vez mais mergulhado na crise política e económica

Horácio Castellanos Moya



COM o lançamento da sua nova campanha militar, denominada "Heróis revolucionários de Janeiro", a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador ratificou a sua presença com uma força político-militar capaz de questionar a fundo o aparelho de poder dominante naquele país centro-americano.

As forças rebeldes iniciaram a 8 de Janeiro passado, no departamento de Chalatenango ao norte do país, uma campanha militar, que pelo seu alcance se tornou a mais importante dessa guerra.

O exército salvadorenho viu-se na necessidade de abandonar as suas posições nas principais áreas sob controlo rebelde. Os ataques da FMLN foram contundentes, tanto pela quantidade de comba-

tentes como pelo poder de fogo, da capacidade de manobra e da coordenação de forças.

Nos primeiros 20 dias de campanha militar, a FMLN provocou 262 baixas, entre mortos e feridos, nas fileiras do regime. Nesse mesmo período, os insurrectos capturaram 153 efectivos governamentais, a maioria dos quais postos em liberdade nos dias seguintes.

Relativamente ao armamento, de 8 a 26 de Janeiro, a FMLN recuperou 265 espingardas, quatro peças de artilharia, cinco metralhadoras, rádios de comunicação, milhares de munições e outros apetrechos, dados estes proporcionados pela rádio rebelde *Farabundo Martí*. No departamento de Chalatenango, a FMLN manteve sob controlo cerca de 380 qui-

lómetros quadrados, que representam 68,5% da superfície desse departamento. Os rebeldes controlaram ainda cerca de 1200 quilómetros quadrados na zona norte dos departamentos de San Miguel, Morazán e La Unión.

Os esforços realizados pelo exército governamental, depois de iniciada a campanha de Janeiro, para desalojar a FMLN da zona norte de Morazán, enfrentaram uma defesa que nem o alto comando militar nem os conselheiros norte-americanos esperavam.

O batalhão especializado em contra-insurreição "Atonal" (formado por mil homens), ao qual foi encomendado inicialmente, a retomada da povoação de Meanguera, a 191 quilómetros a nordeste da capital, teve que bater em retirada desordenadamente, na



A ofensiva dos rebeldes conseguiu recuperar muitas armas e munições, como em La Laguna (Chalatenango)

terceira semana de Janeiro, frente à contra-ofensiva rebelde.

Entra em cena a artilharia pesada

Dessa forma, na zona do departamento de Morazán, registaram-se, pela primeira vez, duelos de artilharia pesada. A artilharia rebelde destruiu a sede do comando tático do exército de Meanguera. Os morteiros de 120mm da FMLN destruíram também a base da artilharia do regime na localidade de Delicias de Concepción, oito quilômetros a sul de Meanguera. Mas o elemento que veio dar uma nova dimensão à campanha "Heróis revolucionários de Janeiro" foi a intensidade da acção rebelde no departamento oriental de Usulután. As ocupações de San Francisco Javier, San Agustín e — principalmente — a batalha da cidade de Berlin, desconcertaram o Estado-Maior das Forças Armadas, que durante es-

sas horas tinha centrado os seus esforços na operação contra-insurreccional no departamento de Morazán.

Os combates no departamento de Usulután, a partir da última semana de Janeiro, atribuíram a essa frente uma importância que não tivera, desde Março de 1982, durante a conjuntura eleitoral, quando a FMLN sitiou por uma semana a cidade de Usulután.

Na tomada da cidade de Berlin, depois de 36 horas de combates, a FMLN capturou 46 efectivos do governo e recuperou 85 armas de guerra, milhares de munições, apetrechos, alimentos, remédios etc. É significativo, além disso, que o regime se tenha visto impossibilitado de enviar reforços para ajudar as suas forças sitiadas em Berlin. Limitou-se a empregar a Força Aérea Salvadorenha (FAS), que destruiu com os seus bombardeamentos cerca de 20% dessa cidade de aproximadamente 30 mil habitantes.

Operações em San Salvador

Outro aspecto relevante foi a acção na capital. O ataque ao quartel San Carlos, sede da Primeira Brigada de Infantaria, a mais importante do país, no dia 27 de Janeiro passado, ratificou a presença dos rebeldes na zona metropolitana, considerada pelo exército como a sua retaguarda estratégica.

Hoje, o exército encontra-se na situação mais difícil desde o início da guerra. A FMLN tomou a iniciativa estratégica e táctica e as Forças Armadas viram-se limitadas a responder às iniciativas rebeldes.

Segundo especialistas militares, ao ritmo actual da guerra, o exército governamental dificilmente resistirá mais de seis meses. Esse aspecto coloca, sem dúvida, sérias sérias interrogações aos Estados Unidos. A intervenção militar maciça de *marines* norte-americanos é uma possibilidade não afastada



Uma acção da FMLN: o posto de comando do exército em Las Vueltas

pelos rebeldes.

As visitas a El Salvador, no final do ano passado, do tenente-general Wallace Nutting, chefe do Comando Sul do exército norte-americano, e de Fred Ilke, subsecretário da Defesa, são muito reveladoras. O presidente Ronald Reagan atesta perante o Congresso norte-americano o bom comportamento do regime salvadoreño no que diz respeito aos direitos humanos e às reformas económicas e sociais. O certificado do presidente Reagan será traduzido numa ajuda militar e económica de mais de 226 milhões de dólares para o governo salvadoreño.

A economia desmorona-se

Mas há outro aspecto que muito preocupa Washington: segundo o Centro Universitário de Documentação e Informação (CUDI), da Universidade Centro-Americana (UCA) "José Simeón Canas" a inflação em El Salvador atingiu o ano passado 54%, a produção sofreu uma queda geral de 20%, o Produto Interno Bruto (PIB) foi reduzido -9,5% e o desemprego absoluto chegou a 40%.

A mesma fonte assinalou que no fim de 1982, a dívida externa do regime foi de 550 milhões de dólares, o défice fiscal de 400 milhões, a redução das exportações de 342 milhões, a escassez de divisas de 350 milhões e o défice da balança de pagamentos de 345 milhões.

Um dos elementos que contribuiu activamente para o desmoronamento da economia de guerra do governo salvadoreño é a linha tática de sabotagem impulsivada pela FMLN. De acordo com o Centro de Documentação da Rádio Farabundo Martí, em 1982, os revolucionários realizaram 600 acções de sabotagem contra os meios de transporte, 499 contra a rede eléctrica e 112 contra objectivos económicos.

Nos primeiros 24 dias de campanha militar "Heróis revolucionários de Janeiro", segundo a mesma fonte, a FMLN realizou 50 acções de sabotagem, destacando-se entre outras a inutilização da ponte de caminho de ferro sobre o rio Lenipa, a 25 de Janeiro, o que deixou incomunicável a zona oriental do país pelo caminho do litoral.

Proposta de diálogo

A proposta de diálogo apresentada pelos rebeldes, em Outubro passado, recebeu o apoio de governos e organismos internacionais, incluindo o Movimento dos Países Não-Alinhados, que se pronunciou a favor da iniciativa da Frente Farabundo Martí na reunião do seu Comité de Coordenação, que teve lugar em Manágua, na primeira semana do passado mês de Janeiro.

A recusa de Washington e do regime salvadoreño tem sido sistemática no que diz respeito à procura de uma solução política

do conflito. Os estrategos norte-americanos, parecem empenhados em regionalizar a guerra travada em El Salvador. Só assim podem ser interpretadas as constantes incursões do exército hondureño em território salvadoreño.

As denúncias dos rebeldes assinalam que os efectivos hondureños fizeram uma incursão a zonas que estão sob o controlo da FMLN em coordenação com as operações de contra-insurreição realizadas pelas Forças Armadas de El Salvador. No dia 30 de Janeiro, enquanto os batalhões de elite salvadoreña tentavam retomar posições no departamento de Morazán. Rádio "Venceremos" denunciou que tropas hondureñas pertencentes ao batalhão da cidade de Marcala tinham feito uma incursão ao território fronteiriço controlado pela FMLN.

O exército hondureño, segundo reconhecem os próprios norte-americanos, foi treinado e apetrechado pelos Estados Unidos, a fim de ajudar a conter os movimentos de libertação nacional na região.

Contudo, apesar dos esforços do Pentágono e da Casa Branca, as forças rebeldes salvadoreñas crescem e consolidam-se tal como foi demonstrado pelos resultados da campanha "Heróis revolucionários de Janeiro". Enquanto isso, o regime está a afundar-se numa crise militar, política, económica e diplomática, que Washington não conseguiu solucionar.

Condenado o governo de Ríos Montt

Reunido em Madrid no passado mês de Janeiro, o Tribunal Permanente dos Povos acusou o governo guatemalteco de genocídio e de graves violações aos direitos daquele povo latino-americano

Mónica Mendoza



O governo presidido pelo general Ríos Montt foi acusado de genocídio, crimes contra a humanidade, delitos de guerra e discriminação racial pelo Tribunal Permanente dos Povos, que reconheceu o direito à insurreição armada do povo guatemalteco, encabeçada pelas quatro organizações que constituem a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

A resolução final do Tribunal, reunido em Madrid entre 27 e 31 de Janeiro passado, responsabilizou também pelos mesmos crimes, o actual governo norte-americano "devido à sua ingerência determinante nos assuntos da Guatemala"; e os governos de Israel,

Argentina e Chile "por causa da sua cumplicidade e assistência ao governo guatemalteco".

A sentença estende a condenação aos governos guatemaltecos dos últimos 29 anos, "por graves violações, reiteradas e sistemáticas dos direitos humanos". O Tribunal destacou "o atentado contra o direito do povo da Guatemala à autodeterminação política e económica e ao direito de exercer a soberania sobre os seus recursos naturais, tal como foi estabelecido pela Carta das Nações Unidas".

"Perante os crimes citados por parte dos poderes públicos da Guatemala, o seu povo tem o direito de exercer todas as formas de resistência, inclusive a força

armada, através das suas organizações representativas, contra os poderes públicos e tirânicos; e o uso da força armada por parte do governo da Guatemala para reprimir a resistência é ilegítimo", concluiu o Tribunal.

Mortes e mais mortes

A intervenção do ex-sargento e ex-comissário militar, Pedro Luis Ruiz, teve o efeito de uma bomba na Sala das Sessões do Tribunal Permanente. Contou ele: "O próprio tenente ensinava-nos como violar as mulheres, davam-nos drogas que nos faziam sentir mais fortes, mais machos; depois batiam-nos até sangrar e não sen-

tíamos nada. Eu alistei-me aos 17 anos; estava contente porque ia ter uns sapatos. Sou um índio *quiché*, e pensava que afinal ia ter que comer. Percebi imediatamente que enquanto nos davam feijão com arroz, os cães comiam carne”.

Posteriormente, no interrogatório do Tribunal, Pedro Luis Ruiz explicou como tinha matado o seu próprio pessoal e o tipo de lavagem cerebral que o exército faz aos indígenas.

Outra testemunha, Juan Velázquez Jiménez, que foi obrigado a integrar as Patrulhas Cívicas de Autodefesa, declarou que em certa ocasião “encontrámos duas crianças que estavam a comer milho: uma delas saiu de casa e foi-se esconder, então, os soldados agarraram a que ficou e mataram-na. Depois, foram à casa onde a outra se tinha escondido e deitaram-lhe fogo... A criança morreu queimada”. Todas as testemunhas falaram de mortes e mais mortes. As perguntas dos juizes eram precisas: “Tem o endereço e o nome das casas de tortura?”

O jornalista Elías Barahona y Barahona não teve medo de responder, porque compareceu no Tribunal para contribuir com elementos que comprovam a responsabilidade directa do regime militar guatemalteco em torno da guerra travada nesse país. Ex-secretário de Imprensa e homem de confiança do ministro do Interior, Donaldo Alvarez Ruiz (1976 a 1980), que Barahona afirmou ter tido nas suas mãos o plano de contra-insurreição apresentado pelos representantes do governo norte-americano ao general Fernando Romeo Lucas García. O projecto denomina-se “Programa de Pacificação e Erradicação do Comunismo” e foi muito discutido para poder ser aplicado às circunstâncias especiais da Guatemala.

A professora norte-americana Susanne Jonas, especialista em questões da América Central, contribuiu com uma série de dados sobre a participação norte-americana na Guatemala: “Continuam o treino militar e o assessoramento do país; foram vendidos aviões de transporte de tropas como material não-militar; em 1980-1981 o governo guatemalteco



Crianças num campo de refugiados guatemaltecos, no México. A fuga ao horror e à desolação

comprou helicópteros no valor de 10 milhões de dólares através do Departamento do Comércio, como materiais não-militares, mas os helicópteros estavam equipados para operações de contra-insurreição. A ajuda militar continuou, tanto no envio de equipamento militar, como disfarçado em vários programas de assistência económica”.

Ninguém pode condenar a luta armada dos guatemaltecos

“Eu sou pacifista, mas entendo que não tenho nenhum direito de julgar os povos que são obrigados a conquistar a paz através da luta armada”, afirmou a 27 de Janeiro

a vice-presidente do grupo socialista no parlamento Europeu, a holandesa In Van Den Heuvel.

A senhora Van Den Heuvel que apoia a resolução adoptada a 17 de Dezembro de 1982 pela Comunidade Europeia sobre a situação da Guatemala, afirma que a solidariedade internacional deve ser efectuada e concretizada através de uma ajuda económica que não passe pelo governo Ríos Montt. “Tínhamos de ter a certeza de que o nosso apoio financeiro chegaria às mãos do povo e não seria utilizado para outros fins. Portanto, decidimos que ia ser canalizado por instituições humanitárias e instâncias não governamentais”.

Tribunal dos Povos: de Nuremberg até hoje, à procura da justiça e da paz

O tribunal de Nuremberga fez com que surgissem esperanças de se poder estabelecer um Tribunal Internacional Permanente com poderes para conhecer, julgar e punir os crimes de guerra. Contudo, apesar de que, desde 1945 até hoje, persistiram a guerra e os crimes de guerra como uma realidade quotidiana, nenhum estado demonstrou interesse na constituição desse tribunal.

Em 1966, o filósofo, escritor e Prémio Nobel inglês, lord Bertrand Russell, apelando precisamente para o precedente de Nuremberga, pôs em andamento um Tribunal Internacional para julgar os crimes de guerra cometidos pelos estados Unidos no Vietname. Aquele Tribunal Internacional, integrado por eminentes personalidades dos cinco continentes — Jean Paul Sartre, Lázaro Cárdenas, Mehmet Ali Aybar, Simone de Beauvoir, Shoichi Sakata — não tinha poder formal para sentar ninguém no banco dos réus e muito menos para ditar sentenças executórias; mas o seu peso moral era universalmente reconhecido. "Nós, dizia Bertrand Russell, agimos em nome da civilização humana".

A legitimidade daquele Tribunal, chamado Tribunal Russell I, baseava-se, segundo Jean Paul Sartre, na sua própria impotência e na sua universalidade. "Ninguém nos nomeou juízes, não temos apoio jurídico de nenhum Estado, não temos poder para fazer com que uma sentença seja executada... Precisamente por isso, somos independentes e podemos julgar com liberdade".

Por outro lado, perguntava-se ao filósofo francês, de onde vinha a legitimidade do Tribunal de Nuremberga? Não era por acaso a legitimidade dos vencedores sobre os vencidos? Se o resultado da guerra tivesse favorecido as po-



O Tribunal dos Povos reconheceu o direito do povo guatemalteco à luta armada

tências do Eixo, por acaso elas não teriam podido julgar com a mesma "legitimidade" os bombardeamentos aliados em Dresden e Hiroshima?... Nós queremos fazer sentir a todos a necessidade de substituir a lei da selva pelas regras éticas e jurídicas".

Apesar disso, Sartre reconhecia no Tribunal de Nuremberga um precedente — "o embrião de uma tradição" — para julgar os crimes de guerra, a agressão e o genocídio. E punha em evidência com uma profunda simplicidade que, ao condenar os horrores do nazismo, os aliados condenavam ao mesmo tempo as suas próprias guerras de agressão e de conquista, os abusos contra os prisioneiros, as torturas e as práticas racistas que eles mesmo cometiam nas suas colónias. Depois da primeira sessão em 1966-1967, o Tribunal Russell voltaria a reunir-se nos anos 70 para julgar os crimes cometidos por vários governos da América Latina. Foram as duas únicas sessões desse Tribunal.

No entanto, no próprio acto de encerramento do Tribunal Russell II, ficou clara a necessidade de continuar a lutar por uma norma dos Direitos dos Povos. A mística do insigne Bertrand Russell era retomada com novos brios e nova

profundidade. Lelio Basso, um dos membros do Tribunal Russell II, no discurso de encerramento a 17 de Janeiro de 1976, em Roma, manifestava: "O antigo Direito Internacional, que era considerado como o Direito da Comunidade Cristã Ocidental, já não pode ser aceite pela maioria dos estados independentes, porque é o direito dos exploradores, dos colonizadores, e porque as suas normas foram concebidas para a realização dos objectivos deles".

A Conferência de Argel

Lelio Basso, italiano, doutorado em Direito, especialista de Direito Internacional e professor de sociologia da Universidade de Roma foi o principal promotor do movimento que em Julho de 1976 instituiu a Fundação Lelio Basso, cuja finalidade "é estudar no plano jurídico, económico, social, cultural, antropológico, etc., os problemas e as relações que determinam as situações de dependência e opressão dos povos; contribuir para a elaboração de princípios capazes de criar novas relações baseadas na igualdade e na justiça, para preservar a paz no mundo".

Ao mesmo tempo, promovida pela Fundação Lelio Basso, foi

criada em Julho de 1976, em Argel, a Liga Internacional para os Direitos e Libertação dos Povos. O artigo 2 dos seus estatutos estabelece: "A Liga combate pelo direito dos povos a determinarem o seu próprio destino, contra toda a forma de submissão, de dependência, de dominação e, de uma maneira geral, contra toda a forma de imperialismo. Defende os princípios fundamentais incluídos na Declaração Universal dos Direitos dos Povos, proclamada em Argel a 4 de Julho de 1976. É com base nesses princípios, que ela contribui para a paz no mundo".

No discurso de inauguração da Conferência de Argel, Lelio Basso afirmou: "O nosso compromisso com o Direito dos Povos tende ao desenvolvimento, ao reforço e à superação das Cartas dos Direitos Humanos... A nossa concepção parte do reconhecimento de que a realidade é o homem: mas não o homem isolado, o homem simples, o homem abstracto, mas o homem completo e submerso na totalidade das suas relações sociais e comunitárias... Os protagonistas da história e do direito são, pois, os povos. Em primeiro lugar, vamos-nos referir ao direito à autodeterminação, ao direito à independência e à soberania, em relação ao exterior; e, em relação ao interior, ao direito à democracia e à soberania popular. Nós acreditamos que essa será a única maneira de os Direitos Humanos serem assegurados".

Na base da Liga Internacional para os Direitos e a Libertação dos Povos está implícita, pois, toda uma nova concepção do Estado e do Direito Nacional e Internacional, cujos protagonistas são os povos. Sob essa filosofia era aprovada, a 4 de Julho de 1976, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos, que reconhece o direito de cada povo à existência, à autodeterminação política, a dispor das suas riquezas e dos recursos comuns a toda a humanidade, ao progresso científico e técnico, aos bens da cultura e do meio ambiente, a que a sua identidade e o seu património cultural sejam respeitados, etc.

Lelio Basso faleceu em fins de 1978, tendo sido substituído na

Liga pelo belga François Rigaux.

Como fruto da análise jurídica e política do Tribunal Russell, da Declaração Universal dos Direitos dos Povos, e das iniciativas tomadas pela Liga a esse respeito, surge o Tribunal Permanente dos Povos, cuja primeira sessão teve lugar em Bolonha, Itália, a 24 de Junho de 1979. Considera-se que é a continuação lógica do Tribunal Russell.

Segundo os seus estatutos, "a missão do Tribunal é a de promover o respeito universal efectivo dos Direitos dos Povos, das minorias e dos indivíduos, determinando se tais Direitos são violados, examinando as causas de tais violações e denunciando os seus autores perante a opinião pública mundial".

O Tribunal define-se "como competente para se pronunciar contra qualquer crime internacional, especialmente aqueles contra a paz e a humanidade, sobre qualquer infracção dos direitos fundamentais dos povos, minorias, e sobre as violações graves e sistemáticas dos direitos e das liberdades dos cidadãos".

Para as suas deliberações, o Tribunal toma como referências documentos universalmente aceites, tais como o Processo de Nuremberga, os acordos da ONU sobre Direitos Humanos, a Carta sobre os Direitos e Deveres Económicos dos Estados, a Declaração e o Programa de Acção por uma Nova Ordem Económica Internacional, e, sobretudo, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos.

Qualquer governo, organização internacional, governamental ou não, movimento de libertação nacional, grupo político ou sindical ou sociedade privada, pode efectuar diante do Tribunal as denúncias sobre situações que sejam da sua competência.

O caso da Guatemala

Presidido por François Rigaux, e com quatro vice-presidentes, o Tribunal deve ter no mínimo 35 membros e no máximo, 75. A presidência nomeia para cada sessão 11 juízes entre juristas, intelectuais, humanistas, religiosos, homens da ciência, prémios Nobel...

Os requisitos fundamentais para que essas personalidades possam ser eleitas juízes são a sua autoridade moral, a sua independência, a sua objectividade e um interesse real pela causa dos povos.

A partir da sua fundação, foram submetidos a esse Tribunal vários casos, entre outros, a situação dos direitos dos povos do Sara Ocidental, Argentina, Eritreia, Filipinas e El Salvador.

Sobram razões para que esse organismo tenha aceite o pedido da Comissão de Direitos Humanos da Guatemala no sentido de dedicar uma sessão à situação guatemalteca. Em poucos casos foi tão clara a violação permanente e sistemática de todos os direitos do povo e dos indivíduos. Os últimos governos, e especialmente o de Ríos Montt, elevaram o genocídio à categoria de política oficial. Os dados sobre assassinatos, torturas, discriminação e violação de todos os direitos e liberdades fundamentais, são alarmantes. Na Guatemala, a frase pronunciada por François Rigaux torna-se uma realidade inegável: "O Direito dos Povos pertence mais ao futuro que ao passado".

O intelectual belga também assinalou que a "transgressão sistemática dos direitos do povo é incompatível com a manutenção de relações de confiança mútua entre os Estados". É por isso que o governo da Guatemala, apontado pelo dedo acusador dos mais prestigiosos organismos internacionais como um dos maiores violadores dos Direitos Humanos no mundo, acha-se afundado num isolamento internacional total.

Os juízes do Tribunal de Madrid são, além do já citado François Rigaux, presidente; Ruth First¹, sul-africana, vice-presidente, e o italiano Gianni Togomi, secretário; entre os vogais, o mexicano monsenhor Sérgio Méndez Arceo, o japonês Makoto Oda, o chileno Armando Uribe e o norte-americano George Wald. Um grupo numeroso de guatemaltecos actuou como declarantes e testemunhas da realidade de seu país. □

1) Ruth First, proeminente militante do Partido Comunista e do African National Congress, faleceu em Agosto do ano passado, em Maputo (Moçambique), vítima de um atentado (carta-bomba).

Guatemala

"Fomos invadidos mas não conseguiram conquistar-nos"

"Bateram-nos numa e na outra face durante 400 anos. Cicatrizámos e agora agimos", afirma Rigoberta Menchú, indígena cristã e dirigente do Comité Patriótico de Unidade Camponesa

A 31 de Janeiro de 1980, trinta e sete camponeses indígenas de El Quiché ocuparam pacificamente a embaixada de Espanha na Guatemala para protestar contra os abusos do exército. Pouco depois, a polícia incendiou a sede diplomática com fósforo branco e queimou vivos os seus ocupantes, incluindo o pessoal administrativo. Houve dois sobreviventes: um, indígena sequestrado nessa mesma noite do hospital

onde estava internado e que nunca mais apareceu com vida; o outro, escapou do centro médico e refugiou-se na representação dos Estados Unidos. Era o embaixador espanhol, Máximo Cajal y López. O seu testemunho posterior provocou o rompimento de relações diplomáticas entre a Guatemala e a Espanha.

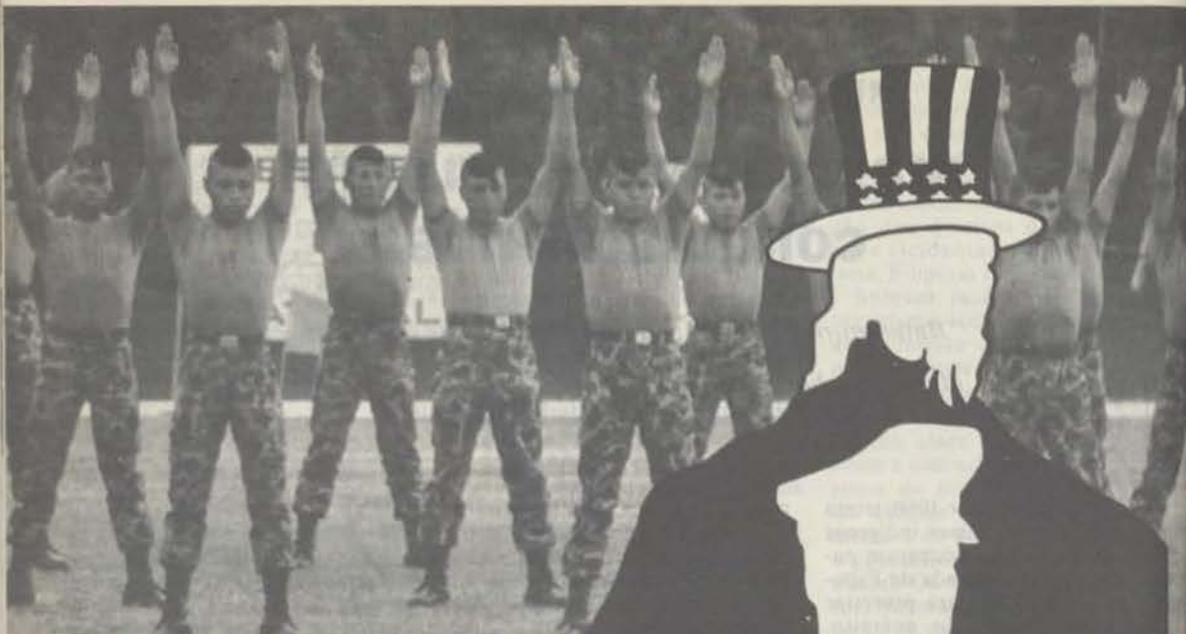
Entre as vítimas daquele massacre, encontrava-se o catequista indígena Vicente Menchú, originário

de San Miguel Uspantán, El Quiché. Tempos mais tarde, a sua esposa era sequestrada pelos corpos de segurança, torturada e abandonada na selva, onde — ainda com vida — os animais a devoraram.

Dois anos e quatro meses depois — a 12 de Maio de 1982 — outro grupo de camponeses ocupou a embaixada do Brasil. Dessa vez não puderam ser desalojados pela força: tinham tomado grandes

"Tratam o indígena como a um animal. Chamam-lhe shumo que quer dizer sujo, pobre, de outra raça"





Os próprios indígenas são recrutados pelo exército

medidas de segurança e conseguido um salto qualitativo nos seus métodos organizativos. Além disso, possuíam uma identidade política: a Frente Popular 31 de Janeiro (FP-31), integrada por oito agrupamentos camponeses, operários, estudantis e religiosos. Uma das principais dirigentes da FP-31 era uma jovem indígena que tinha então 22 anos de idade — e, segundo o seu testemunho, doze de praticar o evangelho cristão — cujo nome é Rigoberta Menchú, filha das vítimas de 1980.

Hoje, aos 24 anos, Rigoberta é um “quadro móvel” do Comitê Guatemalteco de Unidade Patriótica (CGP) e visitou treze países da Europa, levando “a voz da sua raça”. A sua actividade internacional levou-a a participar em vários congressos, tribunais e foros públicos patrocinados por igrejas e instituições humanitárias. Em Agosto de 1982, por exemplo, teve cinco intervenções na Subcomissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, para testemunhar sobre a morte dos seus pais e denunciar os permanentes massacres de camponeses cometidos pelo governo do general Efraim Ríos Montt.

Sobre a sua militância cristã, Rigoberta Menchú explica a *cadernos do terceiro mundo*: “Um velho preceito cristão diz que quando te batem numa face, deves oferecer a outra. Já nos bateram numa e noutra. Depois de quatrocentos anos de exploração, cicatrizámos e agora agimos. A Bíblia está cheia de exemplos de luta pela justiça. Se Cristo vivesse, estou certa de que estaria do nosso lado. Nós amamos Deus, a Natureza, os nossos bosques e animais; amamos a vida. Mas as condições são impostas por outros. Só temos duas faces, e já nos bateram em ambas.”

“O cristianismo é uma potência mundial”

O general Ríos Montt diz-se religioso...

— Ríos Montt manipula a imagem de Deus para se disfarçar diante da opinião pública nacional e internacional. O nosso povo é profundamente religioso - há católicos, cristãos, evangélicos, fundamentalistas — e não se limita a rezar. Procura, através da prática, a solução para os seus problemas económicos e sociais. Ríos Montt pertence à *Igreja do Verbo*, que tenta explorar esse sentimento

popular.

Quais são as características dessa seita?

— As primeiras notícias que temos da Igreja do Verbo são a partir do golpe de Estado de 23 de Março de 1982. Antes, nada. O seu aparecimento foi surpresa. Sabemos que tem o seu centro em Fureka, Califórnia. Os seus "pastores" começaram a dar algumas voltas pelos Estados Unidos para implementar uma campanha de apoio político e económico a Rios Montt. Conseguiram uns milhões de dólares para "realizarem projectos".

Em que consistem esses projectos?

— Viajavam em helicópteros da força aérea, chegavam às aldeias e distribuíam bíblias, protegidos pelos soldados. Depois retiravam-se e não voltavam nunca mais. "Aqui chegou a palavra de Deus", diziam. Mas o nosso povo não se ilude. Ninguém pode contra a fé popular. O cristianismo é uma potência a nível mundial.

Evangelho, militância e ameaças de morte

Durante a sua infância e adolescência, Rigoberta colheu algodão em fazendas de grandes proprietários guatemaltecos. "Tratam o indígena como um animal. Chamam-lhe *shumo*, que é um epíteto pejorativo que equivale a sujo, pobre, de outra raça. Ela soube desde pequena o que era lutar para conseguir ser bem tratada e ter um salário justo", relata.

Sem ir à escola, a jovem dirigente aprendeu a ler com a leitura do evangelho cristão. A religião e a militância desenvolveram-se juntas. A partir de 1977, integrou-se definitivamente na actividade política e conseguiu escapar a vários massacres de camponeses pelo exército.

Em Maio de 1981, foi detida e submetida a torturas. Em princípios de 1982, na Nicarágua, os ocupantes de um automóvel com placa guatemalteca tentaram sequestrá-la à saída do aeroporto "Augusto César Sandino", de Manágua, mas a polícia sandinista frustrou a manobra. "Invariavelmente, em todas as capitais onde

chego para fazer o meu testemunho, recebo ameaças de morte", comenta Rigoberta.

O governo de Rios Montt construiu "aldeias estratégicas" ou "modelo" para concentrar a população indígena. Como funciona esse projecto?

— Os militares tentam criar "reservas índias" como nos Estados Unidos, onde os indígenas estejam desarmados, rodeados de arame farpado e controlados. Já "domesticados" — acham eles — serão uma espécie de atracção para o turismo estrangeiro. As "aldeias estratégicas" são simplesmente campos de concentração.

E qual é a resposta dos indígenas a esse projecto?

— O nosso povo não tem armas e não pode enfrentar o exército. Então, "faz-se parvo", finge que se integra na vida das "aldeias modelo" e em troca recebe um pouco de milho e feijão. O mais importante, porém, é que salva a vida. "Já conquistámos o povo", diz então Rios Montt. E engana-se: nunca, nem os espanhóis nem os ditadores conseguiram isso. Nós estamos invadidos, é verdade, mas ainda não conseguiram conquistar-nos.

As antigas crenças indígenas perduram? Como coexistem com o cristianismo?

— Entre a nossa gente ainda existem sacerdotes maias: são os mais velhos e os mais venerados pela comunidade, aqueles que conservam e transmitem as suas tradições verbalmente, de geração em geração. Temos as nossas próprias cerimónias, mistura de crenças maias e da religião cristã. E não trocamos essas crenças por um pouco de milho ou de feijão.

As armas do povo

E quem não estiver nas "aldeias modelo", como enfrenta os soldados?

— Nós não temos armas e se as tivéssemos não chegaríamos para armar todo o povo. Então usamos o génio e a criatividade populares. Procuramos novas formas de re-



sistência. Treinamos crianças e mulheres em tarefas de vigilância — para avisar quando chegam os soldados — e para levar e trazer mensagens. Utilizamos "cocktails molotov", de fabricação caseira. Construimos saídas de emergência para escapar às perseguições e túneis para nos escondermos durante os bombardeamentos. E armadilhas. Os militares dizem que é "influência vietnamita"; desconhecem que são muito mais antigas, que os nossos antepassados já as usavam para se defenderem dos espanhóis.

Rios Montt desespera-se. Fala da sua política de "espingardas e feijões". Ordena massacres. Em Maio de 1982, falei com alguns congressistas norte-americanos em Washington: estavam impressionados com a maneira como ele age. "Parece louco", disseram-me. Eu respondi-lhes: "Não se deixem enganar; ele finge-se louco. É um palhaço inteligente".

(Roberto Bardini)

arnaud

desde 1870

EM QUALQUER PONTO QUE PRECISE

CARGA AÉREA
FRETAMENTOS
GRUPAGENS
DESPACHOS
CONTENTORES
CAMIÕES TIR

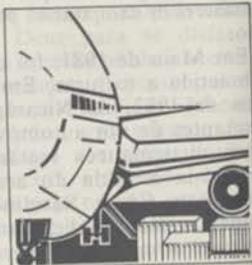
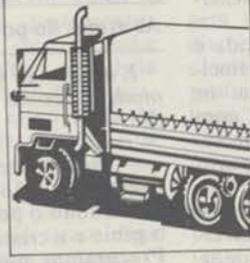
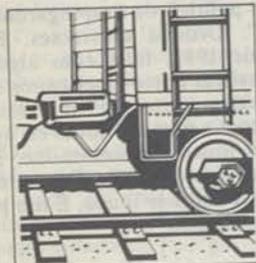
PORTUGAL
LISBOA
ESCRITÓRIOS
Av. 24 de Julho, 2-2.º D
Telef. 361391/2/3/4/5
Telex 12704 ARNAU P
1200 LISBOA

PORTUGAL
PORTO
ESCRITÓRIOS
Rua Infante D. Henrique, 83-2.º
Telef. 315511
Telex 22200 ARNOPO P
4000 PORTO

REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA
LUANDA
Av. 4 de Fevereiro
Edifício Presidente, SALA 441, 4.º Andar
Caixa Postal 2271
Tel. 71788/71483/71518
TELEX 3159 ARNAUD AN
LUANDA

REPÚBLICA POPULAR
DE MOÇAMBIQUE
MAPUTO
Av. Armando Tivane, 494
Tel. 741143
Telex 6528 COFIN MO
MAPUTO

MARINHA GRANDE • AÇORES • MADEIRA



O M-19 depõe mas não entrega as armas

Andrés Almarales e Augusto Lara, fundadores do Movimento 19 de Abril e membros da sua direcção, afirmam: "Somos partidários do diálogo e da paz, mas se não houver jogo limpo estamos dispostos a voltar para a floresta"

Roberto Bardini

O M-19 da Colômbia passou a constituir matéria de primeira página nos principais jornais do mundo, quando as operações guerrilheiras começaram a desenvolver-se no próprio coração de Bogotá, a capital, e particularmente, após a tomada da embaixada brasileira, que manteve a opinião pública internacional suspensa das árduas negociações entre o governo e o movimento armado, durante várias semanas.

Muito menos destaque obteve da parte da grande imprensa, um acto tão importante como aquelas operações tipo comando: a legalização do M-19 e a sua transformação em partido político, em consequência da lei de amnistia.

Nos primeiros dias de Outubro de 1982, sete guerrilheiros do M-19, liderados por Andrés Almarales — tido como o quarto homem na hierarquia do Movimento — libertado naqueles dias do presídio de La Picota, sentaram-se nos bancos da Comissão Constitucional do Senado enquanto outros 15 permaneciam no plenário. Almarales leu um documento anunciando, a partir desse momento, a sua existência como movimento legal.

Era a primeira vez que os lendários guerrilheiros se apresentavam publicamente e sem esconder o rosto.

A acção começou a 6 de Outubro de 1982. Os seus protagonistas chamaram-lhe "Operação Anti-Medo" que, por sua vez, foi qualificada pela imprensa como "co-

mando suicida". Consistia nos deslocamentos desarmados e sem custódia de ex-prisioneiros políticos libertados, transformados em porta-vozes públicos do Movimento 19 de Abril (M-19), no seu primeiro aparecimento legal. Iam do cárcere de La Picota ao Capitólio Nacional.

Andrés Almarales, fundador do M-19 e actual chefe do seu Comando Legal, jornalista e escritor, advogado trabalhista e ex-parlamentar da Aliança Nacionalista

Popular (ANAPO), permaneceu preso durante três anos em La Picota. Augusto Lara — que também foi fundador da organização rebelde — é engenheiro e jornalista, combatente desde a década de 50 e esteve preso durante quatro anos. Ambos foram definidos como "parte da recente história política colombiana". Os dois, juntamente com outros companheiros de cativeiro, participaram na "Operação Anti-Medo".

Meses depois daquela experiên-

"O M-19 tem como prioridade a legalidade democrática"





Augusto Lara



Andrés Almarales

cia, relatam: "Todos nós pensávamos que não sairíamos vivos. A garantia foi a atitude do povo e a presença da imprensa, a proteger-nos. Percebemos que havia carinho e confiança para com o M-19. A nossa presença no Capitólio Nacional foi um facto espectacular. Os senadores tiravam fotografias connosco. A polícia cercava-nos, para nos defender. Foi uma avalanche de simpatia. E, o mais importante: vencemos o medo".

Almarales e Lara dialogaram com *cadernos do terceiro mundo* acerca da amnistia política decre-

tada na Colômbia, das contradições entre o governo de Belisario Betancur e as forças armadas, e da actuação pública do M-19. "Somos partidários do diálogo e da paz, mas se não houver jogo limpo estamos dispostos a voltar para a floresta... e então compreender-se-á porque foi que não entregámos as nossas armas", assinalaram.

A amnistia, um primeiro passo rumo à paz

Como é que o M-19 interpreta a amnistia?

— Consideramos que ela é a consequência das lutas realizadas, durante os quatro anos da presidência de Turbay Ayala, pelas forças democráticas e populares, pela igreja, pelos operários, os estudantes, os camponeses e as organizações político-militares. O primeiro resultado foi o levantamento do estado de sitio e do Estatuto de Segurança. Depois, com a chegada de Betancur ao governo produz-se a amnistia.

Por isso, não subestimamos a importância do senhor presidente.

Que pensam de Betancur?

É um homem, politicamente íntegro, tem um estilo pessoal populista, simples, directo. É simpático. Turbay Ayala e ele, comparados, são como a noite e o dia.

A amnistia tem o mesmo significado para o governo e para o M-19?

— Para o governo a amnistia é a paz; para as forças populares, é um primeiro passo em direcção à paz. Nós falámos com o presidente sobre a necessidade de um cessar-fogo numa base constitucional, jurídica. O chefe de Estado é, ao mesmo tempo, chefe das forças armadas. Então, ele pode decretá-lo. O cessar-fogo deve ser aproveitado para o diálogo nacional.

E quais são as bases desse diálogo?

Nós interpretamo-lo como um acordo entre a nação e o governo. Isto é, de um lado, os sectores populares, os operários, os camponeses e os movimentos guerrilheiros e, do outro, as autoridades. Não se pode dialogar se trocamos balas. Trégua e diálogo têm de se

verificar em simultâneo. Mas queremos um diálogo dinâmico e profundo: se isso se materializar, poderemos então falar de abertura democrática.

Contradições entre o governo e o exército

Na América Latina, na maioria das vezes, as "aberturas" são incompatíveis com a concepção que os militares têm da democracia. Qual é a atitude do exército perante a amnistia?

— As contradições entre o governo e as forças armadas tendem a aprofundar-se. Betancur quer o diálogo mas o exército pressiona-o. A versão dos militares é a de que não há lugar para guerrilhas. "Para quê falar com os agonizantes?", dizem. Eles querem o nosso aniquilamento..."

Nos factos, como manifesta essa posição?

— Por exemplo, em Cali a amnistia não foi implementada. Portanto, ainda existem na Colômbia presos políticos. Vinte e cinco são do M-19. Guillermo Helvecio Ruiz — fundador do movimento — está no cárcere de La Picota, e foi entregue pelo grupo parapolicial "Morte aos Sequestradores" (MAS). Também continua preso Mauricio Trujillo, do Exército de Libertação Nacional (ELN) e Carlos Reyes Nino, do Exército Popular de Libertação (EPL). O exército continua a intervir na Justiça o que demonstra que a amnistia é parcial. Por outro lado, temos recebido ameaças de morte. Mas andamos sozinhos e desarmados porque temos o apoio das massas. As organizações populares, os jornalistas, o povo são os nossos melhores avalistas.

Uma avalanche de simpatia

Como se manifesta a segurança popular?

— Durante o cativeiro vivemos uma experiência única: estreitámos relações com o país que desfilava pelos cárceres. Recebemos solidariedade e orientações. Foi graças a essa avalanche de simpatia que surgiu a Frente Ampla do M-19, na qual — como nós dizemos —



O DC-3 que transportou armas para o M-19, abandonado num rio



Belisario Betancur

"toda a gente pode entrar". Comprovamos uma enorme efervescência política a nível nacional, assim como mobilizações crescentes. Percorremos o país e participamos em grandes actos de massas.

Em Florencia, departamento de Caquetá, fomos levados por caravanas de pessoas do aeroporto até a praça central. Havia oito mil participantes. Reunimo-nos no Clube do Comércio — que é da burguesia e dos pecuaristas locais — e a palavra-de-ordem era: "Pelo povo com as armas, ao poder".

Em San Alberto, departamento de Santander, o movimento de massas foi fantástico. Nunca houve uma mobilização tão grande, nem sequer na época de Rojas Pinilla. Tentámos contar os carros, as motocicletas, os veículos da imprensa. Foi impossível.

Em Bucamaranga, capital de Santander, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional da Frente Ampla do M-19 no Teatro Unión,

o maior da cidade: mão chegou para toda a gente entrar.

Quando chegámos a Armenia, departamento de Quimil, as pessoas saíram às ruas e tomaram simbolicamente a cidade. Além do mais, foi inaugurada uma sede do M-19.

Depois de ficarmos tantos anos na clandestinidade, hoje dá-se o paradoxo de termos que cancelar uma grande parte das sessões pela impossibilidade física de nos deslocarmos de um lugar a outro.

E qual é a posição do movimento operário organizado?

— O exemplo das centrais operárias, tradicionalmente controladas pelo caciquismo sindical, é eloquente. Dizem: "Vamos apagar tudo e começar de novo. Vocês são os únicos que podem assegurar a nossa presença no Congresso".

E no campo?

— Uma ocasião em Río Orte-

guaza foi descarregada uma remessa de armas de um avião DC-3. Oitenta guerrilheiros não eram suficientes para descarregar e transferir os caixotes. Então, os camponeses da zona colaboraram na operação. A tarefa foi realizada numa noite. Depois, o exército massacró a população a título de represália: houve cerca de dois mil mortos.

Com todo esse apoio, quais são os planos actuais do M-19?

— Temos como prioridade a legalidade democrática. O nosso Comando Político demonstra a sua vocação de paz. Estamos dispostos a correr todos os riscos. Mas se nos obrigarem a regressar à floresta vai ficar clara a razão porque depusemos as armas, mas não as entregámos. □

cadernos do
terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países 28 dólares USA

- BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livreria Popular
Quiosque Maiombé
- CALULO
Livreria 17 de Setembro
- DONDO
Livreria 2 de Março
- GANDA
Livreria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livreria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livreria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livreria Anibal da Melo
- LOBITO
Livreria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livreria Lutuíma
- NEGAGE
Livreria Saily Mingas
- SOYO
Livreria Lundogi
- UÍGE
Livreria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda - República Popular de Angola

Jamaica

Um paraíso com graves problemas

A visão estereotipada do norte-americano médio tem pouco a ver com a conturbada situação social da ilha

Ralph Davis

"We've been trodding on the winepress much too long,
Rebel, rebel,
We've been taken for granted much too long,
Rebel, rebel". (*)

"Babylon System", de Bob Marley

QUALQUER residente nos Estados Unidos que leia religiosamente os melhores jornais ao seu alcance — digamos, que leia o *Washington Post* e o *New York Times* diariamente — e assista a pelo menos um noticiário de televisão por dia, provavelmente não tem ideia alguma do que seja a Jamaica; ou, se a tiver, será uma ideia muito estranha. Artigos sobre a Jamaica são poucos e raros e, quando surgem, dão a impressão de que se trata de um país muito plácido e agradável — muito "britânico" — inteiramente democrático e ocidental, de língua inglesa, muito amigo dos Estados Unidos. Um comentário típico surgiu re-

centemente na revista *Esquire*, onde o autor do artigo se interrogava sobre as razões que levarão um país, onde 90% da população é negra, a egerer um primeiro-ministro branco. "Os jamaicanos são muito tolerantes", dizia, entusiasmado, o articulista.

Com efeito, para a maioria dos norte-americanos, a principal fonte de informações sobre a Jamaica são os anúncios das agências de turismo. Praias ladeadas por palmeiras, céu azul e ensolarado, água verde e cristalina das Caraíbas e um povo exuberante e feliz, exibindo um sorriso perpétuo e dentes perfeitos e falando um inglês cadenciado e musical.

"Jamaica — no problem"?

Esse slogan usado em camisas na Jamaica, não poderia estar mais longe da realidade. É verdade que a Jamaica é uma terra de excepcional beleza natural, com centenas de quilômetros de litoral espectacular, montanhas de mais de 2 mil metros de altura, magníficas florestas tropicais e rios de águas claras. Habita essa terra um povo impetuoso, ativo, inteligente e notavelmente forte. Mas é também

(*) "Por muito tempo temos pisado — as uvas — no lagar revolte-se, revolte-se/muito tempo eles têm considerado a — nossa submissão — como algo óbvio/revolte-se, revolte-se".





O turismo projecta uma imagem da ilha que não corresponde à realidade

uma terra de pobreza terrível, onde a violência (oficial e não oficial) campeia à solta; uma terra de fome e analfabetismo (50% em 1975); uma terra de frustração e desespero, e de profundos conflitos raciais. A cor local britânica, descrita de forma tão comovedora pelos *mass média* norte-americanos, é um verniz superficial a encobrir uma cultura africana rica e fértil. O turista que visitar uma feira numa tarde quente de Julho, no meio de negros retintos que compram e vendem alimentos e artigos de artesanato, falando uma língua que lhe parecerá incompreensível, logo perderá a ilusão de estar num paraíso britânico. O mesmo sucederá se visitar o interior, usando os "autocarros" da terra — velhos "calhambeques" que se arrastam, gemendo, de uma ponta a outra do país. Ou quando conversar com um *rastafari* (1) numa cabana da floresta; visitar uma aldeia de pescadores, onde homens e mulheres

vão para o mar, antes do sol nascer, em canoas feitas de troncos de árvores escavados, ou parar à porta da oficina de um entalhador de madeira, que pratica um antigo artesanato africano. Cada uma dessas experiências é suficiente para deitar por terra o mito que a maioria dos turistas traz.

O próprio idioma choca e surpreende o turista que, como eu, esperava ouvir inglês. Não se trata apenas de inglês acentuado pelo ritmo colorido das Caraíbas: soa como outra língua inteiramente diferente, e é incompreensível. Na verdade, é uma mistura do inglês falado pelas classes proletárias da Inglaterra com as línguas nigeriano-congolesas da África Ocidental. Embora a maioria dos jamaicanos saiba um pouco de inglês, falam *patois* entre si; e alguns, como os *rastafarianos*, recusam-se, simplesmente, a falar inglês. É difícil aprender *patois*, língua que não é ensinada em livros nem em escolas.

Por sorte, tive mentores jamaicanos que me ensinaram algumas palavras e frases — para rir de mim quando eu tentava pronunciar-las. (Por sinal, até hoje os linguistas discutem se o *patois* deve ser considerado dialecto do inglês ou idioma à parte.)

Alguns norte-americanos talvez estejam informados de que, durante algum tempo, a Jamaica teve um primeiro-ministro que via Fidel Castro com bons olhos (imaginem!), mas que o actual primeiro-ministro, Sr. Seaga, é "amigo" dos Estados Unidos (o que, naturalmente, é um grande alívio). A maioria desses norte-americanos provavelmente não saberia dizer o que é o socialismo, mas só a palavra os deixa nervosos. Tampouco saberiam dizer por que o governo do outro ministro era considerado "socialista". Mas, se gostava de Castro, é porque não prestava; e se esse tal de Seaga gosta de nós, é porque é bom.

A desestabilização de Manley

O que foi dito acima talvez pareça um arremedo injusto da atitude norte-americana; no entanto, a política adoptada pelos Estados Unidos em relação àquele outro primeiro-ministro (Michael Manley) não parece ter-se fundamentado em considerações mais racionais. Manley fez algumas coisas que as companhias norte-americanas não gostam: adquiriu parte do capital das companhias de bauxite, exigiu que elas deixassem um quinhão maior dos seus lucros na Jamaica, e tentou organizar uma OPEB — espécie de cartel de países exportadores de bauxite — da qual a Jamaica seria a Arábia Saudita. Mas tudo isto era de sobremenos em comparação com o seu pecado mortal: Manley mantinha relações de cordial amizade com Fidel Castro. E mais: elogiava Castro como o baluarte da luta contra o imperialismo no hemisfério ocidental. Além disso, cometeu outros crimes menos grosseiros, tais como apoiar o governo do

(1) Seguidores de um movimento religioso-cultural que reivindica o regresso às raízes africanas.

MPLA em Angola e o movimento socialista de Granada. Mas foram os nefandos elogios a Fidel Castro que lhe valeram a cólera, primeiro de Henry Kissinger e, depois, de Zbigniew Brzezinski.

Muito poucos norte-americanos sabem que, por duas vezes, os Estados Unidos se lançaram numa intensa campanha de desestabilização contra Manley, em 1976 e 1980, com a finalidade de se livrar dele. Essa campanha teve por modelo o "bem-sucedido" ataque contra o governo de Salvador Allende, no Chile, que terminou com o golpe sangrento de 11 de Setembro de 1973. Incluía a guerra psicológica através dos *mass media* (com o *Kingston Daily Gleaner* fazendo o mesmo papel que *El Mercurio* tinha feito no Chile (2); o corte de linhas de crédito internacional para o governo Manley, o que causou grave desequilíbrio económico; e o estímulo a comerciantes e à *intelligentsia* no sentido de abandonarem o país e recusarem-se a vender mercadorias de primeira necessidade, tais como alimentos. Aparentemente, incluiu também o fornecimento de armas a grupos terroristas de direita, a exemplo do que tinha sido feito com o grupo "Patria y Libertad", no Chile. Cerca de 700 pessoas foram assassinadas durante a campanha eleitoral de 1980, a maioria delas seguidores de Manley e do seu Partido Popular Nacional. Houve até uma conspiração para desferir um golpe militar, que foi descoberta e frustrada em Junho de 1980.

Como no caso da operação contra Allende, esta outra foi um sucesso que encheu de orgulho os Estados Unidos e a CIA. Autoridades do Departamento de Estado do governo Carter viram nela "a nossa primeira vitória, depois de muito tempo, no campo da política externa". O novo primeiro-ministro, Seaga, não perde oportunidade para expressar a sua preocupação quanto aos interesses norte-americanos. Os Estados Unidos, por sua vez, fizeram dele peça fundamental do seu plano estratégico para as Caraíbas.



Manley com Fidel: amizade mal vista pelos norte-americanos

Uma vitória dos EUA?

Já se perguntou muitas vezes se os Estados Unidos atingirão os seus objectivos de longo prazo, através da veemente oposição às mudanças sociais em países do Terceiro Mundo e do apoio a políticos da direita ou generais do exército que funcionam como meros instrumentos servis da política norte-americana. Estaremos realmente a garantir o nosso futuro suprimento de minerais estratégicos da África do Sul, por exemplo, cerrando fileiras ao lado do actual regime? Manley é apenas um de uma longa lista de dirigentes, democraticamente eleitos, que foram derrubados pelos Estados Unidos, quase sempre em benefício de algum tirano: Mohamed Mossadegh, do Irão, que em 1953 foi sucedido pelo xá Reza Pahlevi de recente e má memória; Jacobo Arbenz, da Guatemala, derrubado em 1954; Juan Bosch, da República Dominicana, destituído em 1963; João Goulart, do Brasil, em 1964; Salvador Allende, em 1973. O actual governo militar da Turquia tem todos os sinais de um regime

apoiado pela CIA.

Através dessa política de oposição intransigente a governos progressistas, e apoio cego aos reaccionários, mesmo os mais repressivos, os Estados Unidos provocaram o seu próprio desastre no Sudeste Asiático, em Cuba e no Irão e estão agora a fazer o mesmo na América Central e no sul da África.

Terá o derrube de Manley, na Jamaica, sido uma dessas vitórias a curto prazo que se transformam em desastre a longo prazo para os Estados Unidos? Levará o povo jamaicano a procurar soluções mais radicais para os seus problemas? Será o resultado final, não o "socialismo democrático" de Manley, mas um governo militante de esquerda, mais semelhante ao de Cuba ou da Nicarágua, que assumirá o poder através de uma revolta sangrenta?

São perguntas difíceis de responder, para quem não é profeta; podemos apenas examinar as condições presentes e passadas e projectá-las para o futuro. Qualquer projecção que fizermos será, naturalmente, especulativa, passível de ser desmentida pelos eventos

(2) Ver cadernos do terceiro mundo, n.º 1, "A guerra psicológica".



Depois de Seaga (em baixo), novamente Manley (em cima, quando ainda primeiro-ministro) ou um governo revolucionário?



idade de uma revolução na Jamaica. Contudo, é importante levar em conta a possibilidade de uma revolução na Jamaica, pelo seguinte motivo; a Ni-

carágua deixou apavoradas as autoridades norte-americanas. Tanto El Salvador como a Guatemala correm um risco real de "cair". O papel que Reagan confiou à Jamaica deixa clara a importância que a administração norte-americana lhe atribui.

Se continuar a actual tendência militarista, tropas norte-americanas poderão ser enviadas "ao sul da fronteira". Os interesses comerciais norte-americanos não têm simplesmente outra escolha senão esmagar as revoluções, usando quaisquer meios ao seu alcance. E, se houver uma revolução na Jamaica, é bem possível que os soldados americanos acabem por ir para aquela ilha paradisíaca.

Panela de pressão

Por vários motivos não se pode descartar a hipótese de que haja uma revolução na Jamaica.

A ilha é montanhosa, a vegetação é abundante e há gente por toda a parte — ambiente ideal para a guerrilha. Além do mais, a população negra possui uma forte tradição histórica de luta, muitas vezes violenta — como o provam as inúmeras revoltas de escravos — e tem consciência e orgulho dessa tradição. E sente uma forte identificação com a luta armada pela libertação nacional que ocorreu e continua a ocorrer na África. Por outro lado, a miséria é comum na Jamaica, lado a lado com a extrema riqueza concentrada em poucas mãos — as "21 famílias" que controlam a economia jamaicana, das quais poucos negros fazem parte. (Por sinal, "21 famílias" não é figura de retórica. São elas: Abrahams, Ashenheim, Brandon, Brown, Da Costa, Desnoes, Fletcher, Geddes, Graham, Hart, Hendrickson, Henriques, Issa, Judah, Lai, Lake, Matalon, Mahfood, Nunes, Rousseau e Stone. Todas descendem de sírios, libaneses, brancos locais, judeus e chineses. Um relato pormenorizado de como essas famílias controlam a economia pode ser encontrado em "Breve Introdução à Concentração de Poder na Economia Jamaicana e Notas Sobre a Sua Origem", por Stanley Reid, em "Essays on Power and Change in Jamaica", editado por Carl Stone e Aggrey Brown e publicado em 1977 pela Jamaica Publishing House.)

O desemprego anda à volta dos 25%, mas é muito mais elevado entre os jovens.

No exterior, os jamaicanos estão a dar aos seus compatriotas um exemplo de luta e revolta, promovendo distúrbios na Inglaterra.

A Jamaica é uma panela de pressão, e a pressão não pára de aumentar. Porém, uma revolução exige organização e um líder. Existe algum líder na Jamaica? Se existe, agirá quando for preciso? Não sei.

Mas quem estiver à procura de um país "sem problemas", por favor, não vá à Jamaica.

ÁFRICA Angola

Um plano de emergência em tempo de guerra

O ministro Lopo do Nascimento, em declarações exclusivas, define as metas do novo planeamento e aponta algumas modificações introduzidas para adaptar a economia às condições criadas pela ocupação do sul do país pelas tropas sul-africanas e pela situação económica internacional.

A ocupação do sul do território angolano pelas tropas sul-africanas — particularmente a província do Cunene (principal fornecedora de carne ao país) — desde Agosto de 1981, tem criado, *de facto*, uma situação de guerra permanente que obriga as autoridades de Luanda a modificar os seus planos no campo económico, político e militar.

Permitiu, por exemplo, a abertura de corredores de penetração da UNITA que, contando com o total apoio sul-africano, intensificou as operações de sabotagem, ataques contra objectivos económico-estratégicos — como o atentado à refinaria de Luanda, a destruição das pontes do caminho-de-ferro de Moçâmedes, as sabotagens de barragens e das pontes que conduzem às zonas diamantíferas de Malange. Mais ainda: estes corredores possibilitam às forças sul-africanas um distanciamento maior das suas bases logísticas no sul, facilitando incursões mais profundas em território angolano.

Esses elementos internos, somados à crítica situação da economia mundial que, como não podia deixar de ser, teve reflexos directos na economia angolana, extremamente dependente das exportações de petróleo, levaram a Direcção do MPLA — Partido do Trabalho a definir que, a partir de 1983, o plano de desenvolvimento do país devia assumir um carácter de emergência.

Redefinindo as metas traçadas pelo Plano Quinquenal, Angola adopta, com o seu *Plano de Emergência*, novos métodos de planificação, concentrando ao máximo os recursos humanos, materiais e financeiros, com vários objectivos, entre os quais os prioritários serão dar solução ao problema alimentar e controlar o endividamento externo do país.

Ao Ministro do Plano, Lopo do Nascimento, coube uma boa parte da responsabilidade em elaborar, aprofundar e pôr em andamento esse ambicioso plano de emergência.

"A nível executivo, o plano traduz-se na concretização de treze programas de emergência prioritários, para os quais iremos canalizar todos os recursos fundamentais: humanos, materiais e financeiros", explica o ministro.

"Iremos, inclusive, alterar a legislação já aprovada



Lopo do Nascimento: concretizar o novo Plano

no país, como por exemplo as leis do trabalho e a legislação para a concessão de bolsas de estudo. Todos os estudantes que regressem ao país formados, ficarão afectos ao Ministério do Plano, que irá distribuí-los pelos sectores considerados de maior prioridade."

O Plano de Emergência foi elaborado em estreita colaboração entre o Ministério do Plano e o Ministério da Defesa. O ministro Lopo do Nascimento foi encarregado pela direcção do partido de trabalhar com o Estado-Maior das forças armadas e definir zonas de produção, empresas e também rotas de circulação consideradas estratégicas. "Tudo isto será devidamente interligado. Para tal, vamos alterar alguns aspectos da estrutura administrativa do governo, para poder dar resposta à nova situação", assinala Lopo do Nascimento.

Haverá novidades quanto às responsabilidades sociais pelo novo plano. Os sindicatos terão uma par-

ticipação directa no controlo e acompanhamento da execução dos programas. Haverá fábricas que passarão a estar afectas ao trabalho exclusivo de abastecer as forças armadas, deixando, portanto, de abastecer a população civil. Estas serão controladas pelo Ministério da Defesa e Segurança e os trabalhadores passarão a funcionar em regime militar.

Esta adaptação do país às novas realidades exige igualmente modificações no próprio planeamento. "Actualmente a planificação é feita por sectores — descreve o ministro. O nosso plano era concebido em torno do sector da agricultura, da indústria, da construção, etc."

Agora, na elaboração do Plano de Emergência, deixa de se ter em conta uma planificação sectorizada, a favor de uma visão global dos problemas. "Vejam os exemplos da planificação, no caso do aumento da produção alimentar. Deste programa já não consta apenas a agricultura, mas a indústria e a pesca. A responsabilidade pelo programa de aumento da produção alimentar, bem como por qualquer outro dos programas implementados, recai num dirigente do partido."

Na sua análise da realidade do país e nas suas reflexões sobre a experiência destes anos de independência, o MPLA — Partido do Trabalho constatou que a estrutura de governo não era a mais adequada para fazer frente à conjuntura que vive Angola. Até hoje, cada ministro respondia por um sector. Com o Plano de Emergência, o acompanhamento de cada programa vai corresponder a dirigentes do partido, normalmente secretários do Comité Central.

Vejam um exemplo: como responsável pelo programa de recuperação e desenvolvimento da indústria de material de construção, o ministro Lopo do Nascimento trabalhará com os ministérios da Construção, da Indústria e do Petróleo. "Isto dá-nos uma concepção mais global", afirma o ministro.

Os programas prioritários

Para 1983, foram definidos treze programas iniciais. Dois correspondem ao sector de saúde; um terceiro à recuperação de todo o equipamento, maquinaria e meios de transporte, num trabalho conjunto dos ministérios da Indústria, dos Caminhos-de-Ferro e dos Transportes; um quarto — já referido — prevê o desenvolvimento da produção alimentar; um quinto, o abastecimento às forças de defesa e segurança. Além destes, haverá um outro sobre o funcionamento das empresas prioritárias (que inclui medidas de carácter organizativo, legislativo e de controlo dos quadros para melhorar o funcionamento destas empresas). Assinale-se que foram consideradas empresas prioritárias as dos sectores do petróleo e da alimentação, bem como as que produzem material de defesa. Este programa é dirigido pelo secretário-geral da UNTA (União Geral dos Trabalhadores Angolanos), a central única que reúne os trabalhadores do país.

"Agora, os sindicatos participam na gestão dos problemas com que se defronta a direcção. Os ministros que participam neste programa serão coordenados por um dirigente do Partido — o secretário dos

sindicatos."

Outro programa refere-se à recuperação de equipamento de energia eléctrica. Outro, aos problemas de comercialização (compra e venda aos camponeses). Um programa especial foi destinado ao problema da produção e exportação de café, tendo em conta o seu carácter estratégico.

"Há nestes programas duas componentes que convém realçar: primeiro, a importância que se atribui à recuperação de tudo o que seja equipamento existente em vez de importar um novo e criar redes de assistência e, segundo, dar maior apoio à defesa, pois até aqui não tínhamos preparado convenientemente a nossa economia para esta situação, assinala o ministro do Plano."

Apoio ao camponês

Em relação ao problema da produção agrícola, o Plano de Emergência introduz algumas inovações que implicam uma mudança de critério em relação ao papel do camponês no processo produtivo. "Prosseguimos a realização de empresas estatais no campo, mas a um ritmo menor", explica Lopo do Nascimento. "As empresas estatais exigem uma gestão mais complexa, a resolução de alguns problemas técnicos e um maior investimento."

"Em Angola — prossegue o ministro — o camponês produziu sempre mais de 60% dos produtos alimentares. O nosso erro nesse terreno foi o de nos termos lembrado pouco desta situação. Se nós tivéssemos, desde o início, concentrado maiores recursos no apoio ao camponês, teríamos melhorado em muito a situação alimentar do país. De 60 a 80% dos alimentos que se consumiam no país eram produzidos pelo camponês angolano. E o camponês está lá, não abandonou Angola. Então, por que reduziu ele a produção? Por que nós não fomos capazes de recriar o circuito de comercialização, levando-lhe aquilo de que ele precisa e trazendo, simultaneamente, do campo, as coisas por ele produzidas."

O ministro assinala que, nesta fase do desenvolvimento da revolução angolana, a comercialização é uma questão prioritária. "É preciso reactivar a ligação entre a cidade e o campo".

A experiência destes anos demonstra que, caso não se garanta a compra da sua produção, o camponês desinteressa-se e deixa de dar protecção à terra. "Nós temos que resolver os problemas da comercialização para mobilizar a massa camponesa do país, isto é, 85% da nossa população".

Haveria nesta nova atitude uma revisão teórica, ideológica, relativamente ao conceito do papel do camponês no processo revolucionário? Sobre isso, o ministro Lopo do Nascimento responde que o Partido se encontra a reflectir. Como partido, não existe ainda uma posição sobre esta questão. "Porém — afirma — estou a trabalhar nesses aspectos teóricos, na revisão da teoria sobre o papel do camponês na construção de uma sociedade socialista. Da mesma forma, estou agora mais empenhado em desenvolver teoricamente o papel do comércio no desenvolvimento de uma sociedade socialista".

A reestruturação da indústria

A atenção prestada à produção agrícola no Plano de Emergência, é acompanhada pela diminuição da prestada à industrialização. "Temos uma infra-estrutura industrial bastante grande e repartida. Há que repensar toda a nossa programação industrial", afirma Lopo do Nascimento. "Os órgãos competentes da área económica estão a estudar a reestruturação da indústria, que é dependente, pois foi criada para utilizar a matéria-prima importada de Portugal. Em todos estes anos fizemos a indústria funcionar nesses moldes. Porém, o modelo não é adaptável às nossas condições. Temos que aprofundar esse estudo para que a indústria angolana passe a funcionar em função das possibilidades da nossa agricultura.

Tanto no sentido de trabalhar com produtos fundamentalmente angolanos, como no de produzir aquilo que possa servir a agricultura, como por exemplo, fertilizantes e instrumentos agrícolas. Tudo o que contribua para melhorar a produtividade e a vida dos agricultores. Não vale a pena desenvolver uma indústria têxtil com fibras sintéticas quando não produzimos algodão".

"Os jovens têm de deixar os estudos e ir para a guerra". Na foto, exercícios de desembarque por parte das FAPLA

Cooperativas ou produção individual?

A questão do apoio ao camponês traz algumas outras interrogações que estão hoje em discussão em Angola. Por exemplo, o que seria mais conveniente: promover a organização de cooperativas ou manter a estrutura actual do camponês, produzindo de forma individual?

Segundo explica o ministro do Plano, está prevista a continuação do programa de criação de cooperativas "porém, com um carácter de voluntariado: o camponês participa se quiser. Ele tem que se convencer da sua eficácia, constatando que lhe convém participar".

Mas, ao mesmo tempo, respeita-se a propriedade camponesa individual. O camponês pode fazer a sua própria comercialização. Até aqui, Angola possuía empresas estatais para a comercialização de alguns produtos como o café, o milho e a carne.

"Comprovámos que as empresas estatais não têm possibilidades de abranger um horizonte tão extenso, a nível territorial. Então, aquele que está no local onde há produção, pode fazer a comercialização, seja estatal ou privada, para evitar que o camponês fique com os produtos à espera que a empresa estatal lhes compre", explica o ministro. "Para que o camponês possa comercializar melhor com os comerciantes





A ocupação sul-africana no sul de Angola causa diariamente sérios danos à infraestrutura econômica e social do país

privados, procuramos, no início de cada campanha, fazer a maior divulgação possível dos preços”.

Mas há alguns produtos cuja comercialização é monopólio do Estado. Neste caso, “todos os intermediários que se relacionam no circuito, vão tratar em última instância com a empresa estatal”. Tudo isto comporta um desafio do ponto de vista teórico. “O que se faz em Angola, Moçambique, Etiópia, — assinala Lopo do Nascimento — são experiências novas. Outros países que construíram o socialismo não enfrentaram estes problemas”.

Quanto à questão sobre o que plantar, o camponês pode escolher livremente. “Nós orientamo-lo através dos preços, afirma o ministro. Ele tem crédito para plantar produtos que lhe garantam a alimentação ou que sejam mais rentáveis. Se temos interesse em desenvolver a cultura do milho, atribuímos-lhe um preço elevado, e descemos o da mandioca. No ano passado, atribuímos um preço elevado à mandioca e baixo ao milho. Isto não é feito — digamos assim —, casuisticamente. Os preços correspondem a uma política de orientação da produção. Independentemente da baixa que houve no preço do café no mercado internacional, vamos aumentar o preço do café no mercado interno, porque nos interessa”.

O problema do café e outras culturas

Em Angola, há cerca de 520 mil hectares plantados de café. O Estado deveria ter uns 330 mil hectares, mas foi feita uma reforma no sentido de este ficar apenas com as melhores fazendas, nas ricas áreas tradicionais de produção. As outras foram entregues aos próprios trabalhadores.

Actualmente, o Estado tem somente uns 230 mil hectares. O resto está a ser entregue à actividade privada. Cada pessoa tem direito a 10 hectares. O Estado vai ficar, fundamentalmente, com a pesquisa científica, as sementes, as 34 fazendas que foram escolhidas e a comercialização.

O Plano de Emergência prevê a concentração de esforços nas seguintes culturas: milho, arroz, oleaginosas, algodão, soja, girassol, mandioca e feijão. É uma estratégia ligada à satisfação das necessidades alimentares. O café é um caso à parte. Prende-se com a recuperação dos cultivos existentes. O objectivo é a exportação. Só há um outro produto para exportação: a banana. “Temos um programa especial de produção de bananas para exportação para os países socialistas. Temos um relacionamento estável com

eles, e há, portanto, condições para se elaborar um programa especial".

Mas, salvo estes dois casos, as culturas agrícolas não são para exportação. Há duas razões para assim ser: "Primeiro, porque Angola é um país exportador de petróleo, não dependendo da agricultura para criar divisas. Segundo, porque não haveria suporte político para tentar exportar aquilo que se planta, numa situação de grande carência alimentar como a que nós temos", assinala o ministro do Plano.

Uma outra questão está igualmente em discussão: tractor ou arado? Mecanizar ou não, a produção?

O ministro explica: "Pensamos que na fase actual do nosso desenvolvimento — e eu não quero extrapolar para outros países o que conheço é o nosso caso — temos que introduzir o que eu chamo de 'tecnologia moderada', a nível do desenvolvimento das nossas forças produtivas. E isto, defino com a seguinte frase: 'tecnologia avançada para ir para trás e tecnologia atrasada para ir para a frente'. As tecnologias extremamente avançadas num país com uma população camponesa semi-analfabeta, exigiria a introdução de um homem com nível superior àquele do nosso camponês, além de uma estrutura de assistência e manutenção que nós não temos".

"Isto não é pregar o ruralismo", continua Lopo do Nascimento. "Já tive discussões com outros colegas, ministros do Plano de países africanos. É ter consciência de que o nosso camponês tem esse nível e que o país tem um certo grau de desenvolvimento e não se podem queimar etapas. Nós introduzimos o tractor. Em termos teóricos, o tractor aumenta a produtividade, possibilita um desenvolvimento mais rápido. Porém, em Angola, a produtividade não aumentou. E isto, porque é necessário criar toda uma infra-estrutura de apoio que nós não temos, 60% do nosso parque de tractores está actualmente paralizado. E são tractores novos".

"Eu não sou contra o tractor. Mas é preciso criar um ambiente que possibilite a sua introdução num determinado contexto humano e social. Se esse ambiente não está criado, introduzir tecnologia avançada é um desperdício. Portanto, sou favorável a uma tecnologia 'moderada', de acordo com o nível dos nossos camponeses. Já vi projectos feitos para Angola que, para funcionarem, teríamos de importar camponeses da Europa..."



Toda a produção está a ser reorientada, com prioridade, para a guerra e a alimentação

As sequelas da guerra

E a guerra? Como afecta a vida quotidiana? — perguntamos. "A guerra está sempre dentro da minha cabeça, como cidadão angolano, como dirigente e como membro do governo", refere o ministro do Plano. "Há um aspecto que gostaria de ressaltar: não são as consequências no âmbito financeiro ou económico. É, sim, aquilo que não se pode avaliar: as vidas perdidas, a juventude que temos de desviar para a guerra, que não pode continuar os seus estudos. E não só a juventude: os melhores quadros, os mais experientes, estão a dirigir a guerra. Um exemplo: para desenvolver a nossa aviação, quase tivemos de fechar a Faculdade de Engenharia. Para termos elementos que possam trabalhar na aviação, ou na defesa anti-aérea, requer-se um certo nível de participação, que só existia nas universidades.

"E quando se transfere para a guerra, falta noutro local. E quando falta noutro local, ou se deixa de fazer as coisas, ou se tem que completar o vazio com estrangeiros, o que custa dinheiro. Gastamos 150 milhões de dólares por ano para pagar os salários dos estrangeiros que trabalham em Angola. E isso, em grande parte, é resultado da guerra. Outro exemplo: 50% dos alunos que acabaram os cursos da faculdade de Economia durante o ano passado, foram para o exército. E isto porque os outros 50% eram mulheres.

"Angola é o país africano que está há mais tempo em guerra: são já 22 anos. Estamos quase a atingir o tempo do Vietname. Há indivíduos que nasceram e cresceram na guerra. Tudo isto afecta o nosso quotidiano. □

(Beatriz Bissio e Carlos Castilho)

A questão da Namíbia na opinião do ministro

O plano dos sul-africanos seria dividir a Namíbia antes de conceder a independência?

O plano não é dividir a Namíbia; é dividir Angola. Se do ponto de vista militar, a África do Sul tivesse ocupado territórios para além do Cunene, certamente já teriam dividido Angola. Tinham feito aí uma independência fantoche. Daí a grande pressão que existe para que os cubanos se retirem para fora de certos paralelos. Actualmente, os cubanos estão numa linha, para além da qual nós consideramos inexpugnável.

E os assessores israelitas no Zaire? Que ameaça poderiam trazer para a integridade territorial de Angola?

Temos garantias do presidente Mubutu do Zaire de que as tropas que lá estão não têm nenhum objectivo nesse sentido. Nós confiamos nestas garantias.

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º
Paivas — 2840 Seixal — Portugal
Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 2217231/30

COMETNA

EM ÁFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA E METALURGIA



COMETNA
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.S.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
Tel 320011 • Telex 12819 COMEN

Delegação na R.P. de Moçambique:
Av. Samora Machel, 39 — Flat 603-6.º C.P. 1402
Tel. 29461 • Telex 6-470 COMEN • Maputo

Moçambique

IV Congresso da Frelimo

Exterminar a fome construir o socialismo

O combate à fome foi uma das questões dominantes do IV Congresso da Frelimo, que decorreu nos finais de Abril, em Maputo. Questões relativas ao poder e à luta internacionalista foram ainda motivo de larga discussão

COM a participação de cerca de 700 delegados representando 110 323 membros do partido e quase 150 convidados de 65 organizações estrangeiras de 54 países, decorreu de 26 a 30 de Abril, no Maputo, o IV Congresso da Frelimo.

Subordinado ao lema "Defender a pátria, vencer o subdesenvolvimento, construir o socialismo", o IV Congresso aprovou o relatório do Comité Central apresentado por Samora Machel e elegeu os novos órgãos dirigentes do partido Frelimo.

Definindo o combate à fome como "o aspecto essencial das linhas gerais do desenvolvimento a curto e médio prazos", o relatório do CC consta de nove importantes capítulos: A situação colonial no país; balanço e grandes questões do desenvolvimento económico e social (o mais extenso); as principais linhas do desenvolvimento; a luta de classes na sociedade moçambicana; o papel dirigente do partido Frelimo na construção do socialismo; a consolidação e as tarefas do Estado popular e democrático; a defesa da pátria e da revolução; a participação de todos os patriotas nas tarefas nacionais; e a política de paz e cooperação e as tarefas no plano internacional.

Transmitido em directo pela rádio e pela televisão, exceptuando a sessão de eleição dos órgãos dirigentes, o Congresso fez o balanço de sete anos de independência, comparando números do tempo colonial com os actualmente al-

cançados. Assim, a conclusão global aponta para o facto de a independência de Moçambique ter garantido "uma nova maneira de viver sem discriminação e sem opressão" provocando profundas transformações na sociedade moçambicana. Actualmente existem já 250 mil moçambicanos a viver em bairros de cimento, a produção do chá, algodão e citrinos sofreu um crescimento significativo e a área do sector agrário estatal passou de 100 para 140 mil hectares. Significativos são os números na educação: em 1975 havia 672 mil crianças a frequentarem escolas primá-

rias, sendo hoje esse número da ordem de 1.330.000.

De 1975 para cá 430 mil moçambicanos fizeram a 4.ª classe e, nas escolas secundárias, de 23 mil estudantes passou a haver 94 mil. As escolas passaram de 33 para 121 e formaram-se 10.200 professores primários.

Culminando um processo iniciado há cerca de um ano de distribuição de sementes e alfaías agrícolas aos sectores familiar e cooperativo, o relatório do CC considerou ser a prioridade atribuída a esses sectores, paralelamente a uma correcta política de

O presidente Samora Machel destraldando a nova bandeira do Partido-Frelimo, adoptada no IV Congresso



preços, o passo fundamental para eliminação da fome no país. "A questão agrária coloca-se hoje como uma das questões fundamentais de desenvolvimento económico e social e de consolidação da revolução moçambicana", refere o relatório, que salienta mais adiante serem os pequenos projectos de curto e médio prazos, aqueles que melhor correspondem às necessidades imediatas do país. Mas para uma solução eficaz da crise económica moçambicana é necessária uma "ligação permanente e equilibrada entre os pequenos e os grandes projectos, o que permitirá a solução destes problemas e conduzirá à erradicação definitiva do subdesenvolvimento".

O poder em Moçambique é dos trabalhadores

"O poder que se criou no nosso país, com a Independência Nacio-

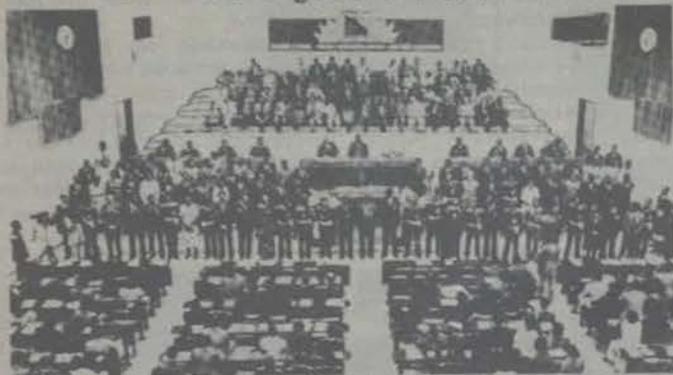
nal, é o poder dos trabalhadores. A classe operária, força dirigente da Revolução, e o campesinato, força principal da Revolução, aliaram-se na luta contra a exploração do homem pelo homem e pela edificação do socialismo", refere o relatório, que aborda em primeiro lugar o carácter socialista da Revolução seguindo-se as tentativas do imperialismo para "promover na sociedade moçambicana forças que pudessem constituir alternativa política à Frente de Libertação de Moçambique". O documento caracteriza ainda Pretória como o centro da desestabilização na zona: "os bandidos armados, destacamento avançado do exército sul-africano, são o principal instrumento operativo da acção inimiga na fase actual".

Mas o poder moçambicano seria ainda tema de debate ao longo dos trabalhos do IV Congresso da Frelimo. Uma interven-

ção do veterano de combate, Paulo Nehumali, durante a qual afirmou estarem as mais altas esferas do Partido e do Estado "infiltradas de inimigos", suscitaria alguns reparos por parte de Samora Machel, numa intervenção improvisada, no penúltimo dia de Congresso. "O nosso Estado não está muito infiltrado, está é corrompido. Não é uma questão de o aparelho de Estado estar directamente ligado ao inimigo, é sobretudo uma questão de conforto". Para melhor exemplificar esta sua observação, o presidente Machel relatou a sua primeira experiência no Palácio da Presidência, provocando uma onda de boa disposição entre os congressistas, devido ao seu tom bem humorado. "Eu vim da guerrilha habituado a comer farinha. Logo no primeiro dia os criados vieram perguntar-me se desejava tomar o pequeno-almoço na cama. Depois desta experiência chamei todos os empregados e cortei todo esse esquema". Depois de dar instruções para que o pequeno-almoço passasse a consistir num prato de arroz com caril de amendoim, Samora Machel verificou que os empregados lhe respondiam, desapontados, não existirem no Palácio panelas próprias para fazer esses cozinhados. "Quando começámos a luta armada, uma minoria entre nós aceitou sacrifícios para defender a maioria" e, salientando as difíceis metas que se colocam e que há que cumprir, Samora Machel referiu: "As deserções podem começar aqui e agora. Deixemo-los ir, quer sejam ministros, directores nacionais ou secretários de Estado. Quero que sejam vocês a dizer "No meu ministério não posso implementar estas directivas." É bom sabermos com quem podemos contar. É melhor sermos poucos e bons do que muitos e maus".

Depois de revelar que alguns ministros poderão ter que deixar os ministérios passando a dirigir fábricas, por poderem ser estas últimas mais importantes e necessitarem de maior qualificação de quadros, o Presidente Machel referiu: "Isto não vos deve levar a protestar. Alguns vão pensar - 'Mas agora vou perder o direito a um Volvo branco e passo a andar de Peugeot ou Lada?' O poder corrompe, não é?"

Os órgãos eleitos



O novo Comité Central da Frelimo

Composição do Bureau Político

Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Joaquim Chipande, Armando Guebuza, Jorge Rebelo, Mariano Matsinhe, Sebastião Mabote, Jacinto Veloso, Mário Machungo e João Oscar Monteiro.

Composição do Secretariado do Comité Central

Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Jorge Rebelo, Armando Panguene e José Luís Cabaço.

O Comité Central

No início da última sessão foi eleito o novo Comité Central do Partido Frelimo que de 67 membros passou a ser composto por 130.



Paz e cooperação

No capítulo relativo às tarefas internacionais, especial relevo merece a vitória do povo do Zimbábue, classificada no relatório como "a mais significativa vitória" para Moçambique. Aliás, Robert Mugabe, primeiro-ministro do Zimbábue, foi um dos oradores estrangeiros durante o Congresso, tendo afirmado que "os guerrilheiros da Frelimo serviram como modelo à ZANU e a outros movimentos nacionalistas na sua luta contra o inimigo colonial", tendo ainda agradecido o apoio da Frelimo à luta de libertação nacional

do Zimbábue e reafirmado a sólida amizade existente entre ambos os povos.

No seu terceiro dia de sessão o Congresso aprovou o novo hino e emblema do partido. A bandeira é vermelha, com um martelo e uma enxada cruzados e uma estrela no canto superior esquerdo. O emblema é de forma rectangular, fundo vermelho, e representa uma bandeira desfraldada. O refrão do hino é: "somos soldados do povo/marchando em frente/ contra a burguesia".

O Congresso terminou na noite do dia 30 de Abril com uma entrada no recinto de milhares de

crianças cantando, dançando e oferecendo flores aos congressistas. Anteriormente, Samora Machel lera um breve discurso no qual recordou a importância dos veteranos da luta armada que "deixaram nas alcantifas desta sala os passos do nosso passado histórico. Neles encontram a sua raiz todos os moçambicanos." Com particular emoção, o Presidente da República Popular de Moçambique recordou Eduardo Mondlane, "exemplo de rebeldia contra a opressão e a exploração", tendo acrescentado que, prosseguir o trabalho de Mondlane, é "erguer a bandeira vermelha da revolução socialista". □

Moçambique

"Operação Cabana" limpa Gaza

A ofensiva das Forças Armadas Moçambicanas contra os bandos contra-revolucionários infiltrados no sul do país, desenrolada no início do ano, recuperou extensas zonas de território permitindo o recomeço da vida económica e social

Sol Carvalho *

PAULO Maúze, Filipe Chaúque e Armando Mugabe são três jovens naturais da província de Gaza, a segunda mais ao sul de Moçambique e a que possui a maior extensão fronteiriça com a África do Sul.

Os jovens com um gosto natural pela aventura não são obrigados a ler livros ou a ver filmes para a viver.

Recentemente, Filipe Chaúque estava em sua casa quando foi assaltado por um grupo de bandidos armados que actuam naquela região a partir da África do Sul.

Filipe e os seus amigos foram

raptados juntamente com outras pessoas da aldeia onde viviam e foram obrigados a servir de carregadores para os produtos que ali foram roubados.

"Andámos com eles — conta Chaúque — chegámos à base dos bandidos e retiveram-nos lá. Comíamos mal e éramos maltratados. Então quatro dias depois resolvemos fugir e conseguimos".

Estavam identificados com dois cortes de cabelo em forma de cruz na cabeça, o que lhes criou um novo problema: serem confundidos pelo exército moçambicano.

"Tiveram sorte. Nesse dia eu

avançava numa coluna militar e encontrámo-los. Eu próprio os interroguei e eles prontificaram-se a levar-nos às posições dos bandidos. Graças a eles conseguimos destruir duas bases dos bandidos".

Quem conta o desfecho desta aventura de Filipe e dos seus amigos é o tenente-general Sebastião Mabote, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Moçambicanas que se encontrava na região para dirigir a ofensiva contra os bandidos armados que teve lugar no princípio deste ano naquela província.

* Jornalista do semanário moçambicano "Tempo"



A ofensiva que culminou com um enorme comício em Chibuto, no coração de Gaza, dirigido pelo presidente Samora Machel, foi iniciada em Janeiro deste ano com a "Operação Cabana" que consistia na perseguição aos bandidos em todas as frentes incluindo as buscas de casa a casa, tal como a descreve o comandante militar daquela província, major-general Fernando Matavele. Ele explica que quando os bandidos se vêem derrotados escondem as armas e tentam misturar-se com a população através de ameaças de represálias.

A vida recomeça nas zonas limpas

Em menos de um mês foi possível desalojar os bandidos das bases que tinham criado em Macuacua, Mavila, Manjakaze, Maqueze, Simbirine, Banhine, Macuvule, Manitelane. Em resposta à ofensiva militar, os bandos escorraçados pediram socorro aos seus cúmplices na província vizinha de Inhambane para se infiltrarem em Gaza, mas as Forças Armadas Moçambicanas capturaram também esse contingente a 25 de Janeiro do corrente ano. Grande parte do armamento e munições que traziam perdeu-se na água quando a coluna tentava atravessar o rio numa desesperada tentativa para se salvarem.

Outra zona que foi palco de combate foi a de Nalaze, na região norte da província que os bandidos tentaram ocupar por três vezes consecutivas. Uma forte resistência foi-lhes oferecida pela população em colaboração com o efectivo militar e a zona foi limpa. Essa acção foi considerada uma importante vitória pois, como explica Estêvão Armando, o comissário político da brigada das FAM que actuam na zona: "era ali que os bandidos escalavam quando vinham de Inhambane ou para lá regressavam". Com efeito, Nalaze liga as vias rodoviárias de importantes zonas de província.

A ofensiva permitiu que as vias de comunicação rodoviárias, nomeadamente a estrada nacional número 1, que liga o sul ao norte do País, possam ser consideradas limpas embora se continuem a re-



Um antigo guerrilheiro oferece a Samora Machel uma velha arma por ele transformada: as populações rurais assumem a sua defesa

dos bandos armados. Foi capturado diverso material e equipamento que tornam claro o apoio sul-africano. Encontraram-se livros contendo códigos sofisticados de comunicações computadorizados e uma grande quantidade de pára-quadras de fabrico sul-africano.

Há também as testemunhas oculares como Fernando Chilungue que disse à *Tempo*: "Eu via helicópteros aterrar na base de Chimangotso. Quem pilotava os aparelhos eram boers e por vezes traziam soldados boers também. Não ficavam ali muito tempo. Para aterrarem faziam sinais de luzes. Nós, que não merecíamos a confiança dos bandidos, ficávamos afastados para não escutar as conversas deles e só podíamos aproximar-nos do local depois de os helicópteros levantarem voo, para irmos carregar armas, munições e outras coisas que eles traziam".

gistar ataques esporádicos de bandos fugitivos, principalmente contra as populações civis.

A população tem vindo a participar na ofensiva conduzindo o exército moçambicano às bases ou mesmo na captura e destruição física dos bandidos, usando muitas vezes armamento tradicional como o arco e a flecha.

A vida social e económica na região começa a restabelecer-se. Os camponeses que conseguiram escapar ao rapto tinham-se refugiado no mato ou se transferido para outras zonas, mas milhares deles começaram já a regressar aos seus lares. Equipas da saúde e do comércio interno deslocaram-se também para o local e começa-se a ver os terrenos a serem de novo lavrados.

A ofensiva militar em Gaza permitiu também tornar ainda mais claro o que já vem sendo há muito afirmado pelas autoridades moçambicanas no que respeita ao apoio militar sul-africano às acções

Adeus ao Grupo de Contacto

Na Conferência de Paris consumou-se um facto: o fim do Grupo de Contacto, há muito um cadáver adiado

Gabriel Omotozo

A Conferência das Nações Unidas sobre a Namíbia, efectuada em Paris, nos finais de Abril, estabeleceu um amplo apoio internacional ao movimento de libertação que luta pela independência daquele país africano. A referida Conferência denunciou ainda a incapacidade do "Grupo de Contacto", composto por cinco potências ocidentais, em possibilitar uma solução negociada do problema (ver "Cadernos", n. 52, Abril 1983).

Os participantes, delegados de 136 países, aprovaram as resoluções por esmagadora maioria, afirmando, deste modo, um importantíssimo apoio à organização do povo da Namíbia (SWAPO), confirmando-a como "única e autêntica representante do povo namíbio".

A reunião plenária da Conferência recomendou a aprovação da luta armada contra o regime racista de Pretória, que apesar do processo de negociações ocupa ilegalmente a Namíbia, e pediu sanções contra a África do Sul. Além disso, a Conferência solicitou uma reunião do Conselho de Segurança da ONU o mais brevemente possível, no sentido de concretizar as medidas que assegurem a aplicação do plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia, no âmbito da resolução 435.

A comunidade internacional considerou ilegal a ocupação sul-africana e exigiu eleições livres supervisionadas pela ONU, no sentido de encaminhar o povo namíbio à independência. No entanto, a África do Sul negou-se a acatar todas as resoluções emitidas pelas Nações Unidas.

Dentro do "Grupo de Contacto", o governo socialista francês assu-



Sam Nujoma: a inutilidade do Grupo de Contacto

miu uma posição antagónica à norte-americana, tendo o ministro Claude Cheysson declarado que o seu país permanecerá no Grupo, apenas porque os interlocutores africanos "no-lo pediram". Cheysson criticou os Estados Unidos e os seus aliados, ao expressar "surpresa" pelo facto dos países que apoiaram a realização de eleições na Namíbia sob os auspícios da ONU, exigirem agora a retirada das tropas cubanas, antes da execução dessa resolução.

Perante estas contradições, tal como afirmou o dirigente máximo da SWAPO, Sam Nujoma, "o Grupo de Contacto sobreviveu à sua utilidade".

De facto, o grupo já não existe, e tanto a aliança dos Estados Unidos com Pretória, como a política de agressão desta última, mais não fazem do que valorizar a legitimidade da resistência armada, encabeçada pela SWAPO.

Em 1978 criou-se o chamado "Grupo de Contacto" integrado pelos Estados Unidos, Alemanha Federal, França, Grã-Bretanha e Canadá, com o objectivo de pôr em prática as resoluções das Na-

ções Unidas, ou seja, convocar eleições. A razão fundamental que levou à constituição do Grupo, consistiu na constatação de que apenas a pressão concertada das grandes potências ocidentais, poderia obrigar a potência racista a ceder, facilitando uma solução pacífica para a região. Este ponto de partida implicava igualmente que as referidas potências estivessem realmente decididas a fazer valer a sua influência, perante a qual o governo de Pretória não teria outro remédio senão negociar.

As contradições que desde o início do trabalho do "Grupo de Contacto" se revelaram evidentes, alentaram algumas esperanças de que *à posteriori*, este se frustrasse por indecisão das potências ocidentais. Isto permitiu a intensificação das agressões militares por parte do regime de minoria branca contra a Namíbia e os Estados independentes da África Austral e, em particular, contra Angola, cuja região sul foi invadida por tropas sul-africanas.

Mas, a indecisão do "Grupo de Contacto" acabaria por se converter em manifesta indiferença, ao ascenderem forças conservadoras aos governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Pouco antes da Conferência, além do mais, o governo social-democrata alemão federal, foi substituído por um outro, conservador democrata-cristão, em sintonia com os demais. Com efeito, foi precisamente o governo de Ronald Reagan quem retirou ao Grupo toda e qualquer possibilidade de ser mediador de modo sério, ao fazer sua a inaceitável tese sul-africana, conhecida por "linkage", de que a etapa prévia das negociações consiste na retirada das tropas cubanas de Angola. □

A guerra continua, mas a paz poderá estar próxima

A guerra no sul custa diariamente a Marrocos cerca de 4 milhões de dólares. Factor de endividamento para a depauperada economia do país, ela põe em perigo o próprio regime de Hassan. O conflito face aos últimos acontecimentos no Magrebe

Baptista da Silva

MUITO embora as armas continuem a fazer-se ouvir no «teatro de guerra» do Sara Ocidental, a luta de libertação que há já mais de dez anos se trava nesta antiga colónia espanhola poderá vir a conhecer uma nova e decisiva fase a muito curto prazo. O confronto entre os beligerantes poderá, com efeito, vir a dar lugar a conversações que conduzam ao cessar-fogo e ao termo do conflito que, desde 1975, opõe o povo saaraui, sob a direcção da Frente Polisario, às forças de ocupação marroquinas.

Pecará, eventualmente, tal hipótese-quadro por excesso de optimismo? Não constituirá uma previsão demasiadamente «cor-de-rosa», conhecidas que são as sucessivas demonstrações de intransigência por parte do regime de Hassan II de Marrocos em negociar directamente com o movimento de libertação saaraui?

É bem provável — o tempo se encarregará de o confirmar ou desmentir. Em todo o caso, a série de acontecimentos que, desde o início do ano — e de uma forma totalmente imprevisível —, se têm vindo vertiginosamente a suceder em todo o Magrebe, parecem confirmar que nada será como antes. É que, afinal, tal hipótese de solução não é de todo descabida.

A próxima cimeira da Organização de Unidade Africana que se realizará já no próximo mês, em Junho, na capital da Etiópia — Addis Ababa —, após as duas tentativas falhadas de Trípoli no ano passado, constituirá seguramente

um teste decisivo de avaliação quanto às verdadeiras intenções de Marrocos em solucionar por via pacífica o conflito — como aliás a OUA e a ONU o preconizam — através da «organização de um referendo de autodeterminação geral,

justo e regular, no Sara Ocidental, sob o controlo de uma força internacional de manutenção da paz».

A morte de Dlimi

A notícia surgiu curta, quase te-



legráfica, em todos os quotidianos de grande expansão no passado dia 25 de Janeiro. Nela se relatava um fatídico acidente de viação, ocorrido na véspera, perto da cidade marroquina de Marraqueche, e no qual perecera um oficial de alta patente das Forças Armadas Reais (FAR). Seu nome: Ahmed Dlimi. Posto: general. Cargo que exercia: comandante das forças marroquinas de ocupação no teatro de operações do Sara Ocidental e internacionalmente apontado como sendo o braço direito (militar) de Hassan II.

Tanto agências noticiosas como os correspondentes estrangeiros acreditados em Marrocos forneciam, na altura, escassíssimos pormenores sobre as circunstâncias em que se teria dado o acidente, limitados praticamente à divulgação da "versão oficial", tal o "cordão sanitário" que envolveu o sinistro. Inevitavelmente, alguma especulação se gerou sobre a possível eliminação do até aí homem forte das FAR, dado o rol de «acidentes», «suicídios» ou «desaparecimentos» que, ao longo de todo o reinado de Hassan II, tem atingido parte importante da oficialidade marroquina.

E se, por um lado, afirmava ser pouco credível essa versão, dada a posição de destaque que Dlimi há muito vinha exercendo junto do rei, por outro argumentava-se: não ganhara o general Oufkir semelhante ascensão e não conspirara ele contra Hassan, na tentativa de rebelião militar frustrada em 16 de Agosto de 1972 que aquele oficial pagaria com a vida, "suicidando-se" (explicação oficial da altura)?

O tempo viria a confirmar a segunda destas hipóteses. Algumas das pontas do véu que envolveu o misterioso sinistro e a morte prematura daquele oficial-general viriam, efectivamente, a ser, pouco a pouco, levantadas tanto por meios militares ligados ao movimento de "Oficiais Livres", na clandestinidade, como na sequência do difícil trabalho de investigação empreendido por alguns jornalistas estrangeiros — com particular destaque para Roland Delcour, correspondente do jornal francês *Le Monde*, cuja denúncia do assassinato lhe valeu a expulsão do país. Segundo essas fontes, a eli-

minação de Dlimi, o fuzilamento, a detenção ou desaparecimento de cerca de dezena e meia de outros oficiais marroquinos de alta patente, bem como a imposição do estado de alerta decretado nas forças armadas a partir do dia 26 de Janeiro, mais não constituíam do que expedientes utilizados pelo palácio real para pôr cobro a mais uma tentativa de golpe militar, que, tudo o indica, estaria preparado para eclodir em Julho próximo (1).

Estratégias contraditórias

Ahmed Dlimi havia-se tornado, com efeito, uma das peças-chave da história recente de Marrocos. Com uma ascensão fulgurante no interior da hierarquia das FAR na sequência do abortado golpe de Estado de Oufkir, Dlimi passa, a partir de finais dos anos 70, a comandar o poderoso exército envolvido na ocupação do território que os meios oficiais marroquinos costumam designar por "províncias do sul", aí introduzindo táticas que efectivamente vieram "revolucionar" a guerra, sobretudo pelo seu carácter totalmente contraditório. Uma ofensiva, através da criação de grandes unidades blindadas móveis que "varreriam o deserto" de guerrilheiros — das quais as mais importantes, Uhud e Zellaga, apontadas como "inveníveis", viriam de facto, e por ironia, a ser destruídas ou desbaratadas no sul de Marrocos, no ano de 1980, quando das grandes batalhas nos contrafortes do Uarkiz. Uma outra, defensiva e de muitos melhores resultados a partir de 1981: a edificação do "muro" protegendo aquilo que foi designado por "Triângulo Útil" do território e que apenas circunda menos de um quarto da superfície da antiga colónia espanhola, onde se situam a capital, El Aiun, a segunda maior cidade do território, Smara, e as riquíssimas jazidas de fosfatos de Bu Craa. Tática que se à partida não poderia trazer a vitória militar sobre o terreno, poderia, pelo menos, dar tempo ao monarca marroquino, constituindo um argumento de peso em qualquer outra solução que não a das armas, e, sobretudo, procurou evitar aquilo que poderia vir a constituir uma

humilhante derrota para qualquer exército — como as FAR — formado e instruído sob o signo do império.

Moral baixa, crise enorme

De facto, a figura de Dlimi, a sua trajectória política e militar, bem como, evidentemente, o seu desaparecimento «sumário» constituem peças importantes para a compreensão do descontentamento que grassa nas fileiras do exército de ocupação no Sara e daquilo que são (hoje) as FAR, desde sempre a principal ameaça directa à perenidade do trono marroquino.

Contando mais de 150 mil homens (200 mil, afirmam alguns observadores), metade dos quais deslocados no interior do "Triângulo Útil", as forças militares marroquinas têm sofrido sucessivos e pesados reveses infligidos pelos combatentes sarauis, confrontadas, ainda com condições particularmente duras.

Remetidos a uma mera posição defensiva, assediados constantemente pelos ataques dos patriotas sarauis ou pela sua artilharia pesada, mergulhados nas trincheiras e na angústia da expectativa que nem o muro, nem os campos minados, o arame farpado ou a sofisticada aparelhagem de radar e detecção electrónica — montada por norte-americanos e financiada por sauditas — conseguem dissipar, os militares marroquinos dão crescentes indícios de desmoralização, numa guerra a que não vêem fim nem solução.

Por outro lado, é cada vez maior o número de oficiais que não se mostra insensível — não obstante o ghetto castrense em relação à sociedade civil — à profundíssima crise económica e social que atinge o país.

Com um custo/dia que se eleva a 4 milhões de dólares (segundo o afirma a Polisario; ver neste número entrevista com Ahmed Bujari), o que representará qualquer coisa como 50 por cento do Orçamento Geral do Estado anual (40

(1) Todos os oficiais detidos ou fuzilados haviam desempenhado funções de comando no Sara Ocidental. Para mais informações sobre a questão do Sara Ocidental, ver "Cadernos", N.º 35 de Julho de 81.

por cento do Produto Nacional Bruto, segundo fontes da oposição militar ligadas aos "Oficiais Livres"), a guerra "no Sul" apresenta-se como um importante factor de instabilidade para a depauperada economia marroquina, pondo em perigo, por arrastamento, a própria sobrevivência da monarquia aluita.

Se à guerra se somarem os efeitos devastadores da seca, a rápida deterioração dos termos de troca, uma inflação em espiral e todos os demais reflexos com que a crise económica internacional tem castigado o Terceiro Mundo, então ter-se-á uma visão, ainda que aproximativa, das dificuldades por que passa a economia de Marrocos. O jornal diário espanhol *El País* referia ainda há muito pouco tempo numa das suas edições que o desemprego atinge já "a cifra de 70 por cento da força de trabalho" e que os postos de trabalho criados anualmente "não chegam nem sequer para fazer face à quarta parte dos 200 mil marroquinos que todos os anos chegam ao mercado de trabalho".

Por outro lado, os salários, qualificados já de fome em 1981, e que estiveram na origem da greve de Junho desse ano, sangrentemente reprimida com um saldo de centenas de mortos, milhares de prisões e um número indiscriminado de desaparecidos, não deixaram de deteriorar-se desde então em virtude de uma taxa de inflação que tem rondado os 25 por cento. Tal situação levaria o correspondente do prestigiado jornal em Rabat a afirmar que "os conflitos sociais apenas são evitados pelo controlo policial que alastra a todo o país e à manifesta situação indefesa em que se encontra o trabalhador, que o impede de ensaiar qualquer protesto, quer pelo medo da repressão quer pelo medo de perder o emprego".

Chadli — Hassan II um encontro inesperado

Ainda a opinião pública marroquina não estava refeita da morte do general que mais se notabilizara nos últimos anos, ainda a imprensa estrangeira ia publicando mais elementos que confirmavam o seu assassinato e o golpe militar que



O presidente argelino Chadli Bendjedid (ao alto), Mohamed Abdelaziz — secretário-geral da Polisário — e Hassan II de Marrocos. A Argélia deseja "unir os dois povos irmãos", levando-os "a encontrar uma solução conforme o direito inalienável do povo do Sara Ocidental à sua autodeterminação e independência".



estava em preparação, quando as emissoras marroquinas anunciaram o encontro que estava a ter lugar, num ponto da fronteira entre os dois países, entre Hassan II e o presidente argelino Chadli Bendjedid. Era um sábado, 26 de Fevereiro.

O encontro que reuniu os dois chefes de Estado durante 5 horas, só viria a ser confirmado pelo lado argelino no dia seguinte, e marcaria o reatamento de relações entre os dois vizinhos, quebradas unilateralmente por Marrocos na sequência da invasão da então colô-

nia espanhola.

As conversações entre Chadli e Hassan suscitaram de imediato uma onda de interpretações, na generalidade sensacionalistas ou apenas confusionalistas, por parte de alguma imprensa internacional, sobre um hipotético "acordo feito nas costas dos combatentes sa-rauis". Porém, o Ministério dos Negócios Estrangeiros argelino definiria, no dia seguinte ao "frente-a-frente" Chadli-Hassan, com clareza, a posição do seu país: "A Argélia não tem contencioso algum com Marrocos, já que o problema

do Sara Ocidental é um problema de descolonização que opõe os nossos irmãos do Sara Ocidental e de Marrocos. "É dentro desse espírito" — precisaria o comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros argelino — "unir esses dois povos irmãos e encontrar uma solução conforme o direito inalienável do povo do Sara Ocidental à sua autodeterminação e independência" que a posição da Argélia terá de ser encarada e que o encontro entre os dois chefes de Estado (e o que se lhe seguirá) terá de ser analisado. Enquanto isso, altos responsáveis argelinos confienciavam informalmente a alguns jornalistas que a política do seu país se mantinha nesta questão coerente com os princípios que sempre a nortearam "e que se havia que felicitar, eram os marroquinos pela sua evolução".

Uma "bóia de salvação"?

Não é de todo lógico (ou "intelectualmente de aceitar", como nos refere Ahmed Bujari na entrevista que publicamos) que a Argélia — fiel aos princípios da descolonização e orgulhosa do seu passado histórico — pudesse ter «hipotecado» o Sara Ocidental como penhor para o reatamento das relações com o vizinho Marrocos. Pelo contrário, esse reatamento não se afigurava possível sem que da parte de Hassan II tivessem sido dadas garantias muito claras de resolução pacífica do conflito.

É, por outro lado, quase seguro que, tanto nos encontros secretos que prepararam o encontro entre os dois chefes de Estado, como durante as cinco horas de conversações entre Chadli e Hassan, se terá avançado muito mais na delineação de um possível quadro de solução do que as simples declarações oficiais de parte a parte deixam antever.

A Argélia assume-se, pois, internacionalmente, como medianeira entre as partes beligerantes, papel para o qual conta com uma larga experiência ao longo da sua história, e que nalguns casos lhe valeram o reconhecimento internacional unânime. Basta recordar que a diplomacia argelina teve uma acção destacada nas negociações



O Rei Fahd e Hassan II. A Arábia Saudita tem sido o principal financiador de Marrocos na guerra no Sara Ocidental

que, em 1969, levaram ao conhecimento oficial da Mauritânia por parte de Marrocos e que também ela teve um papel preponderante nas conversações que antecederam a celebração do acordo de paz entre a Frente Polisario e a Mauritânia. Embora num quadrante geográfico completamente distinto, continua ainda viva na memória de toda a gente a longa e melindrosa mediação da Argélia entre Teerão e Washington e que conduziu à libertação dos reféns norte-americanos da embaixada dos EUA no Iraão.

Para Hassan, a saída oferecida com o reatamento das relações de amizade e cooperação com a vizinha Argélia — que se anuncia extensivas a praticamente todos os campos de actividade (2) — poderá constituir de facto a "bóia-de-salvação" necessária à sua sobrevivência política e à da própria monarquia aluita. Fim este que — diga-se —, internacionalmente ninguém parece desejar, tal a amplitude de convulsões sociais e políticas que, inevitavelmente, se lhe seguiriam. Porque, de facto, no Marrocos de hoje, só duas entidades parecem ter autoridade capaz de conduzir os destinos do país, tanto interna como externamente: Hassan ou as Forças Armadas.

O monarca, com a lucidez, inteligência e maleabilidade que o caracterizam, poderá ter já aferido o fiel da balança e optado pela sobrevivência do regime à duvidosa manutenção e soberania sobre as "províncias do sul". O sucedido ao seu parceiro na aventura expansionista na antiga colónia espanhola — o ex-presidente mauritano Moktar Uld Daddah, deposto por um golpe militar que antecedeu a celebração da paz com a Polisario — deverá estar ainda fresco na sua memória e não deixará de o atormentar.

Outro argumento que deverá pesar na escolha de Hassan é o facto de os seus principais financiadores no esforço de guerra — os príncipes da Arábia Saudita — darem mostras de pretenderem ver substancialmente diminuída a "factura, para o que terá contribuído a queda vertical do preço do petróleo".

Poderá a paz estar próxima no Sara Ocidental? A próxima cimeira da OUA trará necessariamente novos dados reveladores para uma resposta a esta questão. Enquanto isso, a expectativa subsiste. □

(2) Após o encontro de 26 de Fevereiro, as reuniões entre responsáveis argelinos e marroquinos têm-se sucedido a um ritmo intenso, ora em Rabat ora em Argel.

Entre a guerra e a mediação

Ahmed Bujari, membro do Bureau Político da Frente Polisário e actual coordenador das relações externas do movimento na Europa, afirma que a RASD só negociará com um interlocutor "à altura de poder firmar a paz"

COMO interpreta e analisa a Frente Polisario o processo de aproximação entre a Argélia e Marrocos, iniciado oficialmente no passado dia 26 de Fevereiro com o encontro entre o presidente argelino Chadli Bendjedid e Hassan II?

A Frente Polisario e a República Árabe Sarauí Democrática nunca duvidaram — nem nunca duvidarão — da solidariedade da revolução argelina para com a causa sarauí. Pela nossa parte, sempre apoiámos iniciativas que conduzissem à negociação directa entre Marrocos e o nosso governo, por forma a ser encontrada uma solução pacífica para o conflito, que termine com esta guerra sangrenta.

Houve, no entanto, alguma imprensa internacional que especulou sobre "um possível acordo nas costas dos sarauis"...

Não compreendemos que se lance a confusão e a dúvida sobre a sinceridade da Argélia quando tenta aproximar Marrocos e a Frente Polisario, para que se sentem "frente a frente à mesa das negociações". Nós confiamos na revolução argelina porque confiamos nos princípios. E não creio que intelectualmente seja possível aceitar que uma revolução que sacrificou milhão e meio de mártires se deixe enganar pelos caprichos de um rei agressor e colonialista. Creio que é não conhecer a Argélia, é deixarem-se — de moto próprio — arrastar pela confusão.

Será natural que as conversações entre a Polisario e Marrocos devam ser precedidas por uma certa mediação. Por que não a mediação da Argélia?

dos pelo vosso exército contra as unidades de ocupação marroquinas em torno de Smara, há bem pouco tempo, vêm lembrar isso mesmo. A construção do "muro" em torno daquilo que Marrocos designa por "Triângulo Útil" do Sara não trouxe aos combatentes sarauis dificuldades suplementares no campo de batalha?

O muro obrigou-nos a uma adaptação das diferentes tácticas militares a empregar. Os ataques dos nossos combatentes têm-se sucedido continuamente para lá do muro. Não obstante procurarem protecção com esse muro de areia, socorrendo-se ainda da sofisticadíssima tecnologia (norte-americana) de radar para conhecer os nossos movimentos; não obstante ainda a própria intervenção norte-americana através de armamento e conselheiros militares, a verdade é

Ahmed Bujari: "Não compreendemos que se lance a confusão sobre a sinceridade da Argélia"

que as tropas marroquinas não encontram um só minuto de descanso que seja. A guerra tem prosseguido sempre e continuará até ser alcançada a independência do nosso território.

Para Marrocos, o "muro" não terá resolvido militarmente a questão, mas não constituirá um argumento a invocar em qualquer negociação que venha a ter lugar?...

De um ponto de vista político, poder-se-á dizer que a concepção do muro constitui um fracasso. De 1980 a 1983, Marrocos teve tempo de compreender que a solução do problema da guerra não assenta no muro nem, sequer, na intervenção norte-americana. Ao longo destes anos o Exército de Libertação Popular Sarauí (ELPS) tem multiplicado as acções de desgaste. A guerra custa a Marrocos mais de 4 milhões de dólares diários, cerca de



O "mito" e a guerra

E, no entanto, a guerra prossegue. Os violentos ataques desferi-



Refugiados saarauís: para quando o desejado regresso a casa?

52 por cento do Orçamento Geral do Estado. Hoje Marrocos está muito pior do que em 1980 quando acalentou o sonho do milagre de solução no "mito" e na intervenção americana.

Um interlocutor "à altura"

Apesar de contar com uma poderosa organização, com milhares de homens e mulheres treinados para qualquer operação, a Frente Polisario nunca levou a cabo acções de violência urbana no interior de Marrocos nem quaisquer outros golpes de desestabilização. Esta vossa posição é muito clara e assumida...

A nossa acção militar sempre se confinou ao terreno de guerra, tanto no Sara Ocidental como no Sul de Marrocos. Nunca foi nosso objectivo emprender acções contra alvos civis e muito menos destruir Marrocos. Antes pretendemos-lhe fazer aceitar a realidade da nossa pátria. Nunca quisemos desestabilizar Marrocos, destruir o Estado ou a nação marroquina. Antes convencê-los a aceitar a realidade política que é a independência, a integridade e a soberania territorial

da RASD. Para que Marrocos ponha fim às suas pretensões expansionistas contra um país e um povo vizinhos.

A luta armada de libertação nacional mais não constitui que um meio para alcançar esse fim, esse objectivo político ansiado pelo nosso povo.

A Frente Polisario mantém relações com a oposição marroquina a fim de abrir possíveis saídas para a resolução do conflito?

Nós não negociamos essa possível solução com a oposição mas sim com o governo marroquino. E o termo oposição é muito amplo. Aquilo que se designa por oposição — nós preferimos falar de direcções dos partidos políticos da chamada oposição — é de facto "uma permissão" do regime em função do apoio à guerra no Sara. Não são interlocutores à altura de poder firmar a paz.

E com o governo marroquino, deram-se, recentemente, contactos por forma a atingir esse objectivo?

Até agora não houve nenhum contacto com o governo marroquino. Creio, no entanto, que o convite que a RASD recebeu para estar presente na próxima cimeira

da OUA — de que é membro de pleno direito —, a realizar na Etiópia dentro de dias, poderá constituir uma oportunidade histórica oferecida aos dois beligerantes. Para que estes — com a presença testemunhal de todo o continente africano — possam sentar-se à mesma mesa na procura de uma solução que realmente toda a África deseja. Uma solução justa, baseada no respeito dos princípios fundamentais da Carta da OUA. O primeiro dos quais, é a inviolabilidade das fronteiras.

A próxima cimeira da OUA constituirá um exame ao governo Marroquino. Vamos ver — nós e toda a África — até que ponto os dirigentes marroquinos dão provas de realismo político para acabar com esta guerra.

... cujo fim poderá estar próximo?

Evidentemente que não podemos dizer quando ela irá terminar, mas podemos afirmar, com toda a segurança, que Marrocos a perdeu desde já. □

(Baptista da Silva
e Carlos Pinto Santos)

O regime de Numeiri: queda próxima ou inesperada capacidade de sobrevivência?

Há regimes cuja sobrevivência é um verdadeiro mistério, prova de que a história também pode ser redonda como a bola de futebol. A verdade é que o mais fácil de prever é a queda de Numeiri: dada a situação cada vez mais precária do seu regime, que desde há anos, se encontra aliás, permanentemente à beira da queda. E, no entanto, Numeiri e a sua ditadura mantêm-se de pé. Até quando? Essa é a grande incógnita.

Alice Nicolau

Um país de enormes potencialidades agrícolas



A primeira pessoa a ter plena consciência da queda iminente do seu regime é o próprio Numeiri, logo seguido do sr. Ronald Reagan (figura aparentemente alheia a esta história), logo seguido do sr. Mubarak, logo seguido do sr. Begin.

A prova dessa consciência reside nos acontecimentos de Fevereiro deste ano. Desde Janeiro que surgiu no Sul do país (a região decisiva para o futuro do regime Numeiri) a segunda geração da guerrilha Anya-Nya, que já começou a lançar o país numa guerra civil como aquela que grassou durante 17 anos até 1972. Em Fevereiro, grupos oposicionistas prepararam um golpe contra Numeiri. Segundo tudo indica, neste momento qualquer golpe contra a ditadura poderá ser esmagado por tropas egípcias (estacionadas no país às claras desde a "Carta de Integração" entre Cartum e o Cairo, e que colaboram eficazmente na repressão dos motins populares) mas dificilmente o será pelo exército sudanês. Com efeito, os guerrilheiros da Anya-Nya, que foram integrados no exército nacional, estão a desertar em número cada vez mais elevado. O mal-estar nas fileiras do Exército ficou bem patente com o motim na guarnição sulista de Bor.

Trata-se de um elemento novo, decorrente da ressurreição da guerrilha, um elemento que vem

agravar as tensões dentro das forças armadas (mais tradicionais no Norte que no Sul).

O "complot" antilibio

Sempre que Numeiri enfrenta uma situação de crise, recorre — hábito comum a todos os ditadores — a acusações contra "potências estrangeiras", subterfúgio utilizado de há uns anos para cá a fim de visar a Líbia.

A verdade é que foram os libios, os ingleses e os malteses que conseguiram salvar Numeiri do golpe militar e de esquerda (com grande participação do PC sudanês) em 1971. Mas numa das suas recentes (e sempre incisivas) auto-críticas, o dirigente libio já declarou ter-se enganado acerca de Numeiri e ter contribuído para liquidar aquilo que seria sem dúvida um regime progressista no Sudão. Depois disto, qualquer reconciliação libio-sudanesa é impensável. Sabe-se que a Líbia, como qualquer país progressista do mundo, apoia politicamente certos grupos oposicionistas do Sudão, como decerto Cartum apoiará (provavelmente com muito maior ênfase) certos "dissidentes" libios. Mas a diferença entre os dois regimes é de monta: na Líbia, e até ver, o regime não pode cair por dentro, porque é apoiado pelas massas populares, enquanto no Sudão, o regime já há muito teria sido varrido do mapa se não fossem os poderosos auxílios estrangeiros, aos quais deve a sobrevivência.

Em Fevereiro deste ano, portanto, a fragilidade do regime de Cartum forneceu a Numeiri uma excelente oportunidade de clamar contra a ameaça libia, e deu aos EUA meios de tentarem uma guerra contra Tripoli.

Segundo o jornalista Eric Margolis, de *The New York Times* e de *International Herald Tribune*, é muito provável que os elementos da Administração de Washington contrários ao chamado "plano Reagan" para o Médio Oriente, em conjunto com os sionistas violentamente hostis a esse mesmo plano, tenham manobrado as coisas de modo a originarem uma guerra, na qual os EUA esmagassem a Líbia, meio que, segundo

esses círculos, garantiria o "statu quo" na região. Estas manobras teriam encontrado, por outras razões, eco favorável na Administração Reagan, que, por sua vez, gostaria de matar dois coelhos de uma só cajadada: arrasar Kadhafi, e demonstrar aos "duros" de Israel que eles, EUA, também sabiam ser duros, o que constituiria uma espécie de mensagem dirigida a Telavive e que nessa capital se interpretaria também como uma certa ameaça contra os próprios extremistas da governação Begin.

Segundo o jornalista inglês Patrick Seale, no *The Observer* os norte-americanos tudo fizeram para convencer Kadhafi de que as forças oposicionistas do Sudão estariam à beira da vitória e que bastaria um apoio aéreo libio para que o golpe tivesse êxito. Mas Tripoli não "mordeu a isca" e todo o plano se foi por água abaixo. De salientar ainda que, mesmo antes disso, todo o plano estava já comprometido, porque uma "fuga de informações" deu a conhecer a todo o mundo os planos de envio de uma esquadilha naval dos EUA e dos aviões AWACs para o Egipto.

Quando isso foi conhecido, ainda os EUA não tinham tido tempo de coordenar todos os pormenores da operação com o Cairo e com Cartum. Em suma: uma vez mais, o "músculo duro" da Administração Reagan caiu numa situação embaraçosa e ridícula, a tal ponto que a jornalista Cláudia Wright correspondente de *New Statement* em Washington, pôde afirmar que "tanto Reagan como os seus assessores do Conselho Nacional de Segurança fizeram figura de autênticos palhaços".

Todas estas informações, que em parte foram oportunamente divulgadas — embora não com tanta clareza — pela imprensa internacional, vêm sintetizadas num artigo de Louis Eaks, publicado na revista mensal "*Jamahiriya*", que se publica em Londres. Para alguns leitores, tratar-se-á de uma fonte pouco digna de crédito, por ser uma revista libia, uma vez que Tripoli tem interesse directo nesta questão. No entanto, a leitura do artigo dá-nos bem a ideia da autenticidade deste conjunto in-

formativo, pois todas as informações nele contidas se baseiam em artigos da imprensa ocidental, com datas indicadas e com o nome dos autores citados.

A situação económica

São de fontes bem distintas as informações (raras e escassas, o que não deixa de constituir um mistério, tratando-se de um país que fica relativamente perto dos grandes centros europeus) segundo as quais existe uma situação de pré-insurreição popular no Sudão. Todos estarão recordados que o regime de Numeiri esteve à beira da queda em Janeiro de 1981 com os tumultos populares que, iniciando-se em Dartur, foram alastrando por todo o país como mancha de azeite. Esmagada aparentemente, a insurreição popular tem vindo a ressurgir com maior ou menor virulência desde então.

Em Janeiro de 1982, a greve dos caminhos-de-ferro, a promulgação de leis anti-greve, a dissolução de sindicatos, juntamente com a brutal elevação do preço do açúcar fizeram erguer de novo as massas por todo o país. Agora há subidas razões para esse descontentamento alastrar ainda mais e crescer em qualidade. A desvalorização da libra sudanesa em cerca de 40%, ocorrida em 15 de Novembro de 1982, veio agravar substancialmente o nível de vida das populações, que no curto lapso de catorze meses, viram a sua moeda nacional perder 120% do seu valor. Esta medida foi uma das condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional para "descongelar" os 128 milhões restantes de um crédito de 198 milhões de dólares anteriormente concedidos pelo FMI.

Segundo o jornalista Muna El Banna, em análise da situação económica de 1982 do Sudão, publicada em *Bilan Économique et Social 1982* (publicação anual do jornal francês *Le Monde*) Cartum vergou-se inteiramente às exigências do FMI consideradas por todos os economistas como "demasiado brutais". Da desvalorização da libra derivaram altíssimas subidas dos custos do petróleo e dos géneros de primeira necessidade

(como o açúcar e o trigo) em grande parte importados. Em 6 de Dezembro, o próprio ministro sudanês das Finanças anunciava que a dívida nacional se elevava a 7 mil milhões de dólares, mas o jornal líbio "Al Zahaf-Al Akdhar" na sua edição britânica de 16 de Abril refere que a dívida se elevou entretanto para cerca de oito mil milhões de dólares e que o erário está completamente vazio, sobrevivendo o país unicamente graças às injeções de capital do FMI, da Arábia Saudita e de outros credores (como o Clube de Londres e o Clube de Paris, os quais segundo El Banna, são os únicos sustentáculos financeiros que garantem a subsistência do Sudão... O auxílio do FMI esperado para este ano (1225 milhões de dólares) será quase integralmente gasto no serviço da dívida pública, que no final do ano passado, atingira já o montante de mil milhões de dólares...

As únicas esperanças do Sudão assentam numa boa colheita de algodão (primeiro género de exportação) e nos campos de petróleo, finalmente rentáveis, do Sul.

Mas o Sudão tem ainda de importar 500 milhões de dólares de petróleo por ano. Por outro lado, a exploração comercial dos poços de petróleo exige um financiamento da ordem de mil milhões de dólares. Ora, esse financiamento é difícil de obter. Os investidores estrangeiros não se sentem nada atraídos pelo Sudão, com uma rede rodoviária da qual constam apenas 3 mil quilómetros de estrada alcatroada, sem ligações telefónicas ou de telex dignas desse nome, com uma constante falta de gasolina e com um clima pouco favorável às populações europeias. O mais grave de tudo, porém, é o facto de os poços se encontrarem no Sul, precisamente na zona de guerrilha Anya-Nya II.

A sobrevivência

Final como sobrevive este regime?

A explicação do "mistério" é fácil. Numeiri sobrevive porque é ditador no Sudão, isto é, num país, que, pela sua posição estratégica, é considerado de interesse vital para o remoto "planeta" denomi-

nado Estados Unidos da América. Numeiri sobrevive porque o seu regime é uma barreira de contenção para o Egipto. Numeiri sobrevive porque o Sudão é uma importante base avançada para todos os *complots* contra a Líbia, o Chade, a Etiópia. Numeiri sobrevive porque o Sudão constitui uma zona-tampão entre a África mediterrânica e o coração do continente.



Numeiri: agitar o "papão" líbio como tática

Numeiri sobrevive porque tropas e polícias egípcias auxiliam eficazmente na repressão contra a população sudanesa; porque helicópteros egípcios, pilotados por egípcios, enfrentam as guerrilhas do Sul e bombardearam já as posições dos Anya-Nya II, na região de Bor; porque aviões "Hercules" do Egipto e (segundo informações não oficiais) um avião americano "Galaxy C-5" estão estacionados desde o dia 18 de Fevereiro, na principal base aérea do Sudão, Wadi Seidna. Numeiri sobrevive, porque em 1982 os EUA lhe deram assistência no valor de 160 milhões de dólares (sendo 100 milhões destinados a auxílio militar). Numeiri sobrevive, porque os *fms*, e os clubes de bancos (Paris e Londres) são componentes essenciais da política imperialista e emprestam dinheiro, movidos mais por razões de estratégia político-militar do que pesando as consequências económico-financeiras, o que prova que o capitalismo se reformula, guiando-se por novas noções de lucro...

Mas voltemos à nossa pergunta inicial: por quanto tempo sobreviverá Numeiri?

Segundo fontes ocidentais, depois de "reeleito", Numeiri pode optar por um confronto militar decisivo contra a insurreição militar (os Anya-Nya II) e política

contra o braço partidário da guerrilha, o Partido Revolucionário dos Povos do Sudão), e Os Irmãos Solidários (grupo clandestino que reúne jovens intelectuais das seis províncias do Sul).

Segundo essas fontes, o PRPS, a frente APF (Frente Patriótica dos Anya-Nya) e outras forças político-partidárias clandestinas apresentam uma ameaça pouco grave para Numeiri. Daí que o ditador de Cartum se sinta tentado a confiar nas tropas egípcias (estacionadas na base aérea de Wadi Seidna, bem como em Port-Sudan e na cidade fronteiriça de Kassala) e estimulado pelas armas e treino que recebe dos EUA. Se assim for, a guerra civil de que já se fala será uma realidade provavelmente mais sangrenta ainda que aquela que durou 17 anos. Fontes árabes, por sua vez, consideram que, apesar de tudo, o Sul só constituirá uma ameaça decisiva quando todas as forças oposicionistas meridionais conseguirem vencer as divisões suicidas que as desunem.

Ora esse processo parece estar em vias de conclusão: as transferências maciças de pessoal militar do Sul para o Norte e vice-versa, a violação dos acordos de Addis-Abeba (que em 1972 puseram fim à guerra civil), as deserções no exército e a passagem dos militares regulares para a guerrilha, tudo isso está a fazer convergir a esmagadora maioria das vontades e opções político-partidárias do Sul para a unidade.

Por sua vez, o descontentamento popular generalizado, a impossibilidade de sobrevivência física que a actual crise económica dita como norma quotidiana da vida das massas trabalhadoras, a corrupção, a vendilhagem ao estrangeiro, estimulam o mal-estar nas forças armadas do Norte, agora repletas de quadros e efectivos do Sul.

Aliás, tudo indica que bastaria a morte de Numeiri para que o regime caísse. Eis, em suma as sinistras perspectivas que nos levariam a sucumbir facilmente à tentação de começar a rezar o "requiem" pela ditadura sudanesa.

Mas a experiência do passado obriga-nos a ter muita cautela. Fixemo-nos pois nesta simples frase de expectativa e grande sabedoria: esperar para ver... □

Os crimes conexos

No espaço de três dias, é assassinado em Albufeira, Portugal, o dirigente palestino encarregado dos contactos com a social-democracia europeia e, em Beirute, a Embaixada norte-americana desmorona-se com 250 quilos de dinamite. Objectivo dos dois atentados: inviabilizar uma saída negociada para o Médio Oriente, ou seja, a preocupação essencial do governo de Begin

Beatriz Bissio

UM assassino solitário entrou, sem problemas, no Hotel Montechoro, em Albufeira, Portugal no dia 10 de Abril último, e matou, no átrio diante de numerosas testemunhas, Isam Sartawi, dirigente palestino que representava a OLP no XVI Congresso da Internacional Socialista (ver "Cadernos", n.º 52, Abril 1983). Em Beirute, poucos dias depois, a 13 de Abril, uma carga de dinamite fazia ir pelos ares grande parte do edifício da embaixada dos Estados Unidos, provocando mais de 50 vítimas.

Embora separados por distâncias geográficas consideráveis, o assassino de Sartawi e o atentado contra a embaixada norte-americana têm muito em comum. Não apenas pelo recurso extremo à violência por parte dos autores, mas também porque ambos tendem a contestar e até a inviabilizar uma saída negociada para o Médio Oriente.

Sartawi havia dedicado os últimos dez anos da sua actuação política à difícil tarefa de aproximar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a Comunidade Económica Europeia (CEE). Demonstrou, com laboriosa e paciente diplomacia, que a social-democracia, e até mesmo outros sectores políticos do velho continente, podiam modificar a sua posição relativamente ao problema árabe-israelita, reconhecendo o direito palestino à autodeterminação num Estado independente. Com

isso, não estaria a ser cometida nenhuma heresia, já que, a OLP é uma organização responsável e disposta a flexibilizar as suas posições no sentido de concretizar uma saída para a permanente instabilidade do Médio Oriente, originada, fundamentalmente, na inexistência de uma solução para a questão palestina. Os europeus estariam, assim, a reparar, em parte, o dano histórico cometido com a usurpação do território pátrio.

Foi Isam Sartawi quem abriu à OLP e a Yasser Arafat o caminho da presença na ONU (quando, em 1975, no seu célebre discurso, o dirigente máximo palestino afirmou ter um ramo de oliveira numa mão e a arma na outra). Através desta nova política, a OLP projectava-se no cenário internacional como uma força revolucionária e não como um bando de terroristas, imagem que a bem instrumentada influência israelita nos meios de comunicação e agências de informação tinha conseguido disseminar em todos os recantos do planeta.

Mas a acção de Sartawi ia mais longe. Devidamente apoiado pela OLP, avistou-se, em Junho de 1982, em Paris, com o general israelita Peled e participou, em Fevereiro último, em Tunes, numa reunião com membros do Partido Trabalhista de Israel. "Devemos seguir o caminho da negociação para deixar os israelitas sem desculpas de espécie alguma para não

negociarem com os palestinos", declarou Sartawi, explicando a sua posição. Na sua última entrevista, concedida na própria manhã do crime ao jornalista free-lancer colombiano Óscar Guerrero, o dirigente palestino tinha afirmado: "Não descansarei até conseguir sentar na mesma mesa Reagan, Begin e Arafat". Estas declarações, publicadas em Lisboa pelo semanário "O Jornal" (ver caixa), são eloquentes. Ilustram um plano (que não conta com um apoio unânime dentro da OLP) tendente a comprometer os mais influentes políticos europeus na tarefa de pressionar Reagan e Begin a negociarem directamente com a OLP.

O facto de Arafat se sentar na mesa de negociações directamente — e não através de terceiros como propõe Reagan, ao sugerir para esse papel o rei Hussein — teria implicado avanços significativos em relação à situação actual. Não apenas o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos e Israel, da OLP como única e legítima representante do povo palestino (o que no momento nenhum deles aceita), mas o compromisso dos responsáveis directos pela tregédia palestina de chegar a um acordo que assegure a esse povo em diáspora um território e um governo autónomo.

É legítimo duvidar da possibilidade de que o direito a sentar-se à mesa de negociações seja alcançado pela OLP através da acção diplo-

mática e das pressões de governos aliados ou simpatizantes da causa palestina. Mas não se pode acusar de traidor quem actua neste terreno e com essa esperança, como fizeram com Sartawi alguns sectores extremistas palestinos.

O assassinato foi aparentemente assumido pelo grupo encabeçado por Abu Nidal, cujo verdadeiro nome é Abry Al Bannamas. Segundo informações vinculadas pela imprensa portuguesa, o presumível assassino de Sartawi, preso em Lisboa no próprio dia do atentado, teria já confessado nos interrogatórios policiais a autoria do crime e admitido pertencer ao grupo de Abu Nidal. Referindo-se a este último, Sartawi tinha declarado recentemente: "Quando caem nas mãos da OLP, os partidários de Abu Nidal acabam por confessar que foram recrutados pelos serviços secretos de Israel nos territórios ocupados. Contrariamente ao que se poderia pensar — acrescenta Sartawi — Abu Nidal não é um extremista ao serviço da Frente de Rejeição mas sim um renegado ao serviço de Israel. Segundo transpareceu na altura, os serviços de segurança austriacos concluíram que foi ao braço direito de Abu Nidal que coube a execução do assassinio do representante da OLP em Bruxelas, Nain Khader, e a responsabilidade do ataque à sinagoga em Viena, ambos ocorridos em 1981. Abu Nidal foi expulso da OLP em 1973 e condenado à morte, à revelia, dois anos depois.

Dos sectores palestinos que integram a OLP, só o grupo conhecido como FPLP — Comando Geral, de Ahmed Jibril (uma dissidência da Frente Popular de George Habashe) mereceu a qualificação de "traidor" para Sartawi. Jibril é conhecido nos sectores palestinos pela sua intransigência e pelas suas posições extremistas, carecendo de peso dentro da estrutura da Organização.

A interpretação maioritária do papel desempenhado por Isam Sartawi encontra-se reflectida no comunicado emitido por ocasião da sua morte, pelo Comité Executivo da OLP, do qual fazem parte a Frente Popular de Habashe e a Frente Democrática de Libertação da Palestina, liderada por Hawatme, ambos de tendência

marxista. Diz o comunicado: "Sartawi morreu a lutar dentro do próprio terreno inimigo e foi capaz de alcançar êxitos que muito serviram à causa do nosso povo". E Arafat afirmou: "Sartawi estava a abrir um caminho novo para o povo palestino, baseado no diálogo, mas sem abrir mão dos nos-

sos princípios; por isso foi assassinado". Arafat acusou o Mossad (serviços secretos de Israel) da autoria do crime.

Mas Sartawi não foi o primeiro. Em 1978 tinha sido assassinado o representante da OLP em Londres, Said Hammani, considerado o homem que iniciou o diálogo com



Os destroços da Embaixada norte-americana em Beirute e o dirigente palestino Isam Sartawi, morto no átrio do hotel: crimes que têm muito em comum



os israelitas. Em Junho de 1981, foi assassinado Naim Khader, em Bruxelas, e a 1 de Agosto houve uma tentativa de assassinato contra Abu Daoud, dirigente da *Al Fatah*. Ainda na Europa, mais precisamente em Roma, foi assassinado, em Outubro de 1981, Majed Abu Sharar, encarregado dos contactos com os palestinos dos territórios ocupados por Israel (ver "Cader-nos" n.º 52, Abril 1983).

Estas mortes afectavam palestinos com contactos na Europa e nalguns círculos israelistas. Sartawi era amigo pessoal de duas figuras-chaves na ofensiva diplomática da OLP na Europa: o ex-chanceler austríaco Bruno Kreisky e o presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt. Fora Brandt quem o convidara a participar na reunião de Albufeira.

Os homens públicos costumam reconhecer que, em política, as amizades nem sempre são transferíveis. Os assassinos de todos estes líderes palestinos — quadros forjados com sacrifício em longos anos de militância — sabiam muito bem que não será fácil para a OLP substituir Hammani, Khader, Abu Sharar e Sartawi, no seu trabalho diplomático no velho continente.

O atentado à embaixada

Pela sua magnitude e consequências, o atentado à embaixada norte-americana em Beirute foi já qualificado por alguns comentaristas do Médio Oriente como um "mini-Pearl Harbour", fazendo referência ao surpreendente e eficaz ataque japonês à principal base norte-americana do Pacífico, durante a II Guerra Mundial.

Embora três grupos tenham reivindicado a autoria do atentado, são muitas as opiniões que coincidem na existência da mão do Mossad na perícia dos detalhes do planeamento e execução das explosões. É o que pensa, por exemplo, Suleiman Franjeh, velho dirigente conservador libanês. Com ele coincide o parlamentar norte-americano Larry Blaizer, membro do Comité dos Negócios Estrangeiros do Congresso, para quem apenas o Mossad poderia dispor das informações necessárias para planejar uma operação tão bem

sucedida como o ataque contra a embaixada dos Estados Unidos no Líbano.

Para esta interpretação se inclina também o jornal *As Safir*, de Beirute, que lembrou o "caso Navon", de 1954, sufocado pelo governo de Telavive, temendo um escândalo internacional. Naquela época, agentes da polícia secreta israelita recrutados entre a população judaica local, foram responsáveis pela colocação de bombas em bibliotecas norte-americanas no Cairo e em Alexandria. Objectivo: fazer fracassar as negociações entre o governo dos Estados Unidos e o novo regime egípcio, encabeçado por Gamal Abdel Nasser.

Curiosamente, poucos dias antes do atentado à embaixada dos Estados Unidos em Beirute, *Rádio Israel* vaticinava que Washington estava decidido a intensificar os seus esforços para que a missão Philip Habib conseguisse alguma vitória nas negociações para a retirada das tropas sionistas do território libanês. Menahem Begin, por seu lado, em sucessivas ocasiões, manifestara o desejo de que os Estados Unidos se retirassem das negociações que, segundo o seu ponto de vista, se deveriam desenvolver exclusivamente entre os governos libanês e israelita. Portavozes do presidente Amin Gemayel afirmam que o Líbano não tem interesse num acordo desse tipo.

A mesma posição de Begin foi defendida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Yizhak Shamir, numa conferência pronunciada em Haifa. Shamir censurou Habib por "interferir na concretização dos interesses básicos de Israel" no Líbano.

À hora da explosão, Habib, deveria supostamente, encontrar-se na embaixada, coisa que na realidade não aconteceu. No entanto, muito mais do que a figura do negociador Habib, foi a própria política norte-americana para o Médio Oriente que foi posta em causa pelos 250 quilos de dinamite que fizeram ruir os sete andares da sede diplomática.

Uma cortina de fumo

Os dois atentados à embaixada norte-americana e a Sartawi — seriam assim eles da mesma cadeia

de intransigência que mina o caminho da negociação no Médio Oriente.

Servem como cortina de fumo para desviar a atenção do plano que Begin executa, implacável: incrementar a instalação de colonatos judaicos nos territórios ocupados, com o objectivo de introduzir, até 1986, 100 mil judeus — no geral, tão fanáticos quanto o próprio primeiro-ministro —, bem no coração da população árabe subjugada.*

Nas comemorações do 35.º aniversário da criação do Estado de Israel (coincidentes com a data do atentado à embaixada norte-americana), Begin anunciou um novo colonato, desta vez na montanha próxima da populosa cidade palestina de Nablus, na Cisjordânia. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro rejeitava o conceito de um Estado palestino nos territórios ocupados, "em associação com a Jordânia ou não". Begin referia-se à proposta do Plano Reagan, que contempla a autonomia palestina na Cisjordânia e Gaza, estado confederado palestino-jordano.

A rejeição do plano por parte de Israel e a recusa do OLP em credenciar o rei Hussein da Jordânia, como seu porta-voz para a discussão da proposta de Reagan, fazem com que este projecto — previsto para actualizar os Acordos de Camp David — esteja desde já condenado ao fracasso.

A OLP reafirmou, na última reunião do seu Comité Executivo, realizada em Argel, que continua a reivindicar a plataforma política do Plano de Paz elaborado pelo conjunto dos países árabes em fins de 1982, no qual se exige a criação de um Estado palestino independente. O rei Hussein — que assume um novo papel com a proposta do presidente Reagan no sentido de se criar uma confederação palestino-jordana nos territórios ocupados — nega-se a participar nas negociações sem o apoio da OLP. Israel, por seu turno, não quer sequer ouvir falar das propostas do plano norte-americano, pois lhe exigiriam a retirada do Líbano, primeiro, e dos territórios ocupados, depois, incluindo o Golan, tal como Reagan informou pessoalmente o presidente Hafez Assad, da Síria, através de um telegrama

no qual o exortava a reunir-se aos esforços de paz em torno do plano em discussão. Comentários da imprensa síria assinalaram que até agora tem faltado credibilidade a Reagan para afirmar que poderá exigir a retirada de Israel do Golan.

A Jordânia, por seu lado, está preocupada com a sua segurança nacional, uma vez que a política de colonatos judeus se realiza nas suas próprias fronteiras. Com o seu país desafiado por esta realidade, o ministro da Informação jordano, Adnan Abu Audeh, exortou Washington a exercer positivamente a sua condição de mediador entre o Líbano e Israel, forçando o regime sionista a transitar pelo "caminho da Paz e da Justiça".

Por seu lado, a OLP precisa da Jordânia num momento em que a sua estratégia de resistência se centraliza na mobilização de massas nos territórios ocupados. A saída de Beirute e a dispersão no seio do mundo árabe obrigaram os palestinos a repensar a sua tática e estratégia. Os territórios ocupados e a população palestina de meio milhão de habitantes que vive na área, passaram a ter um novo papel, dada a falta de condições para travar uma guerra semi-convençãoal contra Israel, como a que se apresentava quando a OLP e os libaneses progressistas dominavam o sul do Líbano.

Para chegar aos territórios ocupados, a única fronteira amiga é a jordana. Quando, em 1974, o rei Hussein reconheceu a OLP com o objectivo de lhe assegurar uma influência directa nos territórios ocupados, decidiu reorganizar o Parlamento. Dissolveu o anterior — que incluía representantes do sector palestino do reino, precisamente dos territórios ocupados por Israel em 1967 — e convocou uma nova Câmara Legislativa com exclusiva representação dos jordanos da margem oriental do rio Jordão. Cabia à OLP a responsabilidade de designar as autoridades do sector ocidental, ocupado.

Hoje estes palestinianos da Cisjordânia e Gaza estão numa situação mais difícil do que nunca. A distância geográfica cada vez maior dos dirigentes da OLP e a crescente repressão por parte de Israel dificultam todo o movimento, inclu-

sive os meramente reivindicativos. É óbvio que eles, mais do que qualquer outro sector palestino, sentem a urgência de uma negociação que assegure os seus direitos.

As interrogações

A poucos dias do assassinato de Isan Sartawi, Yasser Arafat viajou pelos países escandinavos e encontrou-se com dirigentes da Suécia, Noruega e Dinamarca. Arafat reafirmou-lhes que se deve lutar por uma solução negociada para a crise do Médio Oriente e que a social-democracia europeia tem um papel muito importante nesse sentido. Referindo-se a essas negociações, o primeiro-ministro sueco, Olof Palme, afirmou: "Arafat e a OLP querem negociar. E a social-democracia está unida na sua vontade de cooperar com um diálogo OLP-Israel, que contribua para uma coexistência pacífica entre o futuro Estado palestino independente e Israel".

Poucos dias depois — numa semana de intensos contactos diplomáticos em diferentes pontos do Médio Oriente, África e Europa — Arafat encontrava-se com o secretário-geral do Partido Comunista de Israel (Rakah), Meir Filner. Coerente com a declaração que emitira ao saber do assassinato de Sartawi, afirmando que prosseguiria o seu caminho, Yasser Arafat quis assim demonstrar que as balas que tiraram a vida ao seu assessor e amigo pessoal, não o desviariam da negociação e do diálogo com sectores judeus menos intransigentes.

O dilema de Arafat não é fácil: a experiência leva-o a concluir que é necessário o diálogo com Israel. Mas, como e com quem levá-lo por diante? A esse respeito, as posições sustentadas pelo primeiro-ministro Begin ou o seu adversário político, o dirigente trabalhista Shimon Perez, não diferem. Sirva de exemplo a atitude do próprio Perez na Conferência de Albufeira: foi ele quem se opôs a que a OLP fosse recebida com plenos direitos. E essa intransigência obrigou Sartawi a manter um estatuto de observador. Poucas horas antes do atentado contra o dirigente palestino, Shimon Perez tinha-se referido, na



Begin: terrorista e fanático.

sua intervenção, à "alma profundamente terrorista da OLP".

Sem minimizar a importância que adquirem dentro de Israel correntes de opinião como o movimento "Paz Agora", tudo indica que terão que ser realizadas pressões muito fortes para poder chegar a sentar à mesa de negociações a OLP e Israel.

Por outro lado, se não for à mesa de negociações, como se colocará um fim à volátil situação de crise no Médio Oriente? O que vai acontecer com a Síria, a Jordânia, o próprio Egipto, e, obviamente, com a OLP? Vão permanecer indiferentes à política de colonatos judeus nos territórios ocupados? Poderão tolerar a anexação de facto da Cisjordânia e de Gaza? E o Líbano? Até quando poderá suportar a ocupação, por parte de Israel e do seu aliado Saad Haddad, de metade do seu território?

São estas as perguntas sem respostas pré-fabricadas (mas imprevisíveis) que levam muitos analistas do Médio Oriente a especular com a possibilidade de uma nova guerra árabe-israelita, desta vez deflagrada a partir de um confronto entre sírios e israelitas. A atitude da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e — naturalmente — da União Soviética, pode fazer mudar o fiel da balança. □

* Nos Estados Unidos foram reveladas recentemente denúncias sobre as pressões do governo Begin para que os judeus norte-americanos ricos investissem na compra de terras na Cisjordânia e Gaza.



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO, LDA

**Amizade e
Cooperação**



International Trading

REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 ● 1900 LISBOA ● Portugal
Tedi. 851290/850098/850148 ● Telex 43 448 P

O Uruguai do exílio

“Defender a alegria como uma trincheira”

Fenômeno dos mais importantes para a verdadeira compreensão da realidade latino-americana de hoje, o exílio tem servido de tema e preocupação a todos aqueles que lutam a favor da autodeterminação dos povos, pela democracia e pela liberdade em todo o mundo.

As matérias da seção de Cultura desta edição apresentam os testemunhos de dois uruguaios exilados há muitos anos, Mario Benedetti e Blas Braidot (o primeiro exilado em Espanha, o segundo no México).

A partir dos seus testemunhos, constata-se que existem dois Uruguais: um, que vive dentro das fronteiras geográficas do país; e outro, aquele que se faz no exterior, onde vivem milhares de uruguaios — proporcionalmente à população, o exílio uruguiaio é o mais numeroso da América Latina — deportados, anulados enquanto cidadãos, ex-prisioneiros políticos ou simplesmente os que se viram obrigados a emigrar por causa da crise económica que se abateu sobre o país.

As dificuldades encontradas pelos uruguaios “de fora” em se adaptarem às novas realidades, à falta de identidade cultural — as maiores vítimas são as crianças — são os temas destes dois depoimentos.

Um romance (“Primavera con una esquina rota”) e uma peça de teatro (“Contigo... América”) são analisados pelos seus autores, ao mesmo tempo que fazem uma crítica à Cultura, colocando a questão desta dualidade: qual das duas é a verdadeira cultura uruguiaia, a “de dentro” ou a “de fora”?

POETA, ficcionista, romancista, ensaísta, Mário Benedetti é uruguiaio, latino-americano. Desde pequeno, Montevideo tornou-se o seu contexto natural, bem como o cenário e a razão de ser das personagens das suas obras, quando surgiu a sua vocação literária. Viveu na paz do Uruguai e tornou-se o cronista do seu tédio. Denunciando a mediocridade e a angústia da pequena burguesia montevidense. Os seus *Poemas de la Oficina* (“Poemas do escritório”) revolucionaram o ambiente literário da região ao introduzir o quotidiano, a classe média e o contexto urbano como temas poéticos.

“Até à altura de me exilar, o âmbito das minhas personagens tinha sido quase sempre o Uruguai, e mais particularmente Montevideo; e se alguma vez um dos meus

relatos se passava no estrangeiro, tratava-se de um uruguiaio. O exílio obrigou-me a recolocar essa proposta porque a realidade também se recolocou.”

(tiraram-nos/essa morte doméstica que sabe/de que lado dormimos e que sonhos/as vigílias trazem)

“Nos nove ou dez livros que publiquei desde que saí do Uruguai, aparece a recordação, aparece a saudade.” (Que também é um suplício, embora suave) “Um dos meus livros de contos chama-se “Com e sem saudade”, o que significa que não sou totalmente fanático das minhas recordações. A realidade quotidiana que era aquela que eu tinha anteriormente ao meu redor, em Montevideo por exemplo, passou a ser outra, mas isso não significa que o tema tenha

Benedetti (à esquerda) com Alejo Carpentier, em 1979



deixado de ser o Uruguai. Hoje, existe outro Uruguai que está fora das fronteiras e é nele que estou mergulhado."

(tudo/é segundo a dor com que se olha)

"Também esse outro Uruguai tem uma influência social e cultural sobre o que eu faço: é um Uruguai com novos problemas que, embora com raízes no passado mediato ou imediato, propõem ou precisam de novas soluções."

"Era uma vez a vaca Vitória. A vaca não morreu Não se acabou a estória"

"Um dos problemas absolutamente novo é o das crianças no exílio, a segunda geração. O Uruguai quase que não tinha tido, no passado, a necessidade de se exilar; antes, tínhamos o hábito de receber exilados políticos do estrangeiro."

(temos de reconhecer que no último decênio/as exportações de esperança superaram/com juros as importações de amparo)

"Ainda é apenas um problema. Há crianças que vieram com sete ou oito anos e agora já são adolescentes. Por isso, têm vagas recordações, às vezes idealizadas e outras caricaturadas. Mas, noutros casos, são crianças que vieram tão pequenas que não têm a menor lembrança do lugar em que nasceram. Isso vai originando contradições e dificuldades entre essas crianças e os seus pais, e também problemas quanto à aceitação da identidade que os pais admitem. As crianças ouvem em casa o que é que acontece no nosso país: morte, tortura, desaparecimentos, proibições, escassez de trabalho e de habitação, miséria econômica. É inevitável que comparem essa imagem deplorável com a realidade que eles estão a viver, por exemplo, em países da Europa desenvolvida, onde ninguém os persegue e os pais podem trabalhar e eles estudar tranquilamente, brincar e praticar desporto. Então, se não é feito um paciente trabalho pedagógico por parte dos pais, esses miúdos podem ir repudiando, cada vez mais, o seu próprio país. Este é também um tema para os escritores no exílio."

"Defender a alegria como uma trincheira"

Mário Benedetti nasceu numa pequena povoação do Uruguai, mas muito cedo, ao transferir-se para Montevidéu, ingressou no Colégio Alemão onde recebeu parte da sua educação. O próprio escritor reconhece a influência que essa instituição exerceu sobre a sua natureza jovem: a ordem e a disciplina transformaram-no num modelo de eficácia relativamente às tarefas mais ou menos burocráticas ou rotineiras. E, debaixo dessa sua maneira de ser afectuosa e cálida, a auto-exigência aprofundou a firmeza do seu carácter. Desse modo, com amor e obstinação, pôde superar a perseguição, a asma, as ameaças de morte, os (possíveis) desfalecimentos do exílio. Por isso, pôde chegar a uma certeza custosa mas lúcida, como diz num poema de "Cotidianas" tem que se "defender a alegria como uma trincheira", "como um princípio", "como uma bandeira", "como um destino", como uma certeza, "como um direito". E essa certeza instalou-se na sua vida e nos seus livros e é mais uma amostra da extraordinária coerência que existe entre a obra e o criador, e que nos permite a corroboração do diálogo entre o verso e a conversa desta entrevista.

Porém, para Benedetti, os seus livros não são um hobby, nem um exercício de satisfação do ego, nem a via segura para a fama (apesar de ter sido o único best seller uruguaio durante quase uma década), nem a abundância econômica (complementarmente, exerce o jornalismo, como antes foi taquígrafo), nem mesmo uma arma.

"O ser escritor e militante político podem ser duas coisas absolutamente contemporâneas. Mas na literatura que tem uma mensagem ou uma conotação política, a prioridade é para a literatura. Quero com isto dizer que até em benefício da mensagem política, se deve cuidar especialmente do nível, da forma e da qualidade literária. Mas é também certo que, face à operação de genocídio cultural da ditadura uruguaia, a resposta mais importante, mais positiva, é continuar a criar, para demonstrar, não apenas à ditadura, mas tam-

bém aos nossos compatriotas e aos homens da cultura dos outros países, que a cultura do Uruguai não morreu. E que, além disso, continua viva igualmente, dentro do Uruguai. Não vamos cair no esquematismo de que a única coisa que está a ser feita pela cultura uruguaia é no exílio. Por razões óbvias (e disso não têm culpa nem os escritores, nem os cantores, nem os artistas), conhece-se melhor o que se faz no exílio, porque há mais formas e canais para a sua difusão, mas dentro do país sabemos que se continua a trabalhar, embora nem sempre se possa tornar público o que se faz."

(minha cidade vive, mas em entrelinhas/ toda a conversa é subentendida/cada jeringonça vai à procura do seu timpano)

Em quase todas as ocasiões históricas de exílio, mais ou menos prolongado, surgiram inevitáveis incompreensões, diferenças e contradições entre "os de dentro" e "os de fora". Recentemente, houve uma polémica entre alguns representantes da cultura argentina residentes naquele país e Julio Cortázar, sobre a utilização, por parte deste último, da expressão "genocídio cultural". Benedetti reivindica a necessidade de criação, também sob a ditadura.

(a palavra-de-ordem é viver apesar deles)

"O que não existe — e isso é mais claro no Uruguai do que na Argentina — é a ampla margem que deve ter um escritor para escolher os seus temas. O mínimo que se pode dizer é que, embora um escritor possa continuar a fazer literatura, o seu esforço está limitado a um menor número de áreas. À parte isso, tem que se pensar que, embora a Argentina seja um país onde sempre houve uma série de escritores de primeira linha de direita, no Uruguai uma altíssima percentagem de escritores e artistas em geral são gente pelo menos progressista, e que não concordou em colaborar com a ditadura."

(cantamos porque chove sobre os sulcos/e somos militantes da vida/e porque não podemos nem queremos/deixar que a canção se torne cinza)

Vento do exílio

O exílio uruguaio foi especialmente selectivo relativamente aos meios intelectuais e artísticos do país: a maior parte dos seus músicos estão espalhados por orquestras de todo o mundo; uma companhia teatral completa (o grupo "El Galpón"), além de individualidades desse campo, tenta continuar o seu trabalho fora: pintores, jornalistas, professores em grande número e, especialmente pertencentes à geração intermediária, viram-se obrigados ao desterro. E, obviamente, aconteceu o mesmo aos escritores. Não é casualidade, embora seja coincidência, que três dos melhores escritores uruguaio — Juan Carlos Onetti, Mário Benedetti e Eduardo Galeano — se encontrem exilados em Espanha.

"Creio que é legítimo falar de uma cultura uruguaia no exílio, porque, embora estejamos todos em diferentes países e, às vezes, em contacto com as mais diversas línguas, o denominador comum é aquilo que trazemos, e naquilo que trazemos há uma presença cultural. Então, sem prejuízo que se incorporem elementos, sugestões, provocações, assuntos, perguntas e também respostas de cada um desses contextos, tudo isso passa a integrar essa matéria original que é a cultura que trazemos da nossa origem, do nosso país. Apesar das razões serem lamentáveis, pode dizer-se que a cultura uruguaia se enriqueceu no exílio, porque embora não se possa aprender com todos os governos, creio que se pode aprender com todos os povos."

O último romance de Onetti termina com o incêndio de Santa Maria, cidade típica que atravessa toda a sua obra; o livro de Galeano, de mais recente publicação na Europa, está impregnado da história mais viva da América Latina; o último livro de poemas de Benedetti chama-se *Viento del exilio*, e o romance publicado, de que falaremos mais adiante, abrange a prisão e o exílio. A tónica parece ser a fidelidade.

"Essas obras, em certo sentido, constituem uma continuação, mas noutra, uma mudança. São continuação por esse desenvolvimento



"A cultura uruguaia continua viva dentro do país"

cultural que, apesar da ruptura que houve com aquela realidade, mantém a sua presença como prolongamento das coordenadas. Mas são também mudanças, não apenas por causa do novo contexto, mas porque nós mesmos mudámos."

Apesar de Benedetti nunca ter sido homem de "panelinhas" literárias, pergunto-lhe pela solidão do escritor no exílio.

"Parece-me que qualquer escritor, esteja no seu país ou exilado, tem uma área das suas obras que se alimenta daquilo que partilha com os seus próximos, e outra área de irremediável — e, diria, até necessária — solidão. Pode ser que no exílio essa segunda área tenha caracteres um pouco exagerados. Mas não me espanta muito que o escritor assuma a sua posição de solidão; é quase inevitável."

Sem dúvida, trata-se de uma solidão essencial, esta que o escritor uruguaio menciona, que tem a ver com o seu relacionamento íntimo com a obra. Mas, quando se trata do isolamento narcisista dos outros, o poeta é implacável: chama-lhe "espectáculo desavergonhado", e é definitivo:

**(a solidão ajuda-te unicamente/
se vais acumulá-la de ecos
necessários/de saudades
tangíveis/ só assim/ poderá chegar
a ser a tua pedra de próximos)**

Falemos de livros

Mas Benedetti escreveu treze livros de poemas desde 1950 até 1981, reunidos depois em "Inventário" (Editora Visor). No entanto, a perfeição e a originalidade dos seus contos ("Contos completos", Casa de las Américas) e o êxito dos seus romances, desviaram a atenção da crítica para a sua poesia, já que muitos dos poemas e canções aparecem inesperadamente nos lábios e na lembrança dos jovens latino-americanos e, às vezes, de outros continentes.

Os seus dois primeiros romances tiveram uma aceitação maciça: *Gracias por el fuego* ("Obrigado pelo fogo") foi finalista do Prémio Biblioteca Breve da Seix Barral em 1963, embora tivesse que esperar dez anos para ser publicado em Espanha, uma vez que a censura o proibiu alegando que "feria os conceitos de honra, de família e de pátria". *La tregua* apareceu em numerosíssimas edições, em línguas muito diferentes, e foram feitas versões para o cinema, televisão, teatro e rádio. No entanto, exceptuando um romance em verso, *El cumpleaños de Juan Angel* ("O aniversário de João Ângelo"), Benedetti não tinha voltado ao romance até hoje, com a publicação no México e em Espanha de *Primavera con una esquina rota* ("Primavera com uma esquina

quebrada”).

“Uma das razões pelas quais passo tanto tempo sem escrever romances é a falta de tempo. Embora pareça frívolo dizer isso, sei, por experiência, que se pode escrever um poema às vezes numa tarde e até escrevi um conto num fim-de-semana, embora leve anos pensando-o e dando-lhe voltas na cabeça. Não digo que o romance seja um género nem melhor nem pior, mas requer um espaço disponível, um tempo para se entrar no mundo que nós mesmos, estamos a criar.”

A sua lucidez não é desapego: não podemos esquecer que uma das suas actividades mais absorvente e “frutífera” para os leitores, foi a de crítico literário. A sua reflexão, análise, e julgamento certos, que descobrem e diferenciam, pautaram durante décadas a obra de escritores latino-americanos. Mas, como criador, diz:

“Há críticos que me ensinaram coisas, tenho de reconhecer, mas não foram muitos. Geralmente, quando os críticos me dizem aquilo

que consideram bom ou mau eu já o sabia. Mas quem mais me ensinou foi o leitor, e isso acontece através da repercussão que um livro tem. Não é que eu a procure, mas ela depois faz-me meditar; nós temos que investigar um pouco dentro de nós mesmos, ver aquilo que é mais autêntico. Isso ensina-me mas não me condiciona, pois nunca escrevi um livro parecido com um outro de sucesso anterior. Na realidade, a necessidade de escrever aparece-me em determinado género, por etapas. Acho que com o sucesso de ‘Viento del exilio’ terminou uma etapa de minha poesia e senti que continuar com ela, iria resultar num livro, que seria apenas só mais um. Acho que agora, durante algum tempo, vou continuar a escrever narrativas, mas isso não significa, em absoluto, que vá deixar a poesia. Aliás no meu último romance há um capítulo que está escrito em verso.”

A decisão da Primavera

“A realidade que, de alguma forma, o romance transmite e sobre a qual eu também me permito

imaginar, abrange um pouco esses problemas de que falávamos antes: os problemas do exílio somados aos que existem actualmente no interior. É a história de um casal em que o homem é um preso político que escreve, ou imagina ou projecta na prisão, cartas para a sua mulher, que está no exílio com uma filha de ambos, e com o sogro. Esta é a história: aquilo que o preso vai transmitindo nas entrelinhas da sua vida de presidiário, das suas recordações e também de alguns projectos para um eventual futuro. Por outro lado, a vida que a sua mulher leva no exílio.”

(em cada preso, na sua prisão, na sua clausura, no seu sofrimento, mas também no seu valor, na sua lealdade, no seu optimismo, está uma parte de cada um de nós)

Essa frase, que é uma definição política, pode também ser uma proposta de leitura novelística. Por isso, surge espontânea a pergunta: que é mais importante, a Primavera ou a esquina quebrada?

“As duas coisas. Há um sentido de esperança, mas tudo vai renascendo um pouco mutiladamente. No fim, o preso sai da prisão; o romance termina com a sua chegada ao país onde está a família. Quando isso ocorrer acontecerão simultaneamente várias surpresas, das quais não quero falar... Tudo mudou: o país, a sua gente, fundamentalmente a sua mulher, e ele também. Essa é uma experiência que eu vi repetidas vezes nas minhas viagens pelo exílio uruguaio e, talvez, tenha sido a insistência com que eu assisti a isso, que me tenha levado a escrever o romance. Ao lado dessa linha argumental, há uma série de capítulos que vão interrompendo a peripécia central, e que se chamam Exílios, e que aparentemente nada têm a ver com o romance (inclusive são escritos em tipos grifados para se diferenciarem do resto). São histórias reais do exílio, algumas que aconteceram pessoalmente comigo — e aparecem com o meu nome — e outras que me contaram. Essa espécie de grande colagem do exílio uruguaio, vai dando o ambiente à história, que é muito pessoal, muito íntima.” □

Um festival de cultura latino-americana em Inglaterra



"Contigo... América"

Um teatro vinculado às lutas de libertação

SOMOS um grupo teatral anti-imperialista, antifascista e de apoio aos movimentos de libertação da América Latina: anti-imperialistas, porque o "imperialismo é o maior inimigo do mundo, directamente responsável pela instabilidade na Nicarágua, El Salvador, Guatemala e nas Caraíbas"; antifascistas "porque o fascismo é a favor da guerra e desconhece os direitos humanos"; e pró-latino-americanos, "porque achamos que a libertação dos povos é uma causa justa".

Bias Braidot, um dos fundadores do grupo teatral uruguaio *El Galpón*, em 1949 — quando tinha apenas 14 anos de idade — e seu secretário-geral durante 30, vive actualmente como exilado no

Bias Braidot: "O teatro independente é como a guerrilha, não faz parte do orçamento de nenhum governo"

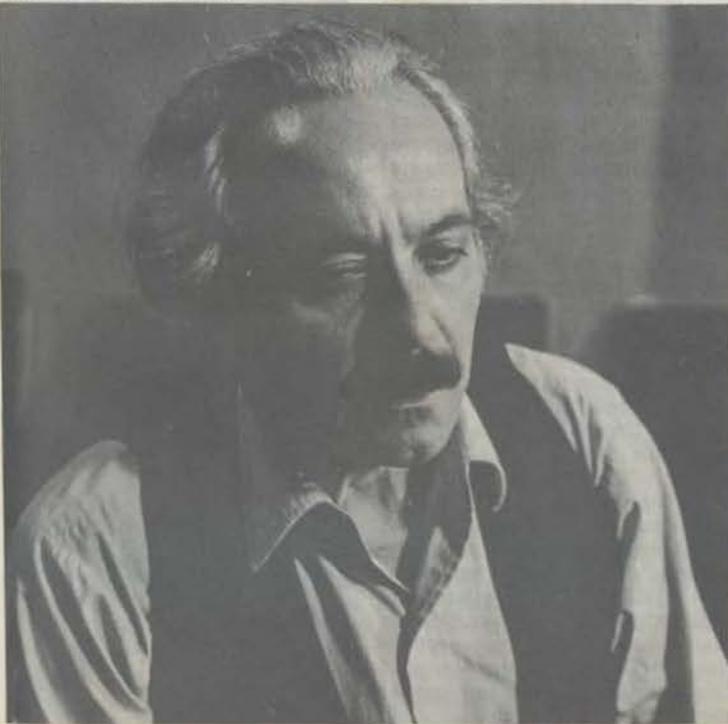
México. Fundou nesse país-juntamente com outros companheiros — o grupo de teatro independente *Contigo... América*: foi a 2 de Fevereiro de 1981 e, entre os objectivos, figurava o de "somar mais uma voz — aos milhares e milhares já existentes — a favor da luta dos povos da América Latina pela sua definitiva libertação, desenvolver a unidade e a solidariedade".

Entrevistado por *cadernos do terceiro mundo* por motivo dos dois anos da criação do grupo *Contigo... América*, Braidot reafirma os postulados iniciais: "Queremos transformar-nos num centro de solidariedade latino-americana, numa pequena caixa de ressonância. A arte e a cultura têm uma função a cumprir e a nossa aspiração consiste em percorrer um caminho vinculado aos movimentos de libertação".

Uma lição de liberdade

A primeira apresentação da equipa *Contigo... América* foi *Eles não usam black-tie*, do autor brasileiro Gianfrancesco Guarnieri, que a escreveu com apenas 22 anos. A obra foi estreada em 1958, no Teatro de Arena de São Paulo e foi apresentada recentemente no Festival de Cinema de Venezuela, conquistando vários prêmios. Foi montada como peça de teatro em diversas cidades do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e nalguns países da Europa.

Em Dezembro do ano passado, o maestro Emilio Carballido — uma das figuras mais prestigiadas do teatro mexicano — inaugurou uma placa comemorativa de cem representações de *Eles não usam black-tie* e afirmou: "Os actos de liberdade não são comuns na rede oficial (de teatro) tão auspiciosa que nós temos. Portanto, esta é uma experiência emocionante: uma lição de liberdade".





A obra montada pelo grupo — segundo Carballido — mostra “a verdade da nossa América Latina” e provoca “uma reacção em cadeia para aqueles que aspiram a que o teatro não seja algo privado, mas uma arma capaz de mudar a realidade”.

Profunda renovação

O teatro independente — explica Blas Braidot a *cadernos do terceiro mundo* — surge na América do Sul nos anos 30, no calor da solidariedade para com os republicanos espanhóis. Tem, desde o início, uma profunda raiz social. Naquela altura foi impulsionado por anarquistas com ideias libertárias. Um dos principais expoentes do movimento teatral foi o argentino Leonidas Barletta, do grupo *Boedo*, que retomava a ideia de Romain Rolland acerca da “profunda renovação”. Posteriormente, as revoluções na Coreia e em Cuba deram um novo impulso ao teatro independente.

Militância e rigor artístico

As características deste movimento são — segundo Braidot — o compromisso com a realidade so-

O grupo “Contigo... América” em cena: “o teatro é uma arma capaz de mudar a realidade”

cial, militância política e rigor artístico: fazer, em síntese, “um teatro nacional e popular, sem director nem produtor, com uma independência total e onde exista criação colectiva e participação democrática”. E, acrescenta: “Não esperamos a caridade de um financiamento governamental ou privado; o teatro independente é como a guerrilha: não faz parte do orçamento de nenhum governo”. Dessa forma — acrescenta — “nós trabalhamos no sistema capitalista sem nos transformarmos em cortesãos”.

Braidot manifesta-se “contra a diva, a estrela”: o talento — assegura — “baseia-se no desenvolvimento do grupo e no trabalho em equipa”. “Contudo — continua — a alternativa não é um grupo de teatro mas um movimento teatral: os grupos perdem-se, os movimentos não”. Caminhando nesse sentido *Contigo... América* tem uma sede própria para realizar, além de teatro, conferências, mesas-redondas, exposições, fantoches para crianças e espectáculos musicais. O movimento está em marcha. □



livros

Um romance da literatura universal



Empolgante e admirável, dois adjetivos que, podendo parecer lugares-comuns, julgo serem dois dos possíveis qualificativos mais ajustados para esta obra de Darcy Ribeiro, *Maíra*.

Uma breve nota sobre o autor. Darcy Ribeiro, membro do Conselho Editorial Internacional da nossa revista, tem um curriculum literário, cultural e político, verdadeiramente impressionante. Antropólogo, foi membro do Serviço de Protecção aos Índios do Brasil, fundador e director do Museu do Índio, animador e projectador da Universidade de Brasília. Com João Goulart na Presidência, Darcy Ribeiro foi nomeado chefe da Casa Civil do Presidente e, tar um convite de Claude Lévy Strauss para trabalhar na Escola de Altos Estudos, em França. Actualmente, regressado à sua Pátria, foi eleito vice-governador de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro. Político, cientista social, homem de cultura, Darcy Ribeiro estreia-se com *Maíra* na ficção, agora publicado, em edição portuguesa, por Publicações D. Quixote, já depois de no Brasil terem saído *O Mulo* e *Utopia Selvagem*, os dois outros livros que completam a trilogia iniciada com *Maíra*.

Como obra de estreia *Maíra* é um romance espantoso pela ex-

traordinária capacidade técnica do autor em contar várias histórias, todas entrelaçadas, numa técnica que o mais experimentado dos romancistas não desdenharia. A obra, referenciada fundamentalmente à selva amazónica, a Minas e à tribo índia dos mairuns constitui, talvez, o primeiro grande romance da língua portuguesa, com incedível qualidade literária e poética, a ter como tema fulcral não somente a alucinante paisagem do Amazonas mas também a contextura mítica dos índios mairun, todo o pulsar de um pequeno povo, marginado da civilização e que assim pretende continuar para salvaguardar o seu próprio meio ambiente e as suas crenças. De resto, a obra parte daí mesmo. Isaías, um índio mairun, é levado por um missionário para o Seminário e, depois, prossegue os seus estudos para padre em Roma. Estudos que, a certa altura, abandona por não querer renegar a sua identidade humana e mítica de índio, regressando à tribo já adulto. É a partir deste regresso que é feito, ocasionalmente, na companhia de uma jovem, Alma, branca, que decidira igualmente abandonar a vida dissoluta da grande cidade para se dedicar à missionarização no interior amazónico, que a obra mático nos sentimentos e nas peripécias que vão até à morte violenta de Alma, é o fulcro do romance mas é sobretudo, o ponto de partida para um riquíssimo fresco poético sobre a grande nação do interior do Brasil, sobre a sua vegetação e flora, sobre os costumes e fés e também sobre toda a fauna humana que comercia, explora e tripudia com os habitantes da região. Ao nível da literatura da língua portuguesa nada há que se assemelhe ou prefigure a novidade desta obra de Darcy Ribeiro que, para além de tudo quanto fica dito, é, igualmente, do ponto de vista linguístico, um manancial de riqueza lexical e frasística.

Maíra que, por certo, vai merecer a todos quantos o lerem momentos de enorme prazer e de ponderada reflexão é um texto definitivo e básico da literatura bra-



sileira a suscitar daqui para o futuro, sem dúvida, muitos trabalhos de estudiosos e ensaístas literários, sociológicos, antropológicos. E não será difícil prever que *Maíra* irá ser considerado, da mesma forma, quando traduzido nas línguas universais tradicionais, uma obra-prima da literatura mundial.

"MAÍRA"

Autor: Darcy Ribeiro
Editor: Publicações D. Quixote
Coleção: Autores de língua portuguesa
Lisboa, Março de 1983

O.L.

Um cronista para a história



Areosa Feio nasceu no Porto, em Portugal e, aos 12 anos, partiu para Moçambique. Aí viria a concluir os estudos e a interessar-se pela profissão de jornalismo que exerceria até ao final dos seus dias, em Março de 1981, vitimado, em plena força da idade, por uma doença incurável.

A sua obra na imprensa moçambicana (colaborou em vários

jornais e revistas e foi fundador do semanário *Tempo*) que alternou com outras actividades sempre ligadas ao progresso da terra que, definitivamente, abraçara como sua e do povo que passou a ser o seu, é um dos exemplos mais fortes de pertinência, isenção, competência, talento e progressismo, e tornou-o um verdadeiro patrono e paradigma do jornalismo moçambicano. A sua última actividade, fazendo parte da Ofensiva Política e Organizacional lançada em 1980 pelo presidente Samora Machel, conjugada com a produção de crónicas e artigos para a imprensa local, demonstram a força humana e solidária deste homem que, mesmo durante o colonialismo, soube sempre ser uma voz de resistência e luta contra o opressor político.

Trabalhador da imprensa a todos os níveis, a sua principal atracção era a elaboração de crónicas do quotidiano que, ao longo de muitos anos e combatendo a própria Censura, foram transmitindo uma posição avançada, corajosa e independente. Depois da independência, Areosa Feio soube compreender a verdadeira luta do povo moçambicano e situou-se ao lado dele, dando o melhor de si como escritor e revolucionário.

Em boa hora, pois, os cadernos *Tempo*, na colecção *Gostar de ler*, pela mão do seu camarada de lides jornalísticas Sol Carvalho, resolveram coligir, num pequeno volume, as suas crónicas mais importantes, tanto do período anterior à independência como dos tempos mais recentes, em que Areosa Feio teve igual mérito na denúncia dos vícios e dos problemas que podem afectar a construção de uma sociedade verdadeiramente socialista. Muitos outros trabalhos de Areosa Feio ficaram por coligir mas tal tarefa é-nos prometida para volumes futuros. Esta colectânea, intitulada *Areosa Feio, cronista* é valiosa por diversos motivos. Em primeiro lugar, pela vincada importância que o género *crónica* revela na proposição de problemas, na clarificação de situações, em resumo, na pedagogia de um povo. Areosa Feio, todavia, merece ainda outro motivo de destaque. Nestas crónicas e, eventualmente, no seu *Diário* ou

mesmo nas suas novelas inéditas, surge como um historiador da chamada "pequena história" das sociedades que, como se sabe, hoje em dia, adquiriu extraordinário significado para a elaboração da "grande história". Algumas das crónicas, de resto muito bem escritas, num estilo simples e coloquial, são achegas inestimáveis para se fazer a história do colonialismo e, num futuro, para a própria história do regime pós-independência. Lembraria aqui, apenas como paradigmas desta afirmação, as crónicas incluídas neste volume que têm os títulos de "Lembras-te, Mariana?", "Não mais cavalgarão o povo", "O Garganta do Império". Talvez, um dia, numa futura história de Moçambique, os textos de Areosa Feio venham a ser pedras fundamentais. Por isso, recordá-lo e recordar a sua obra é também uma tarefa da Revolução Moçambicana.

"O CRONISTA"

Autor: Areosa Feio
 Editor: Cadernos Tempo
 Colecção: Gostar de ler
 Coordenação e arranjo gráfico:
 Sol Carvalho
 Maputo, 1982

O.L.

O Terceiro Mundo, o Norte e o Sul



A simples enunciação de alguns dos temas tratados neste livro de Ladislau Dowbor, colaborador da nossa revista, chegam para se

compreender a importância do contributo do autor na elucidação dos principais problemas de ordem económica da actualidade. O imperialismo e a economia mundial, o capitalismo e o nível dos salários, estes e a realização na divisão internacional do trabalho, esta e as relações de produção, etc., são alguns dos temas que o autor aborda numa perspectiva de crítica progressista à situação económica mundial dos nossos dias tendo em vista, sobretudo, a crise dos países industrializados e também o conjunto do sistema, ou seja, englobando o Terceiro Mundo. Nessa crise, o centro é, sem dúvida, a polarização ou o desenvolvimento desigual do mundo capitalista que permitiu, simultaneamente, uma riqueza e uma pobreza de extensão até hoje desconhecida. Como o autor diz, na introdução que assina em colaboração com Vasco Cabral: "Para se ter uma ideia da rapidez desta polarização entre os chamados Norte e Sul capitalistas, basta dizer que, entre 1970 e 1975, o rendimento anual por habitante aumentou de 180 dólares nos países do Norte, de 80 dólares nos países do Leste e de 1 dólar nos países do Terceiro Mundo. Como "falar em países em vias de desenvolvimento" nestas condições? Como falar em programas de ajuda, de diálogo, em relações económicas internacionais?"

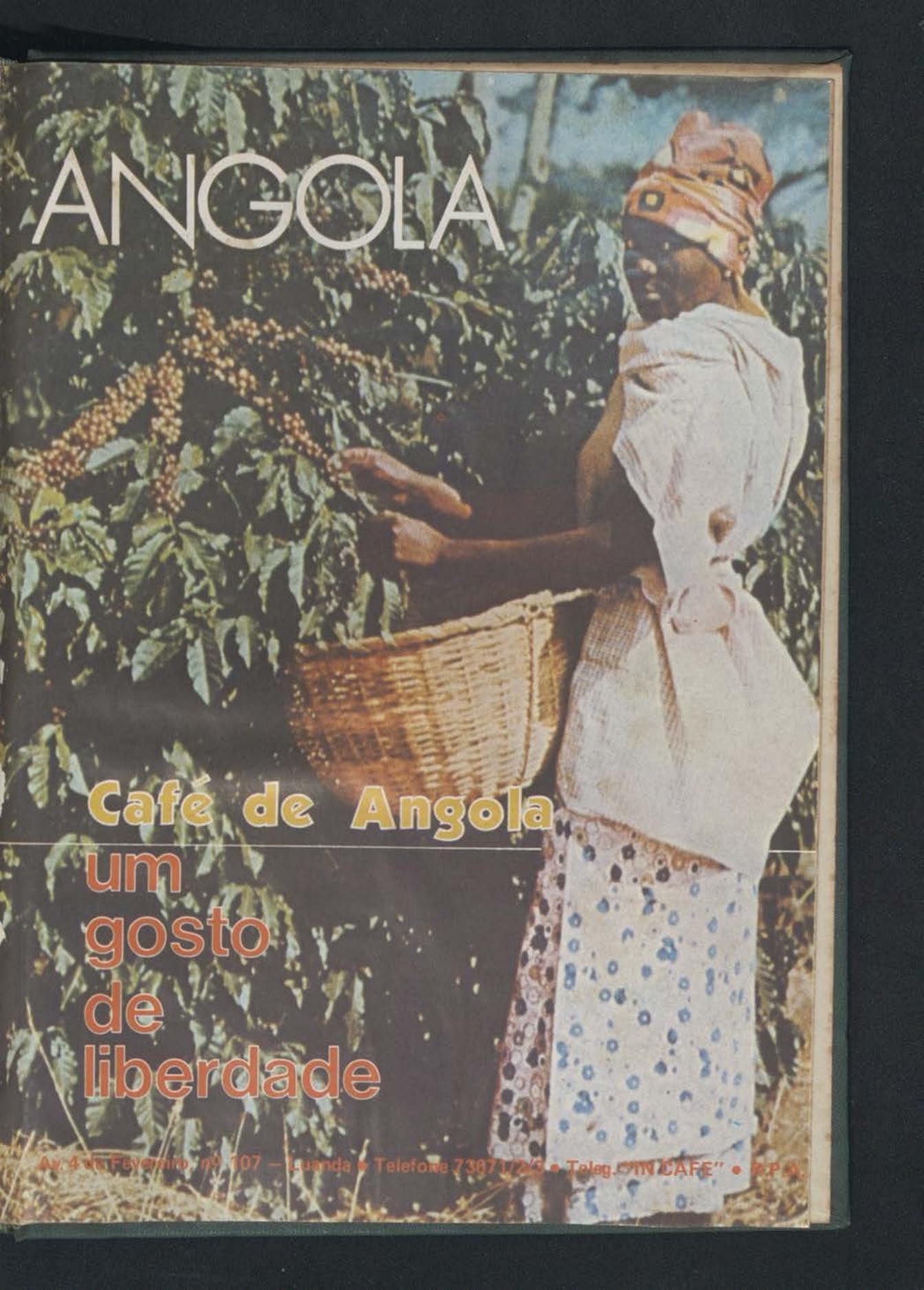
Simultaneamente didáctico, pela clareza da linguagem e exposição, o livro de Ladislau Dowbor é, também, uma obra de reflexão e crítica, o que significa que é, igualmente, uma obra de tese e especulação de alto nível científico, podendo contribuir para um esclarecimento genérico de problemas fundamentais, normalmente tratados de forma árida e esotérica. A conjugação de dados, reflexões e críticas, com uma perspectiva histórica, permite, por isso, esse carácter pedagógico imprescindível em livros deste género.

"SALÁRIOS E LUCROS
 NA DIVISÃO
 INTERNACIONAL
 DO TRABALHO"

Autor: Ladislau Dowbor
 Editor: A Regra do Jogo.

Lisboa, 1982

O.L.

A woman wearing a white headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee plants with green leaves and clusters of brown coffee beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73871/2/3 • Teleg. "IN/CAFE" • P.P.A.



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES